



AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais,
S.A.
Relatório e Contas_2020

Handwritten signature

Índice

Mensagem do Presidente, 5

A Empresa

Quem Somos, 10

Destaques Ano/Principais Acontecimentos, 12

Principais Indicadores Económico-Financeiros, 31

Relatório de Gestão

Linhas Estratégicas de actuação, 33

Enquadramento macroeconómico, 37

Dinâmica do Sector a nível internacional, 51

O Negócio em 2018, 54

Desempenho e eficiência Operacional 55

Principais Indicadores de Actividade, 56

Perspectivas para 2021, 57

Sucursais e Subsidiárias, 58

Sustentabilidade e desempenho, 60

Stakeholders, 64

Sistema de controlo Interno e Gestão do Risco, 65

Gestão do Capital Humano, 70

Análise Económica e Financeira, 74

Inovação & ID, 78

Cumprimento das Orientações Legais, 80

Perspectivas Futuras, 104

Eventos Subsequentes, 105

Sucursais da Sociedade, 105

Considerações finais, 105

Proposta de Aplicação de Resultados, 106

Anexo ao Relatório, 106

Relatório dos Administradores não Executivos, 107

Demonstrações financeiras do Exercício de 2020

Contas Individuais, 108

Relatório e Parecer do Fiscal único, 144

es. 10
f

21¹³ 8

Mensagem do Presidente



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus

Presidente do Conselho de Administração

A atividade internacional do Grupo AdP é assegurada pela AdP – Aguas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A., (AdP Internacional). Constituída em 2001, a empresa tem a missão de prestar serviços a nível internacional, e apoiar iniciativas de cooperação para o desenvolvimento no setor dos serviços de águas, de forma eficiente, sustentável e inovadora. Na sua ação, a AdP Internacional capitaliza o conhecimento, a experiência e as soluções tecnológicas do Grupo AdP, contribuindo assim para a projeção internacional do setor português da água, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030, em particular o ODS 6, relacionado com a água e o saneamento básico.

A AdP Internacional pauta a sua atuação por procurar, sempre que possível, consórcios e parcerias com empresas portuguesas, procurando assim apoiar a internacionalização deste importante setor de atividade.

O ano de 2020 fica marcado pela dificuldade na implementação plena dos dois maiores contratos de Assistência Técnica em Angola nas Províncias do Bengo e do Cunene, num valor global de cerca de 14 MUSD, assim pela conquista do Contrato 78NCI/HUILA/19 - Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água da Província da Huila, que se iniciará somente em 2021. O mercado de Angola continua a ser o mais significativo nas atividades da AdP Internacional e as variações que ocorreram neste mercado impactaram significativamente nos resultados da AdP Internacional este ano.

Em 2020, destaca-se ainda o reforço dos esforços comerciais e a expansão da presença internacional em novos mercados em África e na Ásia. Em relação a novos mercados, nomeadamente a Índia, destaca-se a assinatura do Contrato de Assistência Técnica firmado com o Governo do Estado de Goa, no mês de Fevereiro.

No que diz respeito à execução de contratos, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Contrato de consultoria para Assistência Técnica à Global Water Practice, no âmbito da resposta a emergências just-in-time (JIT) à crise do COVID-19;
- No mercado moçambicano, 2020 fica marcado pelo desenho do Reforço da Resiliência dos Sistemas de Produção de Água Potável em Moçambique aprovado para financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal. A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que atividades passassem todas para 2021, assim que haja condições mínimas de segurança e possibilidades de deslocação a Maputo, Beira, Inhambane, Maxixe e Nampula. Ainda neste país, a AdP Internacional manteve em 2020 o seu papel no consórcio liderado pela Castalia (EUA), prestando desde 2017 serviços de consultoria à AURA (Autoridade Reguladora de Água), no âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial, cujo objetivo assenta na definição do modelo tarifário para a AURA. Em 2020 a equipa da AdP Internacional apoiou no estabelecimento de um mecanismo de fixação de tarifas para as 15 principais concessionárias de abastecimento de água de Moçambique, assentes no princípio de recuperação de custos e sensíveis aos grupos socialmente vulneráveis;



- Em Angola a intervenção da AdP Internacional foi assegurada pelos contratos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) de Assistência Técnica às empresas de água e Saneamento das províncias de Bengo e de Cunene. A implementação destes contratos assegura a continuidade e a afirmação da AdP Internacional como agente de apoio ao desenvolvimento do sector da água em Angola em particular através do reforço de competências e meios técnicos que vem assegurando ao longo dos últimos anos. No mês de Julho de 2020, foi assinado o Contrato 78NCI/HUILA/19 - Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água da Província da Huila. Este contrato tem como entidade contratante a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, é financiado pelo Banco Mundial e totaliza 6.3M USD. O tempo de execução é de 48 meses e apenas terá o seu início no 2º Trimestre de 2021, após emissão de visto prévio por parte do Tribunal de Contas de Angola;
- Para o mercado de Cabo Verde, foram desenhados o Projeto Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água e o Projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas aprovados para financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal. Estes contratos só poderão ser iniciados no ano de 2021, fruto da situação pandémica ocorrida;
- O projeto de melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné Bissau), financiado pelo Banco Mundial e em parceria com a EdP Internacional e a Leadership consulting (consórcio) manteve o seu normal rumo entre Janeiro e Março de 2020 tendo as equipas focado na implementação das atividades de suporte às áreas da água e energia da EAGB. No entanto e devido à Pandemia de COVID 19, a 29 de Março de 2020 os membros permanentes do consórcio viram-se forçados a regressar a Portugal, seguindo as diretrizes afixadas pelos serviços consulares Portugueses. Espera-se o reinício do contrato até final do 1º trimestre de 2021, se as condições sanitárias o permitirem;
- Na Tunísia, prosseguiram os projetos no âmbito da Convenção de Cooperação entre os Ministérios do Ambiente Português e Tunisino, patrocinados pelo Fundo Ambiental, através do contrato com a congénere Tunisina da AdP, a “Office National de l’Assainissement” (ONAS). Destaca-se ainda na Tunísia a apresentação da proposta para um Contrato de Concessão para a Gestão de Sistemas de Saneamento na Região Norte de Tunes, por um prazo de 10 anos e com financiamento do Banco Mundial, cujo resultado será conhecido durante o 1º semestre de 2021.
- Na Costa do Marfim preparam-se os 2 projetos financiados pelo Fundo Ambiental; Plano de Comunicação em Saneamento e Salubridade, a desenvolver para o Ministère de l’Assainissement et de la Salubrité (MINASS) e o projeto de Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento, cujos beneficiários serão os técnicos das diversas entidades tuteladas por aquele Ministério;
- No Malawi, continuou em desenvolvimento o projeto dos “Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe”, que está a ser desenvolvido por um consórcio de empresas que inclui a AdP Internacional;
- Em Timor Leste, o ano fica marcado pela execução dos projetos para os sistemas de abastecimento de água e saneamento em quatro capitais de Município: Baucau, Los Palos, Viqueque e Same. A AdP Timor Leste apresentou-se em consórcio com a ENGIDRO - Estudos de Engenharia Lda. O contrato envolve a prestação de serviços de assistência técnica visando o desenvolvimento de projetos naquelas quatro capitais de distrito timorenses, que irão servir mais de 145 mil pessoas, e terá a duração de seis meses e envolvendo um valor de 2,1 milhões de USD. No final de 2020, iniciou-se ainda a elaboração dos Planos Diretores de Água e Saneamento para as capitais de Município de Ainaro, Bobonaro e Covalima;
- Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para Cooperação Técnica assinado entre o Governo de Goa (através do Departamento de Obras Públicas) e o Ministério do Ambiente da República Portuguesa (através da Águas de Portugal), assinado em 29 de setembro de 2018 estava previsto o arranque do projeto Assistência Técnica Ao Departamento de Obras Públicas-PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa para Março de 2020. A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que o arranque fosse adiado para, numa primeira fase para Setembro de 2020, tendo sido novamente adiado para data a agendar em 2021 assim que existam condições para tal.
- É ainda de relevar que no âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado “Utilities of the Future”, a AdP Internacional está a prestar apoio técnico ao Banco Mundial em três concessionárias de água e saneamento, i) KWSB em Karachi (Paquistão); ii) CAGEPA na Paraíba (Brasil) e SEDAPAL em Lima (Peru). A AdP Internacional, através dos seus técnicos, conferiu suporte especializados com o objetivo de promover e implementar planos abrangentes e eficazes para

P J F

transformar e preparar as concessionárias para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes. O conceito subjacente à “Utilidade do Futuro - UoF” envolve não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais. Este contrato, embora de pequena dimensão financeira, é um sinal importante do reconhecimento do principal banco de desenvolvimento global sobre a mais-valia e competência da AdP Internacional.

A situação de pandemia mundial que atravessamos obrigou à suspensão e/ou ao adiamento para 2021 de muitos dos contratos previstos executar no ano de 2020. Como consequência da situação descrita, é de assinalar a redução do EBITDA para 79 mil euros negativos, fruto de uma reduzida execução operacional dos contratos em curso, face ao projetado. O Resultado Financeiro esteve em linha com o de 2019. Como aspeto negativo, é de salientar um aumento do endividamento bruto da AdP Internacional em 2.5 Milhões de euros, resultado de atrasos significativos no recebimento de verbas, nomeadamente junto da estrutura do Banco Mundial em Angola.

Assim, a recuperação económica da AdP Internacional evoluiu de forma mais lenta do que previsto devido essencialmente ao atraso no arranque e/ou na à suspensão de novos contratos em Angola, na Guiné-Bissau, em Goa, na Costa do Marfim, em Moçambique, na Tunísia e em Cabo Verde, o que originou um impacto significativo na redução do volume de negócios da empresa face ao projetado para 2020.

Saliente-se ainda o suporte permanente do acionista e da tutela que, apesar das dificuldades sentidas por todos ao longo do ano, sempre estiveram disponíveis para apoiar a atividade internacional do Grupo Águas de Portugal, sobretudo em matéria institucional e financeira.

Uma última nota sobre o excepcional desempenho dos nossos colaboradores, em particular os expatriados, que sempre mantiveram uma postura de grande profissionalismo durante todo o ano de 2020, desempenhando as suas funções mesmo em plena pandemia, em condições sanitárias bastante adversas e de elevado risco para a sua saúde. A todos saudamos com um agradecimento especial, como especial era o Fernando Rodrigues da Silva, Chefe do Projeto de Assistência Técnica à Empresa de Água e Saneamento do Bengo, que nos deixou trágica e abruptamente no mês de Setembro. Uma palavra de profundo pesar pelo falecimento de alguém que colocou o servir da causa pública acima de quaisquer interesses pessoais, de uma dedicação extrema ao setor de atividade que cedo abraçou e um exemplo de cidadania e humanismo na sua relação com o próximo.



A Empresa



2.5
8

10
f

A – A Empresa

Quem somos

A missão, a visão e valores

A AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. (AdP Internacional) é uma empresa pública que integra o Setor Empresarial do Estado nos termos do DL 133/2013 de 3 de outubro e detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A, criada em 2001, para concretizar a estratégia internacional do Grupo AdP.

A AdP Internacional tem como missão **prestar serviços a nível internacional** e apoiar iniciativas de cooperação para o desenvolvimento no setor dos serviços de águas, de forma eficiente, sustentável e inovadora, **capitalizando o conhecimento, a experiência e as soluções tecnológicas do Grupo AdP** e contribuindo para a projeção internacional do sector português da água, num quadro de ação em linha com os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030*. Em linha com esta missão, a sua visão é ser reconhecida pelos clientes e parceiros internacionais como uma referência internacional na gestão de serviços de água e, nos mercados-chave onde atua, ser líder no setor do abastecimento de água e saneamento.

Em todas as linhas de atuação, a AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A adota os **valores** da holding AdP SGPS. Acrescem a estes, os valores nucleares da AdP Internacional, que são as fundações da sua atuação a nível internacional, junto de clientes, das entidades financiadoras, dos parceiros e das comunidades locais:

Atividade, áreas de serviço, cadeia de valor e presença geográfica



A AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, SA é responsável pela **gestão dos negócios internacionais do Grupo Águas de Portugal**, atuando como montra das capacidades do Grupo e veículo de disseminação das competências do Grupo nos mercados internacionais, constituindo-se como alavanca para a sua internacionalização.

A AdP Internacional **exerce a sua atividade num ambiente concorrencial** nos mercados onde está presente. Na sua maioria, os contratos em execução pela AdP Internacional resultaram de concursos internacionais financiados por instituições financiadoras internacionais, nomeadamente, Banco Mundial, Banco Africano Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, União Europeia, entre outros.

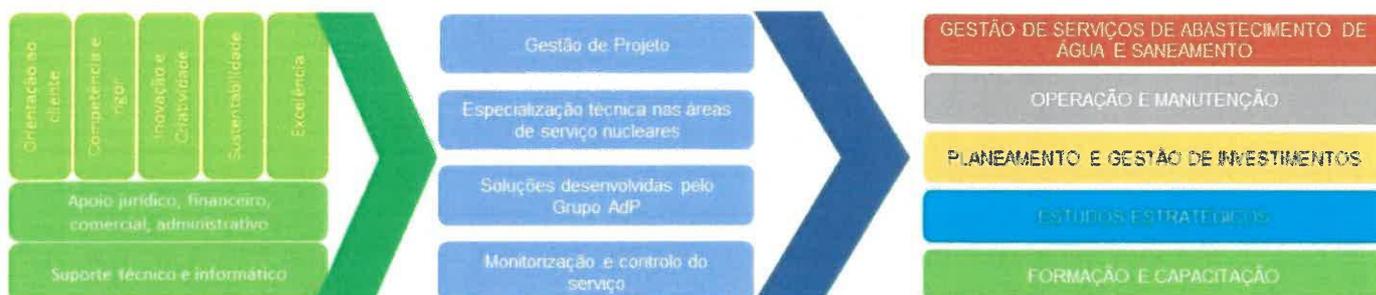
No âmbito das suas intervenções, a AdP Internacional tem vindo também a assumir um **papel de relevo no domínio da execução de projetos de cooperação internacional**, uma vez que, na sustentação de algumas iniciativas, está subjacente uma perspetiva de cooperação e responsabilidade social em detrimento de uma lógica exclusivamente comercial. A sustentabilidade económica é, contudo, o eixo fundamental da atividade desenvolvida.

Para concretizar a sua missão, a **AdP Internacional suporta-se essencialmente nas soluções, produtos e competências disponíveis nas empresas do Grupo** e estabelece parcerias com outras entidades nacionais, contribuindo assim para o reforço da presença do setor português da água nos

mercados internacionais. Assim, os serviços nucleares da AdP Internacional refletem a experiência e o saber das empresas do Grupo AdP, e estruturam-se nos seguintes tipos de atividades:



A cadeia de valor da empresa, consubstanciada nas áreas de serviço nucleares e nas competências distintivas, pode representar-se da seguinte forma:



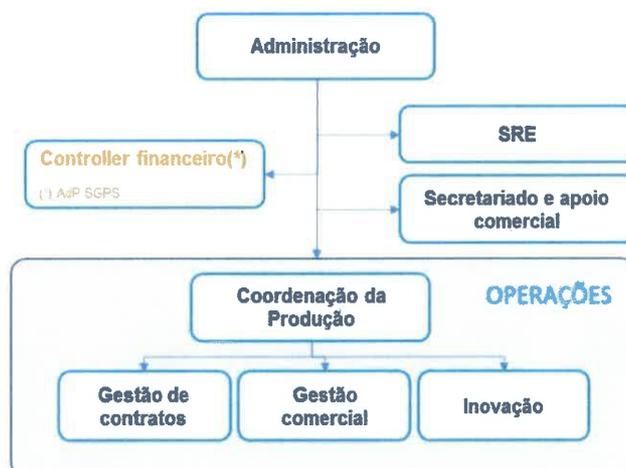
Estrutura acionista e Órgãos Sociais

A 31 de dezembro de 2019 e 2020, o capital social da AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. era integralmente detido pelos seguintes acionistas:

Acionistas	%	Ações	Valor (Eur)
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100	35.000	175.000

Por deliberação da acionista única, a 1 de julho de 2016, foram eleitos os órgãos sociais para o mandato 2016/2018 os quais se mantiveram em funções no âmbito do referido mandato até 27 de maio de 2020. No dia 28 de maio de 2020, foi eleita a Mesa da Assembleia Geral para o mandato 2020-2022. A mesa da assembleia geral é composta por um Presidente e um Secretário, eleitos em Assembleia Geral. O Conselho de Administração é composto por três membros, um dos quais presidente. A Assembleia Geral elegeu o presidente e um vogal na condição de gestores executivos e um vogal na condição de gestor não executivo. O Fiscal único Efetivo e Suplente (ROC) foram igualmente eleitos por deliberação da acionista única, tomada com efeitos a 22 de abril de 2020.

Na sequência da reestruturação definida em 2016 para otimizar os resultados e aumentar a eficiência operacional, a estrutura organizacional da AdP Internacional apresenta a seguinte configuração:



Um dos aspetos relevantes no novo modelo organizativo é a responsabilização dos elementos das equipas por áreas funcionais. A equipa de sede é pluridisciplinar, com uma versatilidade que permite que cada elemento desempenhe diferentes funções, para dar resposta às prioridades que se vão colocando ao longo do ano.

Destaques do ano/Principais Acontecimentos

i. Síntese

O ano de 2020 fica marcado pelo atraso no arranque e/ou na suspensão de novos contratos em Angola, na Guiné-Bissau, em Goa, na Costa do Marfim, em Moçambique e em Cabo Verde, o que originou um impacto significativo no volume de negócios da empresa.

O posicionamento estratégico da empresa e o processo de reestruturação iniciado no 2º semestre de 2016 têm contribuído para a melhoria do seu desempenho e para que as metas fixadas pelo acionista para o triénio de 2016-2018 sejam atingidas, nomeadamente o equilíbrio económico e financeiro da empresa. Em 2020, destaca-se ainda o reforço dos esforços comerciais e a expansão da presença internacional em novos mercados em África (Costa do Marfim) e na Ásia. Em relação a novos mercados, nomeadamente à Índia, destaca-se o trabalho comercial continuado, que irá gerar resultados em 2021, após a assinatura do

Handwritten signature/initials in blue ink.

contrato de assistência técnica firmado com o Governo do Estado de Goa, no passado mês de Fevereiro de 2020.

Resumidamente, a nível interno, em 2020 consolidaram-se as seguintes medidas adotadas em 2017, no sentido do aumento da eficiência operacional e da redução dos custos de estrutura da empresa:

- Otimização das estruturas dirigentes e de suporte presentes nos mercados-chave, nomeadamente em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique. Nestes 3 mercados foi eliminada a função de direção-geral até que o volume de contratos em execução justifique uma alteração desta situação.
- Integração de funções de produção e de execução contratual na equipa especializada de sede da AdP Internacional. Para além das funções comerciais e de desenvolvimento de negócio, a equipa de sede assumiu funções de produção em vários contratos, a par da atividade comercial, o que contribuiu para a redução dos custos de estrutura da empresa.
- Implementação do processo de preenchimento de *time-sheet* e reforço do acompanhamento dos processos de contabilidade de gestão. Estas medidas estão a contribuir para a melhoria do acompanhamento da situação económica e financeira dos projetos e, consequentemente, da informação de gestão.

No que diz respeito à execução de contratos, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Contrato de consultoria para Assistência Técnica à Global Water Practice, no âmbito da resposta a emergências just-in-time (JIT) à crise do COVID-19;
- No mercado moçambicano, 2020 fica marcado pelo desenho do Reforço da Resiliência dos Sistemas de Produção de Água Potável em Moçambique aprovado para financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal. A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que atividades passassem todas para 2021, assim que haja condições mínimas de segurança e possibilidades de deslocação a Maputo, Beira, Inhambane, Maxixe e Nampula. Ainda neste país, a AdP Internacional manteve em 2020 o seu papel no consórcio liderado pela Castalia (EUA), prestando desde 2017 serviços de consultoria à AURA (Autoridade Reguladora de Água), no âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial, cujo objetivo assenta na definição do modelo tarifário para a AURA. Em 2020 a equipa da AdP Internacional apoiou no estabelecimento de um mecanismo de fixação de tarifas para as 15 principais concessionárias de abastecimento de água de Moçambique, assentes no princípio de recuperação de custos e sensíveis aos grupos socialmente vulneráveis;
- Em Angola, a intervenção da AdP Internacional foi assegurada pelos contratos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) de Assistência Técnica às empresas de água e Saneamento das províncias de Bengo e de Cunene. A implementação destes contratos assegura a continuidade e a afirmação da AdP Internacional como agente de apoio ao desenvolvimento do sector da água em Angola em particular através do reforço de competências e meios técnicos que vem assegurando ao longo dos últimos anos. No mês de Julho de 2020, foi assinado o Contrato 78NCI/HUILA/19 - Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água da Província da Huila. Este contrato tem como entidade contratante a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, é financiado pelo Banco Mundial e totaliza 6.3M USD. O tempo de execução é de 48 meses e terá o seu início no 2º Trimestre de 2021, após emissão de visto prévio por parte do Tribunal de Contas de Angola;
- Para o mercado de Cabo Verde, foram desenhados o Projeto Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água e o Projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas aprovados para financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal. Estes contratos só poderão ser iniciados no ano de 2021, fruto da situação pandémica ocorrida;
- O projeto de melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné Bissau), financiado pelo Banco Mundial e em parceria com a EdP Internacional e a Leadership consulting (consórcio) manteve o seu normal rumo entre Janeiro e Março de 2020 tendo as equipas focado na implementação das atividades de suporte às áreas da água e energia da EAGB. No entanto e devido à Pandemia de COVID 19, a 29 de Março de 2020 os membros permanentes do consórcio viram-se forçados a regressar a Portugal, seguindo as diretrizes

afixadas pelos serviços consulares Portugueses. Espera-se o reinício do contrato até final do 1º trimestre de 2021, se as condições sanitárias o permitirem;

- Na Tunísia, prosseguiram os projetos no âmbito da Convenção de Cooperação entre os Ministérios do Ambiente Português e Tunisino, patrocinados pelo Fundo Ambiental, através do contrato com a congénere Tunisina da AdP, a “Office National de l’Assainissement” (ONAS). Destaca-se ainda na Tunísia a apresentação da proposta para um Contrato de Concessão para a Gestão de Sistemas de Saneamento na Região Norte de Tunes, por um prazo de 10 anos e com financiamento do Banco Mundial, cujo resultado será conhecido durante o 1º semestre de 2021.
- Na Costa do Marfim prepararam-se os 2 projetos financiados pelo Fundo Ambiental; Plano de Comunicação em Saneamento e Salubridade, a desenvolver para o Ministère de l’Assainissement et de la Salubrité (MINASS) e o projeto de Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento, cujos beneficiários serão os técnicos das diversas entidades tuteladas por aquele Ministério;
- No Malawi, continuou em desenvolvimento o projeto dos “Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe”, que está a ser desenvolvido por um consórcio de empresas que inclui a AdP Internacional;
- Em Timor Leste, o ano fica marcado pela execução dos projetos para os sistemas de abastecimento de água e saneamento em quatro capitais de Município: Baucau, Los Palos, Viqueque e Same. A AdP Timor Leste apresentou-se em consórcio com a ENGIDRO - Estudos de Engenharia Lda. O contrato envolve a prestação de serviços de assistência técnica visando o desenvolvimento de projetos naquelas quatro capitais de distrito timorenses, que irão servir mais de 145 mil pessoas, e terá a duração de seis meses e envolvendo um valor de 2,1 milhões de USD. No final de 2020, iniciou-se ainda a elaboração dos Planos Diretores de Água e Saneamento para as capitais de Município de Ainaro, Bobonaro e Covalima;
- Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para Cooperação Técnica assinado entre o Governo de Goa (através do Departamento de Obras Públicas) e o Ministério do Ambiente da República Portuguesa (através da Águas de Portugal), assinado em 29 de setembro de 2018 estava previsto o arranque do projeto Assistência Técnica Ao Departamento de Obras Públicas-PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa para Março de 2020. A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que o arranque fosse adiado para, numa primeira fase para Setembro de 2020, tendo sido novamente adiado para data a agendar em 2021 assim que existam condições para tal.

É ainda de relevar que, no âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado “Utilities of the Future”, a AdP Internacional está a prestar apoio técnico ao Banco Mundial em três concessionárias de água e saneamento, i) KWSB em Karachi (Paquistão); ii) CAGEPA na Paraíba (Brasil) e SEDAPAL em Lima (Peru). A AdP Internacional, através dos seus técnicos, conferiu suporte especializados com o objetivo de promover e implementar planos abrangentes e eficazes para transformar e preparar as concessionárias para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes. O conceito subjacente à “Utilidade do Futuro - UoF” envolve não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais. Este contrato, embora de pequena dimensão financeira, é um sinal importante do reconhecimento do principal banco de desenvolvimento global sobre a mais-valia e competência da AdP I.

2020 foi um ano importante para a consolidação das atividades da AdP Internacional, em novos mercados e nos países de expressão portuguesa. Saliente-se o estreitar do relacionamento com o Banco Mundial que se iniciou em meados de 2019, no âmbito do novo projeto estratégico desta Instituição Financiadora Multilateral designado “Utilities of the Future”. No entanto, a situação de pandemia mundial que atravessamos obrigou à suspensão e/ou ao adiamento para 2021 de muitos dos contratos previstos executar no ano de 2020.

Nos parágrafos seguintes é feita uma descrição detalhada dos principais acontecimentos ocorridos durante o ano de 2020.

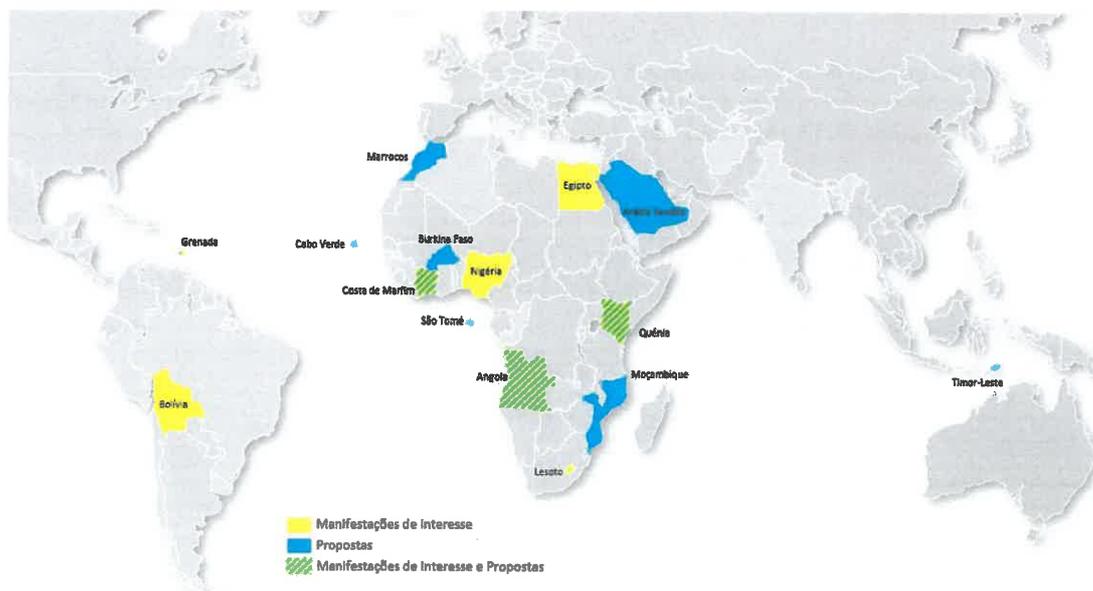
ii. Actividade comercial

Em 2020, verificou-se uma forte atividade de desenvolvimento de negócio. Em linha com o plano estratégico da AdP Internacional, manteve-se a aposta nos mercados prioritários (lusófonos) bem como a procura de oportunidades em novas geografias.

A atividade da AdP Internacional centrou-se na identificação de novas oportunidades no Sector de Abastecimento de Água e Saneamento, financiadas pelas principais instituições multilaterais, designadamente Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Asiático de Desenvolvimento.

As manifestações de interesse e propostas desenvolvidas foram ao encontro das áreas de competência do Grupo AdP procurando utilizar os recursos e o conhecimento interno bem como as ferramentas tecnológicas na implementação dos serviços propostos. Os países lusófonos mantiveram destaque entre os países beneficiários, em particular no continente africano. Procurou-se ainda diversificar as regiões de intervenção identificando oportunidades de negócio noutros países, desenvolvendo contactos e sinergias com outras entidades com experiências complementares permitindo reunir competências técnicas em consórcios internacionais que assegurem a possibilidade de sucesso das propostas apresentadas.

O mapa abaixo resume o nº de manifestações de interesse e propostas desenvolvidas em 2020.



Manifestações de Interesse

Em 2020 foram preparadas 14 manifestações de interesse respondendo a concursos internacionais financiados por instituições financeiras internacionais e centrando-se maioritariamente no continente Africano, conforme ilustrado no Quadro seguinte. Destas, 7 passaram à fase de proposta técnica e financeira e 3 aguardam ainda resposta.

DESIGNAÇÃO	FINANCIADOR	PAIS
Medida Complementar Proyecto de Agua Potable y Alcantarillado Sucre IV	GIZ	Bolivia
Etude Diagnostique des Pertes en Eaux et Travaux de Sectorisation a Koumassi	World Bank	Costa do Marfim
Kenya Water and Sanitation Development Project: Consultancy Services for Utility Turnaround Framework	World Bank	Quenia
Independent Safeguards Audit Services	World Bank	Angola
Participatory Sanitation Master Plans for 4 cities	World Bank	Angola
Consultancy Services for Utility Turnaround Framework	World Bank	Quenia
Preparation of Participatory Sanitation Master Plan with Technical Specifications for Bidding Documents for Six Cities, in Line With the Citywide Approach	World Bank	Angola
Consultancy Services for Conducting a Beneficiary Assessment Study for the Water and Sanitation Services In Angola	World Bank	Angola
Technical Assistance for Ondo State Water Corporation.	AFD	Nigeria
Climate-resilient Water Sector in Grenada (G-CREWS) – Consultancy in water resource management and water utility management	GIZ	Grenada
Lesotho-Maseru: EIB – Technical assistance to the project implementation unit	EIB	Lesoto
Expression for Interest: Institutional and Organizational Technical Assistance Plateau	AFD	Nigeria
Support the Development of a Water and Sanitation Sector Strategy	World Bank	Egito
Provide Capacity Building and Support to Egyptian Water and Wastewater Regulatory Agency (EWRA)	World Bank	Egito

Propostas Técnicas

O ano de 2020 foi um ano de intenso desenvolvimento de propostas, tendo a AdP Internacional preparado 13 propostas técnicas e financeiras em sede de concurso internacional, conforme ilustrado no Quadro seguinte. Dessas, 6 ainda estão a aguardar uma decisão, 2 não foram adjudicadas e 5 deram origem a novos contratos.

DESIGNAÇÃO	FINANCIADOR	PAIS
Private Sector – Participation in the Water Distribution Sector	Arábia Saudita	Arábia Saudita
Services d'Assistance technique d'accompagnement et de renforcement des capacités de l'ONEA	AFD	Burkina Faso
Consultoria para Atualização da Estratégia Participativa de Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2040	GOVERNO STP	São Tomé e Príncipe
Apoio para Redução de Água não Faturada – WSUP	WSUP	Moçambique
Reforço da Resiliência dos Sistemas de Produção de Água Potável em Moçambique	Fundo Ambiental	Moçambique
Project Preparation & Implementation Programme for Timor Leste	EIB	Timor-Leste
Kenya Water and Sanitation Development Project: Consultancy Services for Utility Turnaround Framework	World Bank	Quenia
Technical Assistance for Institutional Strengthening and Capacity Building for Four water service providers (WSPs) in coastal region	World Bank	Quenia
Participatory Sanitation Master Plans for 4 cities	World Bank	Angola
Climate-resilient Water Sector in Grenada (G-CREWS) – Consultancy in water resource management and water utility management	GIZ	Grenada
Projeto I) Comunicação e Projeto II) Formação e Capacitação	Fundo Ambiental	Costa do Marfim
Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano de Ação Para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas	Fundo Ambiental	Cabo Verde
Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água	Fundo Ambiental	Cabo Verde

Parcerias e consórcios

O estabelecimento de parcerias e consórcios faz parte da estratégia de desenvolvimento da atividade comercial, sendo esse um dos pilares estratégicos “Sozinhos vamos mais rápidos, mas juntos vamos mais longe”.

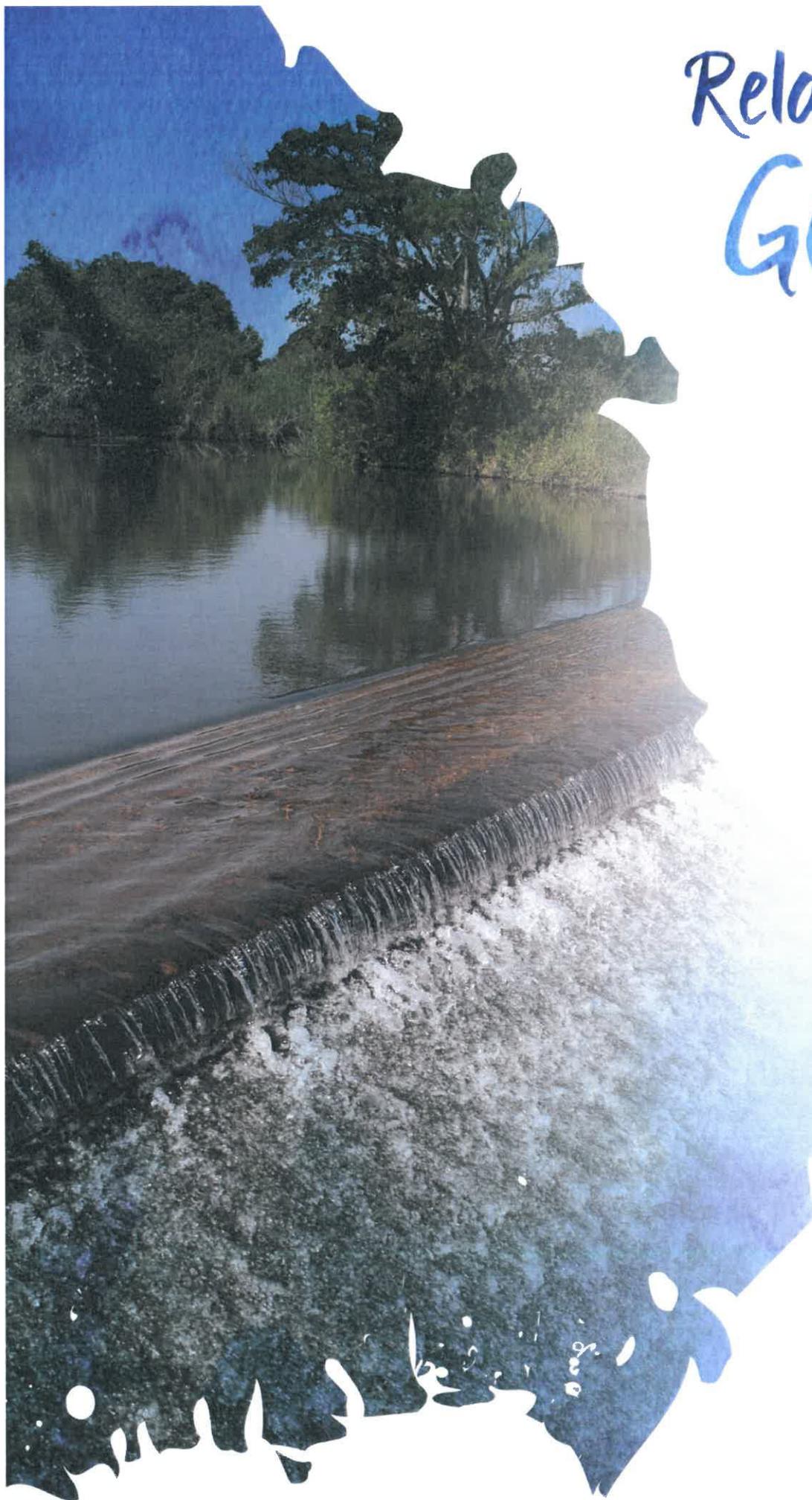
A identificação de novas oportunidades de projetos passa também pelo estabelecimento de consórcios e parcerias que permitem chegar a outros geografias e potenciar as possibilidades de sucesso das propostas apresentadas.

As entidades parceiras dos projetos são, maioritariamente, empresas com experiência no sector da água e que actuam em áreas geográficas nas quais a AdP Internacional procurou associar-se para reunir competências técnicas e experiência local no país alvo da intervenção. Destacam-se como parceiros internacionais a GFA Consulting, empresa alemã de consultoria para o desenvolvimento económico e social, a Miya, a ASPA Utilities, com as quais foram elaboradas respostas conjuntas a concursos internacionais nas geografias acima referidas

Em 2020, destaca-se a continuação da parceria com diversas empresas portuguesas do sector, designadamente a COBA, Engidro, CESO e a Indáqua.

Em Portugal, entidades de outros sectores, como a investigação científica e tecnológica e o desenvolvimento social, associaram-se a projetos da AdP Internacional. Destaca-se o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), a organização não-governamental portuguesa IMVF – Instituto Marquês de Vale Flor, com competências específicas e atividade em áreas complementares que valorizaram as propostas de projeto apresentadas.

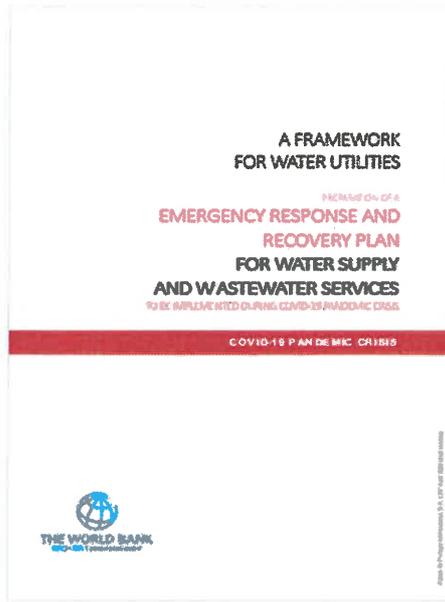
Relatório de Gestão



iii. Projetos e iniciativas em curso

Ações de cooperação

Serviços de consultoria para suporte JIT de resposta a emergências COVID-19. Contrato nº 7195763



O objetivo dos serviços de consultoria implementados pela AdP Internacional, com financiamento do Banco Mundial tem como objetivo prestar apoio técnico à Prática Global de Água do Banco Mundial (GP da Água) contribuindo assim para dar uma resposta de emergência just-in-time (JIT) à crise do COVID-19. Isto é conseguido através do apoio às equipas de responsáveis do Banco Mundial as quais trabalham com serviços de abastecimento de água e saneamento (WSS) em países clientes. O apoio técnico da AdP Internacional permite que às equipas do Banco Mundial forneçam orientação aos clientes sobre medidas de resposta a emergências a serem implementadas imediatamente para garantir a disponibilidade e continuidade dos serviços de abastecimento de água potável em unidades de saúde.

Os serviços prestados pela AdP Internacional incluem duas componentes principais: (1) enquadramento para orientar o desenvolvimento dos planos de resposta e recuperação de emergência do COVID-19; e (2) suporte técnico *just-in-time* (JIT).

Países africanos da CPLP

Moçambique

Para o mercado moçambicano, foi desenhado o [Projeto Reforço da Resiliência dos Sistemas de Produção de Água Potável em Moçambique](#) aprovado para financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal.

O projeto vai de encontro às necessidades mais urgentes identificadas pelo FIPAG – Fundo de Abastecimento e Património do Abastecimento de Água - para fazer face às situações de risco ao abastecimento de água potável às populações e contempla as seguintes medidas:



Para a plena execução das atividades e melhor acompanhamento das mesmas por parte das Entidades envolvidas, além do Protocolo entre a AdP Internacional e o MAAC, foi também elaborado e assinado um Protocolo de Cooperação entre a AdP Internacional e o FIPAG.

A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que atividades passassem todas para 2021, assim que haja condições mínimas de segurança e possibilidades de deslocação a Maputo, Beira, Inhambane, Maxixe e Nampula.

Tariff Model Study (Structure and Mechanism of Cross Subsidies for Poor and Sustainability of Connections Fees Subsidy)

No âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial cujo objetivo assenta na definição do modelo tarifário para a AURA (Autoridade Reguladora de Água), a AdP Internacional manteve em 2020 o seu papel no consórcio liderado pela Castalia (EUA), prestando desde 2017 serviços de consultoria à AURA. Em 2020 a equipa da AdP Internacional apoiou no

estabelecimento de um mecanismo de fixação de tarifas para as 15 principais concessionárias de abastecimento de água de Moçambique, assentes no princípio de recuperação de custos e sensíveis aos grupos socialmente vulneráveis. Além disso, a equipa da AdP Internacional focou-se na formação dos técnicos da AURA e do FIPAG no que toca às diretrizes para a definição das tarifas e utilização do modelo tarifário. Esta formação, atendendo às limitações de deslocação por causa da pandemia de Covid 19 teve lugar via plataforma digital tendo logrado o sucesso esperado.

Angola

Em 2020 a intervenção da AdP Internacional em Angola foi assegurada pelos contratos, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), de assistência técnica às empresas de água e saneamento das províncias de Bengo e de Cunene. A implementação destes contratos assegura a continuidade e a afirmação da AdP Internacional como agente de apoio ao desenvolvimento do sector da água em Angola em particular através do reforço de competências e meios técnicos que vem assegurando ao longo dos últimos anos.

Os contratos vêm na sequência do apoio disponibilizado pelo BAfD via o Projeto de Apoio Institucional e Sustentável ao Fornecimento de Serviços Urbanos de Água e Saneamento (ISSUWSSSD) que visa apoiar o desenvolvimento de serviços públicos de abastecimento de água e saneamento a nível local e o reforço institucional e à governação sectorial a nível nacional.

Na Província de Cunene, a AdP Internacional assegurou a continuidade do contrato do **Projeto de Capacitação para a Gestão, Operação e Manutenção da Empresa Provincial de Água e Saneamento de Cunene EP (EASC EP)** mantendo o apoio à empresa provincial iniciado em 2019.



O contexto complexo criado pela pandemia COVID 19 criou dificuldades acrescidas à implementação do projeto com impacto transversal em todas as atividades prevista para 2020. Ainda assim, a AdP Internacional assegurou a mobilização da sua equipa técnica para Ondjiva, capital da Província de Cunene, onde se localiza a sede da EASC.

Apesar do contexto desfavorável à permanência e às dificuldades das viagens internacionais para Angola foi possível assegurar a presença contínua da AdP Internacional até dezembro assegurando apoio às atividades gerais da EASC e seguindo os objetivos do projeto, nomeadamente:



Neste contexto a equipa técnica de peritos da AdP Internacional trabalhou em conjunto com os técnicos e os responsáveis da EASC assegurando assistência às principais áreas de Produção, Comercial, Recursos Humanos, Financeira e de Operação e Manutenção. Nos próximos 2 anos o projeto beneficiará do apoio de outros técnicos mobilizados especificamente para outras áreas essenciais da empresa, nomeadamente a área de Qualidade da Água e de Sensibilização Social.

Tendo sido um ano de grandes desafios, 2020 foi também um ano essencial para demonstrar a capacidade de resposta da AdP Internacional e dos seus técnicos face às adversidades e obstáculos de diversa ordem colocados pela pandemia COVID 19. Esta capacidade permitiu a consolidação da presença da AdP Internacional em Angola mantendo as perspetivas de implementação do projeto até 2022.



Contratos de Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo

No ano de 2020, foi dada continuidade à execução do Contrato de Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo (EPASBENGO), que teve início em julho de 2019. Este contrato tem como entidade contratante a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, sendo financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento. O montante associado ao contrato é de 6 527 048,38 USD (líquido de impostos e desvalorização cambial) e 7 077 276,64 USD(com impostos e desvalorização cambial à data de 31 de Dezembro 2020)

. O prazo de execução do contrato é de 36 meses.

O contrato de assistência técnica tem como principais objetivos:



A execução do contrato em Angola é assegurada por uma equipa de 12 peritos, a que acresce 6 estagiários Angolanos contratados pela AdP Internacional, contando ainda com o apoio de uma equipa de *backoffice* em Lisboa e Angola. Tratando-se de um contrato baseado no desempenho, a sua avaliação é feita através de 31 KPI, calculados numa base anual e trienal.

Handwritten signature and initials.

A Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo (EPASBENGO E.P.) foi criada pelo Decreto Executivo Conjunto n.º 276/17, de 5 de maio, cujo objeto é a gestão e exploração de sistemas públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e drenagem de águas pluviais na Província do Bengo. A população estimada desta província é de 429 322 habitantes.

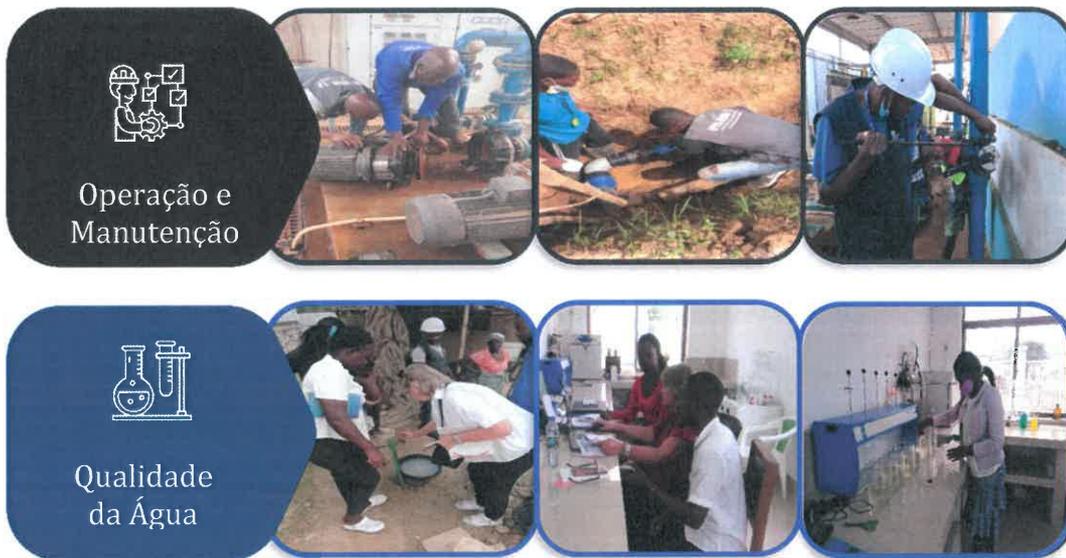


Em 2020, e na sequência do processo de reestruturação da empresa, o quadro de pessoal teve uma redução de cerca de 30%, apresentando 60 trabalhadores. A produção de água é de cerca de 170 000 m³ de água/mês, com uma média de água faturada de 35%. A capacidade financeira da empresa é muito deficitária, o que constitui um dos principais focos de atuação da assistência técnica.

Na sequência dos trabalhos desenvolvidos pela AdP Internacional em 2019, mais focados no conhecimento e levantamento pormenorizado dos meios humanos, técnicos e financeiros existentes na EPASBENGO, a execução do contrato em 2020 foi significativamente afetada pela situação de pandemia de COVID-19 e das consequentes restrições sanitárias e de mobilidade adotadas em Portugal e Angola. Para além do impacto na execução da assistência técnica, esta situação de pandemia teve implicações diretas na prestação de serviços pela EPASBENGO, bem como na degradação das condições socioeconómicas da população da Província do Bengo. Assim, verificou-se uma deterioração da capacidade financeira da empresa, devido à redução significativa da taxa de cobrança, agravada pela instabilidade laboral resultante da falta de pagamento dos salários dos trabalhadores.

Apesar das diversas dificuldades enfrentadas pela equipa no terreno e da necessidade de ajustar o plano de atividades da assistência técnica, devem ser destacados, para o ano de 2020, os seguintes aspetos:

- Apresentação do Relatório e Contas 2019 (primeiro da EPASBENGO desde a sua criação), incluindo o Parecer do Auditor Externo, e aprovação pelo Instituto de Gestão de Ativos e Participações do Estado de Angola (IGAPE).
- Implementação do processo de reestruturação da empresa, nomeadamente na área de Recursos Humanos.
- Organização da informação administrativa e financeira e início da implementação do *software* ERP - Primavera.
- Preparação da substituição do *software* da área comercial da empresa pelo *software* Aquamatrix.
- Cadastro das ligações e validação da base de dados de clientes (cerca de 6 700 clientes).
- Implementação de giros e entrega no domicílio de faturas.
- Redução da faturação por estimativa através do aumento da realização de leituras.
- Implementação de procedimentos na área de Produção, incluindo a gestão de stocks de reagentes.
- Início da implementação do Sistema de Gestão da Manutenção suportado no *software* MANUTEC.
- Implementação do Plano de Controlo de Qualidade da Água e do Plano de Controlo Operacional.
- Identificação do potencial de novas ligações e necessidades de investimento.
- Estabelecimentos de mecanismos de comunicação através da publicação de boletins diários relativos à produção e distribuição de água.



Em Julho de 2020 foi assinado o Contrato 78NCI/HUILA/19 - Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água da Província da Huila

Este contrato tem como entidade contratante a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, é financiado pelo Banco Mundial e totaliza 6.3M USD. O tempo de execução é de 48 meses e apenas terá o seu início no I Trimestre de 2021.

O contrato de assistência técnica, que abrange os Municípios de Lubango, Chibia, Cacula, Quipungo, Matala e Jamba da Província da Huila, no sul de Angola, tem como principais objetivos:



Num período de quatro anos, assegurar que a EASH é uma Empresa **ORIENTADA PARA O DESEMPENHO, FINANCEIRAMENTE INDEPENDENTE e TECNICAMENTE SUSTENTÁVEL**, capaz de cumprir suas obrigações legais e com os clientes

Assegurar que a **TAXA DE RECUPERAÇÃO DE CUSTOS É DE PELO MENOS 80%** com base em orçamentos pré-aprovados, sólidos e realistas.

Assegurar que as **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SÃO AUDITADAS** de forma independente todos os anos e que os **RESULTADOS** da auditoria **SÃO SATISFATÓRIOS**.

Auxiliar a **EASH NA CONSOLIDAÇÃO** das suas estruturas e do seu processo organizacional, bem como na gestão e no plano de negócios.



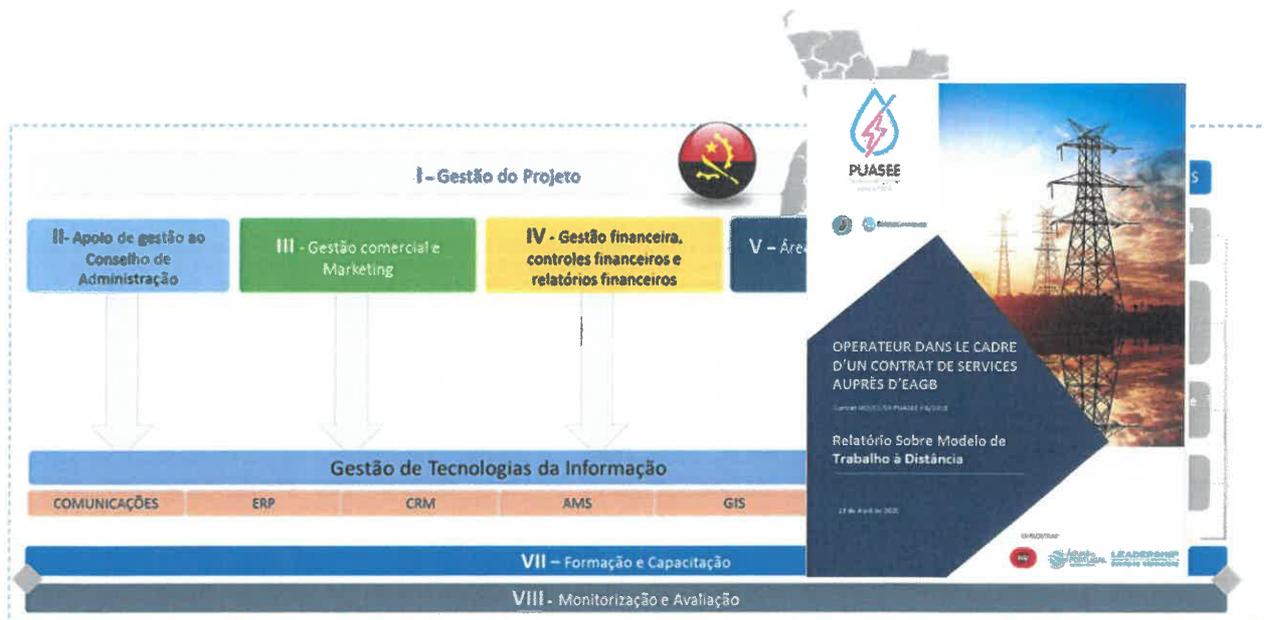
Assegurar a **CONTINUIDADE E QUALIDADE** do abastecimento de água à população de Lubango, Quipungo, Matala, Jamba, Chibia e Cacula tendo por base o sistema existente.

Auxiliar a EASH na **SUPERVISÃO** do contrato de três anos para a **OPERAÇÃO E A MANUTENÇÃO** dos sistemas construídos para Cacula e Jamba por parte da adjudicatária.

Assegurar a **EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO E COBRANÇA**.

Assegurar uma **SÓLIDA GESTÃO COMERCIAL** no que respeita à gestão da faturação, cobrança, receita e dívida.

Foi desenhado, de acordo com o definido nas especificações técnicas, para ser implementado em total parceria com a EASH (Empresa de Água e Saneamento da Huila), com uma intensa e contínua componente formativa e com as seguintes oito atividades principais:



Embora o contrato tenha sido assinado em julho de 2020, aguarda-se o seu início no somente no 1º semestre de 2021, uma vez que foi submetido a visto prévio no Tribunal de Contas Angolano.

São Tomé e Príncipe

Em Dezembro de 2019 finalizou-se o Projeto de Cooperação iniciado em 2017 e que trouxe substanciais melhorias para os 16 Sistemas de Abastecimento de Água sobre a responsabilidade da EMAE (Empresa de Água e Eletricidade de São Tomé e Príncipe).

Não obstante todos os esforços efetuados para dar seguimento à colaboração com a EMAE e ao seguimento do trabalho realizado nas 2 ilhas, a situação pandémica alterou todos os focos e objetivos das Multilaterais e das Entidades do País.

No entanto, e num esforço de ajuda com o país face a esta situação pandémica, em finais de Março, foi enviado para responsáveis da DGRNA (Direção geral dos Recursos Naturais e Ambiente) e da EMAE um documento preparado pela AdP Internacional com base quer na experiência das empresas do Grupo AdP quer nas recomendações de Organizações Mundiais sobre o Abastecimento de Água durante a pandemia do COVID-19.

Ainda num esforço de ajuda e cooperação, foi aprovado pelo CA da Administração da AdP Internacional I, em finais de 2020, a colaboração com a ONGD-LD Leigos para o desenvolvimento. Esta colaboração terá com objetivo colaborar na identificação e desenho de uma solução mais reforçada e melhorada para o abastecimento de água às populações de Porto Alegre e Vila Maianza. Esta colaboração iniciar-se-á em 2021.

Guiné – Bissau

O projeto de melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné Bissau), financiado pelo Banco Mundial e em parceria com a EdP Internacional e a Leadership consulting (consórcio) manteve o seu normal rumo entre Janeiro e Março de 2020 tendo as equipas focado na implementação das atividades de suporte às áreas da água e energia da EAGB. No entanto e devido à Pandemia de COVID 19, a 29 de Março de 2020 os membros permanentes do consórcio viram-se forçados a regressar a Portugal, seguindo as diretrizes afixadas pelos serviços consulares Portugueses.

g p f

Desde essa data e até final de Maio de 2020, não obstante a pandemia e cumprindo o objetivo de continuar a assegurar à distância o desenvolvimento do contrato, o consórcio definiu um plano de trabalho remoto, de forma a tentar assegurar todo o apoio possível à EAGB. Neste sentido o consórcio foi capaz de:

MANTER A OPERACIONALIDADE BÁSICA DA EMPRESA, SOBRETUDO EM TERMOS DAS SUAS FUNÇÕES MAIS BÁSICAS, QUE SÃO O FORNECIMENTO DE ENERGIA E ÁGUA ÀS POPULAÇÕES, EMPRESAS E INSTITUIÇÕES E O CONTATO COM OS CLIENTES NO SENTIDO DE MANTER AS RECEITAS DA EMPRESA EM NÍVEIS QUE LHE PERMITAM O FINANCIAMENTO;

MANTER AS ROTINAS DE TRABALHO PARA QUE ESTAS NÃO SE PERCAM ENQUANTO NÃO HOUVER A POSSIBILIDADE DE CONTATO FÍSICO ENTRE OS COLABORADORES E A EAGB.

DESENVOLVER ALGUNS DOS RELATÓRIOS DE ESTRUTURAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO QUE, MESMO QUE TIVESSEM QUE SER ENTREGUES MAIS À FRENTE NO TEMPO, POSSAM JÁ SER ADIANTADOS, CASO SOBRE AINDA O TEMPO PARA A SUA EXECUÇÃO.

MANTER OS ASSUNTOS DE TRABALHO E AS PRIORIDADES DA EAGB NO RADAR DE TODOS OS INTERVENIENTES, MANTENDO PRESSÃO NOS TEMAS PRIORITÁRIOS PARA A SUA RESOLUÇÃO (DOS QUE SÃO PASSÍVEIS DE SEREM ATACADOS DE UMA FORMA REMOTA);

TRATAR TODOS OS TEMAS QUE SEJAM PASSÍVEIS DE SER RESOLVIDOS ATRAVÉS DA INTERAÇÃO REMOTA

MANTER O CONTATO E INTERAÇÃO ENTRE AS EQUIPAS DE FORMA A QUE A RETOMA SEJA MAIS FÁCIL DEPOIS DO TEMPO DE CONFINAMENTO

No entanto, por decisão do cliente, o contrato foi suspenso desde o dia 1 de Junho de 2020, tendo sido alegado que, não obstante o esforço demonstrado pelo consórcio em manter as suas funções mesmo que em remoto, não estariam reunidas as condições contratualmente vinculadas as quais pressupõe uma presença diária e local na EAGB.

Desde essa data que os contactos com o cliente se têm mantido e o consórcio está atualmente a finalizar os detalhes para a retoma das atividades regulares na EAGB com o regresso da equipa à Guiné Bissau, esperando que isso aconteça durante o primeiro trimestre de 2021.

Não obstante toda esta situação, das inúmeras ações efetuadas durante 2020, podemos destacar as seguintes:

- Acompanhamento e coordenação diária e contínua de todas as atividades da EAGB;
- Implementação de metodologia de registos de todas as ocorrências e intervenções tidas.
- Elaboração de uma lista de materiais e acessórios necessários para constituição de stock mínimo, em armazém, para ocorrer às necessidades de intervenção das equipas operacionais.
- Reabilitação da rede de distribuição e outras infraestruturas de abastecimento de água (bombas, quadros elétricos, etc).
- Deu-se seguimento ao processo de informação e sensibilização dos técnicos e da administração sobre a necessidade de desinfeção da água distribuída pela EAGB.
- Foram realizados trabalhos de rotina, limpeza e manutenção das casinhas dos furos, dos quadros elétricos e bombas.
- Foram feitas manobras na rede para distribuição de água em várias zonas de bairros onde a distribuição não é 24 h/dia.
- Implementação de boas práticas que podem ser utilizadas pela EAGB no seu processo de controlo de ativos na busca de alcançar um resultado sustentável

Cabo Verde

Para o mercado de Cabo Verde, foram desenhados o Projeto [Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água](#) e o Projeto [Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde](#) - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas aprovados para financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal.

Na sequência do trabalho já desenvolvido em Cabo Verde em matéria de Gestão de Conflitos dos Usos da Água, o primeiro projeto acima referido refere-se à Fase 4 do "Toolkit" sendo as atividades centradas em:

Criação de um grupo de técnicos locais capacitados para fazer a difusão do “Toolkit” escolhidos dentro do grupo dos que frequentaram com maior aproveitamento as ações de formação das fases anteriores. Pretende-se assim transferir os conhecimentos para o país de modo a reforçar a sua autonomia em termos de conhecimentos sobre as técnicas de gestão de conflitos no uso de água.

Divulgação junto dos decisores de top” (administradores de agências, presidentes de câmara e vereadores, etc.) o “Toolkit” e seus métodos de modo a tornar os decisores mais capacitados para a gestão de conflitos no uso da água.

O segundo projeto envolve o desenvolvimento de um plano de ação para a reutilização de águas residuais tratadas, para a ilha de Santiago, que terá como objetivo identificar as instalações de tratamento com viabilidade de produção de água para reutilização (APR), os potenciais usos e as necessidades de investimento para assegurar os níveis de tratamento em conformidade com as normas de qualidade exigidas e para a construção dos sistemas de distribuição de APR.

A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que a maioria das atividades destes projetos passassem todas para 2021, assim que haja condições mínimas de segurança e possibilidades de deslocação a Cabo Verde.

A AdP Intenacional na Africa do Norte e na África Oriental e Ocidental

Tunísia

Proseguem os projetos patrocinados pelo Convenção de cooperação entre os Ministérios do Ambiente Português e Tunisino, patrocinadas pelo Fundo Ambiental, através do contrato com a congénere Tunisina da AdP, a “Office National de l’Assainissement” (ONAS). Este projeto é composto por cinco (5) componentes distintas, todas na área do saneamento e tratamento de águas residuais, nomeadamente:



Saneamento de povoações com menos 10.000 habitantes - estudo técnico-económico para escolha dos sistemas de tratamento mais adequados

Elaboração de um plano de 5 anos, para o destino final das lamas (de ETAR), para a Região Norte da Tunísia

Desenvolvimento de um Estudo Estratégico para a Eficiência Energética nas ETAR da ONAS

Reaproveitamento das águas residuais, com tratamento terciário na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Mornaguia:
Aplicação às culturas hortícolas (excluindo o espectro cultural);

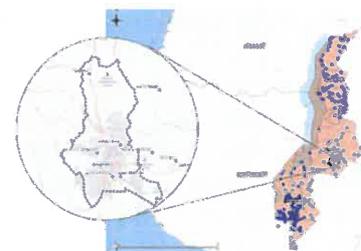
Apoio técnico e institucional à governança descentralizada dos serviços de saneamento

Este contrato desenvolve-se com a participação de técnicos especialistas da AdP Internacional e do Grupo AdP, como forma de partilhar os conhecimentos e experiência adquiridos no Grupo AdP, na área de saneamento.



Malawi

Durante 2020, prosseguiu a prestação de serviços, no consórcio de empresas Portuguesas, no qual a AdP Internacional participa, para a realização dos **Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe**, na República do Malawi, cujos clientes são o Conselho da Água de Lilongwe e o Conselho Municipal de Lilongwe.



Mapa do Malawi, com localização de Lilongwe



Sistema de saneamento de Lilongwe

Este estudo é financiado pelo Banco Mundial, com a participação de técnicos especialistas da AdP Internacional e do Grupo AdP, bem como de outros reputados especialistas portugueses.

Costa do Marfim



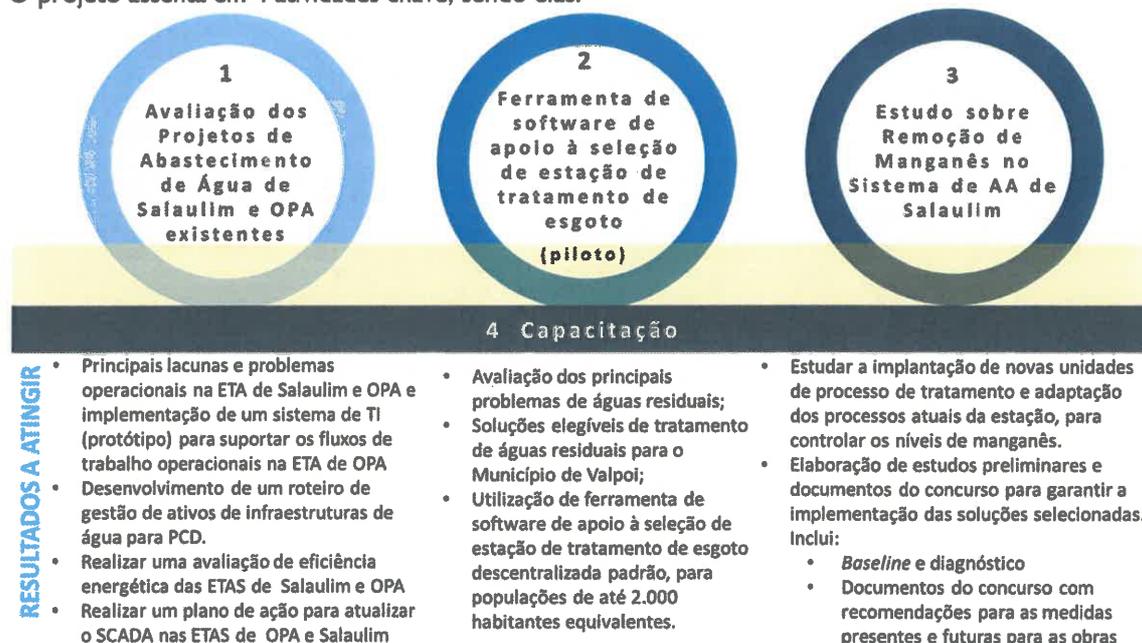
Na Costa do Marfim preparam-se os 2 projetos financiados pelo Fundo Ambiental; **Plano de Comunicação em Saneamento e Salubridade**, a desenvolver para o Ministère de l'Assainissement et de la Salubrité (MINASS) e o projeto de **Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento**, cujos beneficiários serão os técnicos das diversas entidades tuteladas por aquele Ministério.

Ásia

Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para Cooperação Técnica assinado entre o Governo de Goa (através do Departamento de Obras Públicas) e o Ministério do Ambiente da República Portuguesa (através da Águas de Portugal), assinado em 29 de setembro de 2018 estava previsto

o arranque do projeto **Assistência Técnica Ao Departamento de Obras Públicas-PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa** para Março de 2020.

O projeto assenta em 4 atividades chave, sendo elas:



A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que o arranque fosse adiado para, numa primeira fase para Setembro de 2020, tendo sido novamente adiado para data a agendar em 2021 assim que haja condições para tal.

A AdP Internacional em Timor Leste

Em 2020, o consórcio AdP Timor Leste/Engidro iniciou o desenvolvimento do contrato RFP039 com o objetivo de desenvolver soluções, ao nível de **projeto de execução, de sistemas de água e saneamento para as capitais de Município de Baucau, Los Palos, Same e Viqueque**. As restrições impostas na esfera nacional e internacional pela Pandemia COVID 19 afetou o bom desenvolvimento do projeto com especial ênfase atraso dos trabalhos de campo assim como a mobilização dos técnicos internacionais.

Além da componente de engenharia o projeto tem de acautelar a componente de impacte ambiental e salvaguarda social. Com o horizonte de Projeto de 2040 as referidas soluções iram promover o acesso a água potável com qualidade apropriada para o consumo humano e disponibilidade contínua a um universo de consumidores de 150.000 habitantes equivalentes. Na fase preliminar do desenvolvimento do projeto estima-se um investimento de 66,5M USD. Após a conclusão dos referidos projetos de execução, o Governo de Timor Leste irá iniciar a fase de implementação com recurso a financiamento externo.

No final de 2020, deu início o desenvolvimento dos **Planos Diretores de Água e Saneamento para as capitais de Município de Ainaro, Bobonaro e Covalima**. Os referidos Planos pretendem definir um plano

Handwritten signatures and initials in blue ink.

estratégico para o desenvolvimento dos futuros sistemas de água e saneamento acautelando as necessidades de uma população estimada em 2040 de 80.000 habitantes.



Ações de sensibilização comunitária



Reunião de acompanhamento com o recém-empossado Presidente do Município de Baucau

A AdP Internacional e as Utilities of the Future

Contrato-Quadro de Serviços de Consultoria - Iniciativa Utilities of the Future - Contrato nº 7193404

No âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado “*Utilities of the Future*”, a AdP Internacional está a prestar apoio técnico ao Banco Mundial em três concessionárias de água e saneamento, i) KWSB em Karachi (Paquistão); ii) CAGEPA na Paraíba (Brasil) e SEDAPAL em Lima (Peru). A AdP Internacional, através dos seus técnicos, conferiu suporte especializados com o objetivo de promover e implementar planos abrangentes e eficazes para transformar e preparar as concessionárias para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes. O conceito subjacente à “Utilidade do Futuro - UoF” envolve não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais.

Principais Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores económico-financeiros apresentados refletem a natureza concorrencial da AdP Internacional. A empresa tem a sua actividade focalizada nos mercados internacionais, e a sua evolução está relacionada com as oportunidades existentes e a competitividade da empresa para as concretizar. A AdP Internacional concorre com os maiores players internacionais no sector da água, e defronta-se com uma competição cada vez mais forte e mais diversificada. Nos últimos anos, denota-se uma tendência crescente dos operadores públicos em regiões desenvolvidas, e em desenvolvimento, para diversificarem as áreas de ação e virarem-se para os mercados internacionais à procura de oportunidades de negócio. A AdP Internacional tem a grande mais-valia de poder contar com uma equipa de potenciais 3000 colaboradores, pertencentes ao Grupo AdP, com fortes competências nas áreas de atuação da AdP Internacional.

A evolução dos indicadores económico-financeiros da empresa denotam também a sua natureza de empresa no mercado, em que a oscilação do volume de negócios está diretamente relacionada com a oscilação dos gastos operacionais: em períodos com maior número de contratos em execução, os gastos operacionais aumentam na proporção. Salienta-se ainda os aspetos relacionados com a volatilidade cambial, com um peso significativo nos encargos financeiros.

Em síntese, é relevante ter em conta que a análise dos indicadores se encontra condicionada pela natureza da sua atividade, que é dependente dos concursos internacionais ganhos em cada ano e das medidas organizacionais internas adoptadas para a otimização dos gastos operacionais e para o aumento da competitividade da empresa.

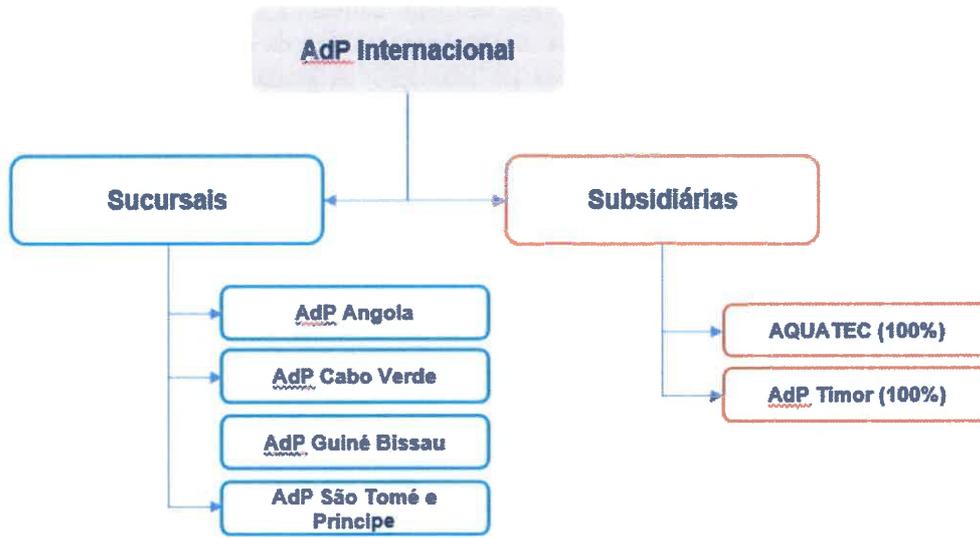
INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	Un: m€				
	2018	2019	2020	Var 2020 / 2019	
				Valor	%
Volume de Negócios	3 991	3 491	3 544	53	2%
Cash-Flow Operacional(EBITDA)*	397	18	(79)	(97)	-546%
Margem EBITDA	10%	1%	-2%	(0)	-539%
Resultado Operacional	165	(73)	123	196	-269%
Resultado Financeiro	(49)	(101)	(83)	18	-18%
Resultado Líquido	83	(219)	30	248	-114%
Investimento	7	220	106	(114)	-52%
Activo Líquido	5 130	3 655	6 371	2 717	74%
Passivo	4 948	3 692	6 160	2 468	67%
PMP (dias)	191	188	248	60	32%
PMR (dias)	280	418	661	243	58%
Endividamento	2 900	1 700	4 200	2 500	147%

* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações+Provisões/Imparidades

Carteira de Participações e Sucursais

Atualmente, a AdP Internacional está presente localmente em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, através de sucursais, e é acionista de empresas em Moçambique e em Timor-Leste.

Ao longo dos últimos 8 anos, o enfoque da AdP Internacional nos países lusófonos e o volume de atividade que se tem desenvolvido, especialmente em Angola, levou à decisão de constituir sucursais em alguns mercados-chave. Em Timor-Leste e em Moçambique, entre 2002 e 2005, e devido a especificidades da atividade da AdP Internacional nesses mercados, foram constituídas empresas, detidas a 100% pela AdP Internacional, que se mantêm em atividade desde então.



Handwritten signature/initials

B – O Negócio

Linhas Estratégicas de actuação

Nos últimos anos, a AdP I tem vindo a consolidar uma posição nos mercados internacionais, contribuindo para a valorização do Grupo fora de Portugal. O percurso de sucesso do Grupo AdP nos últimos 20 anos, associado aos resultados obtidos em Portugal no setor do abastecimento de água e saneamento, permitiu desenvolver know-how e competências em áreas críticas da gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento e no ciclo de vida das infraestruturas.

A estratégia da Unidade de Negócios Internacional deve também ter em conta a dimensão pública e a natureza de serviço público do Grupo AdP, que se deve materializar na área internacional através do enfoque numa política de cooperação com os países lusófonos concertada com a tutela governamental. A dimensão pública deve também induzir uma estratégia que assegure a sustentabilidade económica e financeira das operações.

É também relevante o contributo que a AdP I pode dar no processo de internacionalização do setor português da água, estimulando consórcios e parcerias estratégicas com outras empresas portuguesas.

Nesse sentido, as linhas de atuação estratégica da AdP Internacional assentam nas cinco orientações do acionista para o atual mandato, que se apresentam na figura seguinte:



Estas cinco orientações traduzem-se nos seguintes objetivos estratégicos:

Orientação 1 – Capitalização e valorização das capacidades e do know-how do Grupo AdP para crescer nos mercados internacionais.

- Centrar o portfólio de serviços da UNI nas competências e know-how de valor acrescentado do Grupo AdP.
- Vender internacionalmente os produtos desenvolvidos pelas empresas do Grupo.
- Privilegiar a utilização das capacidades internas nos projetos da UNI, em detrimento de consultores individuais externos.

Orientação 2 - Cooperação para o desenvolvimento e forte alinhamento com o Ministério do Ambiente na ação internacional.

- Definir uma dimensão formal para a “cooperação para o desenvolvimento” no seio da AdP Internacional, que já existe mas que se dilui nos processos de negócio.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial), na sua agenda internacional, e estabelecer rotinas de comunicação com o MNE, nas dimensões comercial e de desenvolvimento de negócio.

Orientação 3

Handwritten signature in blue ink.

Contribuir para a internacionalização da cadeia de valor do setor português da Água.

- Afirmar a AdP Internacional como alavanca para a concretização da internacionalização das empresas portuguesas, na sua função de serviço público.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial) na sua agenda internacional e fazer pontes com as empresas nesses processos.

Orientação 4

Focalização nos mercados prioritários e desenvolvimento de parcerias estratégicas internacionais.

- Centrar o desenvolvimento de negócio nos mercados prioritários e nos serviços core.
- Estabelecer parcerias estratégicas com *players* internacionais para potenciar a posição da UNI em determinados mercados.
- Fortalecer uma cultura de “*Value for Money*” nas atividades de desenvolvimento de negócio.

Orientação 5

Sustentabilidade económica e financeira das operações e minimização do risco das operações.

- Assegurar resultados operacionais positivos.
- Aumentar o volume de negócios, através de projetos de valor acrescentado.
- Otimizar os custos operacionais e direcionar o investimento em desenvolvimento de negócio para iniciativas com elevada relação Custo / Benefício.

As linhas de atuação subjacentes a estes objetivos assentam no seguinte posicionamento estratégico:

Mercados: Concentrar a atenção e ser proactivo nos mercados prioritários e nos serviços e produtos “core” e estar atento às oportunidades nos mercados secundários.



De modo a ter em consideração as orientações estratégicas e a capitalizar o esforço desenvolvido nos últimos anos, a AdP Internacional centra a sua estratégia comercial nos seguintes eixos:

- Países da CPLP com exceção do Brasil.
- Países africanos na vizinhança dos PALOP, que tenham previstos financiamentos internacionais relevantes para o setor da água.
- Magreb (Marrocos e Tunísia).
- Ásia (em função de oportunidades geradas pelos financiadores / investidores internacionais).

Produtos: Desenvolver e aperfeiçoar produtos e serviços “core” para os quais a AdP Internacional, através do know-how do Grupo AdP, se posiciona como referência internacional.

Os serviços “core” em que assenta a atividade da AdP Internacional incorporam a experiência e o know-how consolidado ao longo dos 25 anos de atividade do Grupo AdP. O portfólio de produtos e serviços da UNI baseia-se nas competências-chave do Grupo e nas soluções tecnológicas já implantadas nos mercados nacional e internacional: (i) **Gestão de serviços de abastecimento de água e saneamento;** (ii) **Operação e Manutenção de Infraestruturas;** (iii) **Planeamento e gestão de investimentos;** (iv) **Estudos estratégicos** e (v) **Formação e capacitação.**

A atividade da AdP Internacional deve ainda servir de indutor da venda internacional das soluções desenvolvidas e comercializadas pelas empresas do Grupo AdP, nomeadamente o AQUAMATRIX, o WONE, o AQUASAFE, o AQUAMOD, entre outros.

Competências: Capitalizar as competências do Grupo AdP e reforçar competências internas inovadoras, tirando partido do know-how do Grupo AdP.

Handwritten signature in blue ink.

A competitividade da AdP Internacional está fortemente relacionada com a sua capacidade de incorporar o know-how e a experiência especializada das equipas técnicas das várias empresas do Grupo AdP. Se é importante ser competitivo na fase de concurso, é ainda mais importante demonstrar ao cliente nos contratos ganhos que a AdP I é uma empresa que mobiliza equipas de excelência e que entrega os resultados pretendidos pelo cliente.

Acresce ainda que a forte competição internacional pode, e deve, ser superada através de uma atitude de inovação permanente, partindo dos produtos e soluções desenvolvidos pelo Grupo AdP.

Parcerias: Criar e consolidar parcerias estratégicas com empresas nacionais e internacionais para contribuir para internacionalizar o setor e alavancar o crescimento da atividade da AdP Internacional.

Dada a dimensão das empresas nacionais e do próprio Grupo AdP a nível global, a concretização das oportunidades nos mercados internacionais fora dos PALOP deve ser alavancada através do estabelecimento de parcerias com grandes grupos empresariais internacionais. Nesse sentido, as Agências Bilaterais para o desenvolvimento, investidores internacionais presentes em Portugal e grandes empresas públicas e privadas europeias, asiáticas e americanas são potenciais tipos de entidades a identificar:



Dada a natureza dos negócios internacionais, muito alavancados pelos financiamentos da banca multilateral, a AdP Internacional posiciona-se também como um parceiro reconhecido por estas instituições. No quadro da sua atuação estratégica, é dada especial importância à atualização do portfolio de projetos de investimento a financiar pelas multilaterais, enquanto informação para a tomada de decisão sobre as abordagens aos mercados.

Enquadramento

A Envolvente

Contexto macroeconómico

A pandemia Covid-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano. As projeções apresentadas assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022, altura em que uma solução médica eficaz estará plenamente implementada. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Global

Após a queda de 9,4% no primeiro semestre de 2020 face ao final de 2019, a atividade económica mundial recuperou durante os meses de verão. No terceiro trimestre, o PIB mundial cresceu acima do esperado (7,3% em cadeia). O ressurgimento do número de casos de COVID-19, em particular nas economias avançadas, conduziu à reintrodução de medidas de contenção, condicionando a atividade nos setores mais afetados e a confiança dos agentes económicos.

Este exercício de projeção assume que as medidas de contenção serão mantidas ou restauradas até ao fim do primeiro trimestre de 2021 e aliviadas de forma gradual posteriormente. Não obstante esta evolução, enquanto não existir uma solução médica plenamente implementada – no início de 2022 – o vírus continuará a condicionar o comportamento dos agentes económicos e a atividade.

As hipóteses para o enquadramento externo da projeção traduzem uma recuperação gradual da economia mundial. Após uma queda de 3,5% em 2020, o PIB mundial cresce 5,6% em 2021 e 3,7% em média nos dois anos seguintes.

O comércio mundial diminuiu 9,5% em 2020 e cresce 7,1% em 2021 e 4,0% em média nos dois anos seguintes. A recuperação do comércio deverá ser condicionada pelos fluxos internacionais de turismo e de transportes, e por uma reorganização das cadeias de produção globais. A procura externa dirigida a Portugal diminuiu 12,6% em 2020 e cresce 7,1% em 2021 e 4,7% em média no período 2022-23. Assume-se que, a partir de 2021, o comércio entre a UE e o Reino Unido passará a reger-se segundo as condições da Cláusula da Nação mais Favorecida estabelecida no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o que implica maiores barreiras ao comércio entre as duas regiões e contribui para a revisão em baixa da procura externa dirigida a Portugal.

Zona do Euro

Após uma queda de 15% no primeiro semestre de 2020, o produto interno bruto (PIB) real da área do euro recuperou 12,5% no terceiro trimestre, o que representa um aumento significativamente mais forte do que o avançado nas projeções de setembro de 2020 elaboradas por especialistas do BCE. Contudo, espera-se que a recente intensificação das medidas de contenção em resposta a um forte ressurgimento das infeções por coronavírus (COVID-19) nos vários países resulte numa nova descida da atividade no quarto trimestre. A atividade deverá também ser fraca no primeiro trimestre de 2021. Não obstante este revés no curto prazo, notícias positivas sobre o desenvolvimento de vacinas conferem maior confiança ao pressuposto de uma resolução gradual da crise sanitária ao longo de 2021 e em inícios de 2022. Tal, a par do apoio substancial proporcionado pela política monetária e pelas políticas orçamentais – em parte devido ao pacote do instrumento de recuperação da União Europeia (UE) designado “Next Generation EU” (NGEU) – e da subida em curso da procura externa, deverá permitir uma retoma firme no decurso de 2021, com o PIB real a regressar ao nível anterior à crise até meados de 2022. Por conseguinte, apesar de as perspetivas a curto prazo se terem deteriorado, a trajetória do PIB da área do euro a partir de 2022 deverá ser globalmente semelhante à indicada nas projeções de setembro de 2020 elaboradas por especialistas do BCE. Na área do euro, a atividade económica cai 7,3% em 2020 e aumenta 3,9% em 2021 e cerca de 3%, em média, em 2022-23. O ritmo esperado da recuperação económica é diferenciado entre países, refletindo, entre outros fatores, o peso na estrutura produtiva dos setores mais afetados pelo distanciamento social e o alcance e duração da resposta de política económica.

No que se refere à inflação, os efeitos de base em sentido ascendente associados à queda anterior dos preços do petróleo e ao impacto em sentido ascendente decorrente da inversão da redução da taxa do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) na Alemanha, implicam uma subida da inflação global em 2021. A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares deverá apresentar uma recuperação muito mais fraca em 2021, visto que os efeitos desinflacionistas generalizados resultantes da fraqueza da procura, especialmente nos setores dos serviços, dominam as pressões em alta sobre os custos decorrentes das restrições do lado da oferta. No médio prazo, a inflação global deverá subir de forma gradual, refletindo sobretudo um ligeiro aumento do contributo da inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares, que, no entanto, se considera que permanecerá bastante fraca, situando-se em 1,2%, em 2023. De um modo geral, a projeção de referência indica uma subida da inflação medida pelo IHPC de 0,2% em 2020 para 1,0% em 2021 e, posteriormente, uma nova subida gradual para 1,1% em 2022 e 1,4% em 2023. Em comparação com as projeções de setembro de 2020 elaboradas por especialistas do BCE, a inflação medida pelo IHPC foi revista em baixa para 2020 e 2022, devido aos dados mais fracos que têm vindo a ser disponibilizados para a inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares e a uma reavaliação em baixa das pressões inflacionistas desde as projeções anteriores, no contexto de uma margem disponível abundante, mas em diminuição, nos mercados de bens e de trabalho.

Tendo em conta a persistente incerteza significativa quanto à evolução da pandemia, às potenciais soluções médicas (incluindo a distribuição e a adesão às vacinas) e à dimensão das marcas deixadas na economia, foram novamente preparados dois cenários alternativos. O cenário moderado considera uma contenção mais bem-sucedida do vírus, uma rápida disponibilização de vacinas e marcas limitadas deixadas na economia. Neste cenário, o PIB real recuperaria 6,0% no próximo ano, atingindo os níveis anteriores à crise já no final de 2021, e a inflação subiria para 1,5% em 2023. Em contraste, o cenário grave, com uma resolução tardia da crise sanitária e perdas substanciais e permanentes de potencial económico, implicaria um aumento marginal em 2021 do PIB real, que, em 2023, ainda se situaria cerca de 2% abaixo dos níveis registados antes da crise, sendo a inflação apenas de 0,8% nesse ano.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2020 são os seguintes:

	Estimativa 2020	Ano 2019
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	-8,1%	2,2%
Taxa crescimento Consumo Privado	-6,8%	2,4%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	-0,2%	0,3%
Taxa de desemprego	7,2%	6,5%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,42%	0,76%

Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 8,1% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023. A atividade retoma o nível pré-pandemia no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano.

No primeiro semestre de 2020, a atividade diminuiu 17,3%, em termos acumulados, face ao final de 2019. No terceiro trimestre, após o gradual levantamento das medidas de contenção, assistiu-se a uma recuperação rápida e acentuada da atividade, com um crescimento do PIB de 13,3% face ao trimestre anterior. Esta recuperação, superior à antecipada, beneficiou da realização de despesa adiada durante o período de confinamento e da recuperação da generalidade das atividades produtivas. A trajetória de recuperação foi invertida no quarto trimestre com a implementação de novas medidas de contenção em Portugal e nos principais parceiros comerciais. A projeção aponta para uma queda da atividade no quarto trimestre de 1,8% face ao trimestre anterior. A pandemia tem um impacto assimétrico na atividade económica, sendo mais negativo nos setores mais afetados pelas medidas de distanciamento social. Esta heterogeneidade é também visível quando se comparam empresas com dinâmicas de crescimento distintas antes da pandemia.

Handwritten signature and initials

A inflação apresenta um aumento gradual e contido ao longo do horizonte de projeção, atingindo 1,1% em 2023, num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de manutenção das expectativas de inflação em níveis baixos.

Em 2020, a economia portuguesa apresenta necessidades líquidas de financiamento face ao exterior. A deterioração da balança corrente e de capital decorre da evolução da balança de bens e serviços e, em particular, da redução do excedente dos serviços relacionados com o turismo. De 2021 a 2023, a balança corrente e de capital volta a apresentar um saldo positivo refletindo a melhoria da balança de bens e serviços e o aumento da entrada de fundos europeus, em particular do *Next Generation EU* (NGEU).

Tomando como referência as projeções mais recentes do Eurosistema, a economia portuguesa cresce acima da área do euro no período 2022-23, o que traduz uma retoma do processo gradual de convergência real. Neste período as exportações portuguesas deverão crescer acima das da área do euro.

As perspetivas para a economia portuguesa estão rodeadas de uma incerteza elevada associada à evolução da pandemia e à implementação no curto prazo de uma solução médica eficaz em larga escala. A resposta dos agentes económicos às medidas de proteção da saúde pública e o impacto das medidas de apoio também acarretam incertezas.

No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2023 e a manutenção da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, entre -0,1% e 0,1% (2020-2023).

O setor a nível mundial¹

“A água é um direito humano. Ninguém deve ter esse acesso negado”

António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas.

“Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e justos para todos, melhorar a qualidade da água e reduzir para metade a proporção de águas residuais não tratadas reduzindo substancialmente o número de pessoas afetadas pela escassez de água. Um propósito que simboliza precisamente a mensagem da Agenda 2030: não deixar ninguém para trás”

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS)

O acesso a água potável e ao saneamento adequado é um direito humano básico e constitui-se como fator fundamental na obtenção de bons resultados em áreas de desenvolvimento como agricultura, energia, capacidade de adaptação a desastres, saúde humana, meio ambiente e, ultimamente, crescimento económico. Em muitos países, o crescimento económico e demográfico e a consequente urbanização aumentaram a procura de água, enquanto a oferta permaneceu inalterada ou diminuiu devido, fundamentalmente, às mudanças climáticas.

Apesar de nos últimos 25 anos, o número de pessoas no mundo sem acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água tenha sido reduzido para metade, em 2015, pouco mais de um quarto da população nos países considerados pobres teve acesso a melhores serviços de saneamento.

Mesmo nas regiões em desenvolvimento e desenvolvidas, onde existe acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Poucas empresas no setor a nível mundial cobrem o nível de custos operacionais necessário e apenas algumas conseguem fazer face ao serviço da dívida contraída.

¹ Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

M. N. f.

À escala mundial, é necessário melhorar a gestão dos recursos, facilitar o acesso universal a água e saneamento, e otimizar o uso dos recursos hídricos. Urge criar resiliência através de sistemas que possam resistir melhor aos eventos climáticos extremos e, ao mesmo tempo, abordar a fragilidade existente em países com escassez de água.

Paralelamente, as incertezas provocadas pela política económica e pelas alterações climáticas exponenciam os desafios que se colocam nesta matéria.

Foi neste âmbito que o World Bank Water Global Practise constitui o novo Plano Estratégico lançado pelo Banco Mundial em 2019 na prossecução da meta do ODS6 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para a Água) baseado na: i) sustentabilidade dos recursos hídricos, ii) acessibilidade e iii) resiliência dos sistemas.

E reconhece que a gestão sustentável da água não inclui apenas o acesso à água potável e serviços de saneamento adequados, mas também envolve abordar a questão em um contexto mais amplo, incorporando questões como qualidade da água e esgoto, gestão, escassez e uso eficiente da água, gestão dos recursos hídricos e proteção e restauração dos ecossistemas relacionados.

Como referido, os desafios existentes neste setor não se limitam aos países em desenvolvimento. O fenómeno das alterações climáticas é planetário. Como exemplo, Melbourne, na Austrália, viu-se enfrentar recentemente uma contaminação no seu sistema de abastecimento de água, causado por uma tempestade.

Dois destes desafios são objetivamente a necessidade de reduzir o consumo de água e, simultaneamente, diminuir o grau de poluição das águas residuais. A questão é: como?

É comumente aceite que a resolução passa não só pela tecnologia, mas também (e sobretudo?) pelas pessoas e processos. O setor de água é, desde há muito, conhecido por ser "rico em dados", mas "pobre em informações". Parte da explicação está no facto das necessidades não terem sido total e adequadamente definidas. O esforço nesta matéria será o compromisso das partes interessadas, no sentido de descobrir que tipo de informação é necessária e quais dados irão satisfazer as necessidades dessas mesmas partes. Após essa definição, devem seguir-se os processos de análise (de lacunas) para que se considere a função de instrumentação.

Como fonte de dados, a instrumentação, constitui-se como um pilar para a construção de uma futura "indústria de água transformada digital". Efetivamente, isto permitirá usar os dados e convertê-los em informação, consciência situacional, visão comercial e operacional. Com isto feito o sector, a indústria e as empresas gestões estarão mais aptas a atender os clientes e a proteger o meio ambiente.

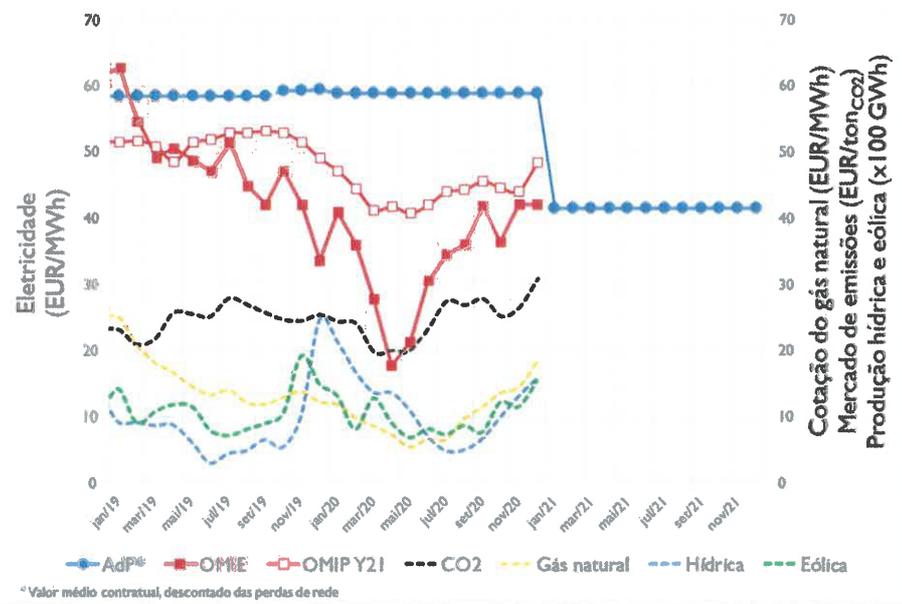
Instalando a instrumentação da forma adequada e sobretudo usando-a para as aplicações certas, está-se em condições de garantir a correta operação e manutenção e com isso obter dados adequados e qualidade na informação. Em última análise, permitirá o não comprometimento das visões táticas e estratégicas.

A mensagem que se pretende passar e que as organizações mundiais subscrevem é que se o setor deseja alcançar a transformação digital, temos que acertar o básico.

A energia no Grupo AdP - Preços e consumos

No ano de 2020 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE), atingiu 33,99 €/MWh (foi de 47,87 €/MWh em 2019).

Esta descida face a 2019 resulta fundamentalmente do impacto da pandemia COVID-19 nos mercados elétricos, em resultado da forte redução da economia e, por consequência, dos consumos energéticos.



A figura anterior traduz a evolução do preço da energia nos mercados Ibéricos nos anos de 2019 e 2020.

Analisando pelas componentes que influenciam o preço da energia destaca-se o aumento da produção hídrica em 38% e a redução do preço do gás natural em 34%, sendo que a cotação média do CO₂ em termos anuais não sofreu grande variação.

Esta redução da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhada nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	2020/ 2019
Portugal	-29%
Alemanha	-19%
França	-18%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2021, teve um ritmo inverso, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros)	2020/ 2019
Portugal	-15%
Alemanha	-16%
França	-11%

No ano de 2020, a produção de energia elétrica em Portugal foi de 49.342 GWh (+1,2% do que em 2019), enquanto o consumo nacional se situou em 48.813GWh, inferior em 3,0% face a 2019, sendo o mais baixo consumo da década (fica 6,8% abaixo do máximo registado em 2010).

Esse consumo foi satisfeito em 55% com produção de origem renovável, superior aos 49% verificados em 2019. A produção térmica (45%) apresentou um crescimento de 5% no gás natural e de 5% na cogeração (face a 2019), sendo de realçar que a produção com base em carvão reduziu-se em 58%, sendo de apenas 4% a sua importância no consumo de 2020. O saldo com o exterior foi importador em 3% do consumo (em 2019 o saldo importador foi de 7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2020 foi 0,5° C inferior a 2019, o que terá aumentado as necessidades de consumo por aquecimento, enquanto o índice de produtividade hidroelétrica aumentou de 0,81 em 2019 para 0,97 em 2020, com impacto na produção hídrica que aumentou em 38% entre os dois anos.

Handwritten signature or initials in blue ink.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante a fixação das Tarifas de Acesso a Redes (TAR) pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

No ano de 2020 verificou-se de novo a subida das TAR, que correspondeu a +2,15% face a 2019. Essa tendência mantém-se para 2021, uma vez que as TAR tornam a subir, embora apenas nos fornecimentos em baixa tensão (+6,2%).

Com base nos dados de faturação (quase finais), os consumos elétricos do Grupo AdP reduziram muito ligeiramente entre 2020 e 2019, cifrando-se neste ano em 746,0 GWh (-0,2% do que em 2019).

Destes, 721,6 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -0,4% do que em 2019 e 24,4 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,5% do que em 2019). Este valor de 721,6 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 718,6 GWh e do fornecimento pela REN de 3,0 GWh no âmbito do projeto piloto de Reserva de Regulação.

Destaque para a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2020 apontam para uma produção de quase 35,7 GWh/ano (+8,5%), dos quais 11,3 GWh (+14,5% do que em 2019) foram para venda à RESP.

Na produção de energia elétrica, o destaque vai para o biogás, que em 2020 foi responsável pela produção de 31,3 GWh/ano (+1,7 GWh/ano e +5,9% do que em 2019) e para o solar fotovoltaico com 4,4 GWh/ano (+0,9 GWh/ano e +2,1% do que em 2019).

Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 4,8% do seu consumo total de energia (foi de 4,4% em 2019). Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2020 foi de 710,3 GWh, que representa uma variação de -0,6% do que em 2019, em que o saldo foi de 714,3 GWh.

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de -9.143 toneladas, o que representa uma redução de -496 ton face a 2018 (-5,7%).

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, atingiu em 2020 os 75,2 milhões de euros (+0,9% do que em 2019), que corresponde a cerca de +0,7 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, resultado conjugado da redução do consumo (-0,2%), com o aumento do preço médio de compra de energia (cerca de +0,1%) e o aumento do valor médio das TAR (+3,0%).

Em termos de custos de energia para as empresas do Grupo AdP, o valor médio global em 2020 foi cerca de 104,3 €/MWh (103,0 €/MWh em 2019), correspondendo a um aumento médio de +1,3% face a 2019, representando o custo de aquisição de energia 60% (versus 61% em 2019).

Contudo, os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 62,57 e 62,49 €/MWh, para 2020 e 2019, respetivamente (+0,1%). O diferencial para mais resulta da aplicação das TAR e de outros impostos e taxas legalmente aplicáveis.

Em termos nacionais e relativamente a 2020, o Grupo AdP é um dos cinco maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP, tendo sido de 1,4% em 2019), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em pontos de ligação quer em consumo de energia elétrica.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2020, 6.453 pontos de ligação à RESP (9 em Alta Tensão, 1.005 em Média Tensão, 374 em Baixa Tensão Especial e 5.065 em Baixa Tensão Normal), o que representa um crescimento de +6,15% face a 2019 (+374 novos pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, apenas 6.188 registaram consumos durante o ano de 2020, representando 95,89% ativos.

O Grupo celebrou para 2021 e 2022 um contrato de fornecimento de eletricidade em AT, MT e BTE com uma redução média de 30% face ao contrato em vigor em 2020, tirando partido da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020. Já nos fornecimentos em BTN, o contrato em vigor abrange o período anual de 2021 e 2022, estando em curso o lançamento de um procedimento de consulta de mercado em resultado do surgimento de uma oportunidade que pode ser vantajosa.

Estima-se que para o ano de 2021, o valor médio deverá situar-se em torno dos 87,00 €/MWh (versus 104,3 €/MWh em 2020 e 103,0 €/MWh em 2019), o que representa uma importante redução face aos preços unitários praticados nos dois anos imediatamente anteriores, fortemente influenciado pela descida do preço médio de compra de energia no mercado, e em resultado da estratégia que se vem seguindo no processo de compra.

Os valores estimados para 2021 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Sem embargo, é ainda possível incrementar uma maior redução de gastos através de uma gestão eficiente da energia, envolvendo a otimização dos níveis de tensão, a redução das potências contratadas, a eliminação da energia reativa e o ajustamento do perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento,

Em 2019, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, I de julho de 2019, foi aprovado o Roteiro para Neutralidade Carbónica (RCM 2050), que estabelece como objetivo a redução de emissões de GEE para Portugal entre 85 % e 90 % até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45 % e 55 % até 2030, e entre 65 % e 75 % até 2040, em relação a 2005.

Aquela RCM estabelece, ainda, um conjunto de vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, como se indica no ponto anterior relativo à estratégia nacional para a energia para 2030, que devem ser tidos em consideração na definição de qualquer estratégia relacionada com a energia.

Nesse sentido merece destaque a aprovação e a apresentação pública do Projeto de Neutralidade Energética do Grupo AdP (e, por consequência, a neutralidade carbónica), com base em deliberação da Comissão Executiva da AdP SGPS, que tem como princípios:

- A neutralidade energética a atingir não se limita à elétrica consumida nas instalações operacionais, mas toda a energia elétrica consumida em todas as instalações (operacionais e não operacionais, quer seja ativos regulados ou não regulados), no país e no estrangeiro, bem como a energia elétrica consumida nas atividades da responsabilidade das empresas do Grupo fora de Portugal;
- Os objetivos passam em primeiro lugar, pela redução do consumo de energia, aproveitando a oportunidade para promover a utilização de soluções mais eficientes aproveitando o ciclo de renovação de ativos que se aproxima em muitas infraestruturas;
- As fontes de produção de energia renovável baseiam-se num *mix*, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, principalmente solar (solo e flutuante), eólica, hídrica e cogeração a biogás através da maximização da sua produção;
- O projeto teve em conta a maximização do escoamento de produção para autoconsumo (evitando ao máximo a utilização da rede), privilegiando soluções de autossustentabilidade energética e a permuta de energia entre infraestruturas e entre empresas, por via da Comunidade de Energia Renovável que se pretende contruir;
- As ações constantes do Projeto foram pré-dimensionadas e orçamentadas, por empresa e em agregado, determinadas a TIR, o VAL e demais parâmetros pertinentes, bem como o cronograma previsional de execução, considerando, como prioritários, os projetos com potência mais elevada, com maior nível de autoconsumo e com as TIR mais elevadas;
- Foram considerados os valores de redução de emissões de CO₂ que este projeto proporciona, bem como o valor, em euros, dessa redução para Portugal, apesar de não terem sido tidos na avaliação económica dos mesmos;
- O Projeto de Neutralidade Energética permitiu ainda aprofundar matérias como a coesão territorial e de solidariedade energética, tirando partido da estratégia que o Grupo AdP persegue – esta no seu ADN - e que consiste numa das suas principais missões.

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento.

Assim, com a implementação deste Projeto, as empresas do Grupo AdP para além da redução dos seus consumos passarão a controlar de forma mais direta o preço da energia elétrica, sem embargo dos efeitos que as alterações legislativas, nacionais e comunitárias poderão induzir no preço final da energia elétrica e sobre as quais não se torna possível perspetivar o seu efeito direto.

Justifica-se, ainda, que se destaque o facto de este importante projeto de desenvolvimento, que teve início em janeiro de 2020, constituir uma ferramenta relevante para o Grupo AdP e para Portugal, que através de uma importante redução dos consumos energéticos e de um aumento da produção própria de energia, contribuirá decisivamente para que o grupo atinja em 2030 a meta de redução de 50% das emissões de GEE medidas em 2010 com que se comprometeu com as Nações Unidas, por via da *United Nations Global Compact* - subscrito a 6 de novembro de 2019 -, e o país alcance os objetivos ambiciosos de neutralidade carbónica em 2050 constantes do Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

O abastecimento e o saneamento em Portugal²

Os serviços de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais são de uma enorme relevância no desenvolvimento de um País. Quer do ponto de vista da saúde pública, quer do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto um facto que, a redução dos períodos de retorno dos investimentos, implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garantem a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panorama Nacional

Abastecimento de Água

9,7 milhões de habitantes servidos

96% de alojamentos servidos

189 litros: consumo médio diário de água por habitante

Tarifa média ponderada: 0,5293€/m³

Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,60%

Saneamento de Águas Residuais

8,6 milhões de habitantes servidos com drenagem

85% de alojamentos servidos

8,5 milhões de habitante servidos com tratamento

84% de alojamentos servidos com tratamento

1,3 milhões de m³ de águas residuais tratadas diariamente

Tarifa média ponderada: 0,5316€/m³€/m

Dados: RASARP 2020 - ERSAR

Manteve-se em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014 – 2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais. Este Plano Estratégico representa o instrumento estratégico para o setor em Portugal. Promove, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade,

² Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República. 1.ª série

adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que se elencam e que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

- *Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação.*
- *Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro: consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação;*
- *Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho: regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas. Com a última redação dada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho;*
- *Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril: estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;*
- *Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Com a última redação dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;*
- *Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro: estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores;*
- *Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho: define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2016 de 4 de novembro;*
- *Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril: aprovou a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por "PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais";*
- *Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho: aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (Comissão Permanente da Seca), que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.*

O Grupo AdP

O Grupo AdP é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Detido maioritariamente pelo Estado, constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização. Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2020, o Grupo era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações, destacando-se o início da atividade operacional da empresa Águas do Alto Minho, em 1 de janeiro de 2020, que constitui uma parceria entre o Estado Português e os Municípios Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Em 2020, ano marcado pela Pandemia COVID-19, o Grupo preparou-se, quer no âmbito dos Planos de Contingência para o COVID-19, quer nos planos operacionais e de emergência para gerir os riscos e as contingências inerentes a este tipo de situação, de forma a garantir o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais de forma segura e fiável.

Em todas as empresas foi desenvolvido e implementado um Plano de Contingência no âmbito da infeção pelo novo coronavírus COVID-19, elaborado de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde, que integra medidas excecionais de gestão de risco para garantir a segurança e a fiabilidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

A gestão da energia, constituindo uma das prioridades estratégicas do Grupo no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, promovendo ainda uma redução de encargos associados.

O Grupo AdP está a implementar um programa (ZERO) integrado que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030. Com este programa, o Grupo posiciona-se como o primeiro grupo de dimensão internacional a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

No âmbito do Despacho 63212/2019, de 10 de julho, dos Ministros do Ambiente e da Transição Energética e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a AdP Serviços assumiu-se como entidade concessionária da exploração e gestão do novo sistema integrado de tratamento e valorização dos efluentes agropecuários e agroindustriais, através de cessão da posição contratual, em que se substituiu à AdP Energias. Mantém como responsabilidade a realização dos estudos técnicos e económico-financeiros necessários à criação de um novo serviço público destinado ao tratamento e à valorização destes efluentes.

Dando continuidade às políticas de eficiência ambiental, e na sequência da publicação do Decreto-Lei 119/2019 de 21 de agosto, o Grupo AdP encetou um conjunto de iniciativas no sentido de dar cumprimento à estratégia definida em matéria de reutilização.

O desenvolvimento das suas capacidades e competências no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo AdP, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

O Grupo reafirmou o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono com a subscrição do compromisso “*Business Ambition for 1.5°C*” da *United Nations Global Compact*, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta.

Destaque ainda para o facto da Águas de Portugal integrar a rede “*Leading Utilities of the World*”, onde se juntam as empresas do setor que se distinguem mundialmente pelo seu elevado desempenho e capacidade de inovação, e estar, pela primeira vez, representada no *board* da *Water Europe*, plataforma europeia dedicada à promoção e divulgação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação no setor da água.

O Grupo é também membro do User Board do CLIM2POWER, projeto de investigação que estabelece uma ponte entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

Nos mercados prioritários

Angola



Apesar dos progressos significativos feitos na estabilidade macroeconómica e nas reformas estruturais, Angola continua a sofrer os efeitos da descida dos preços do petróleo e dos níveis de produção, com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) estimada em cerca de -4% para 2020. A transformação de uma economia petrolífera liderada pelo estado para um modelo de crescimento liderado pelo sector privado é um processo complexo e de longo prazo e o sector petrolífero continuará a desempenhar um papel importante durante este período de transição.

A estabilidade macroeconómica foi restaurada e mantida através de um regime cambial mais flexível, uma política monetária restritiva e a consolidação fiscal. O governo tem feito várias reformas fundamentais desde que tomou posse em 2017, incluindo a nova lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, bem como a lei das privatizações, a criação de um balcão único para os investidores para melhorar o clima empresarial e o estabelecimento de um registo de proteção social para proteger os mais vulneráveis contra os efeitos das reformas. Estas reformas já estão a produzir alguns resultados positivos, uma vez que Angola voltou a explorar o mercado de euro-obrigações no valor de US\$3,0 mil milhões e o FMI aprovou a segunda revisão do programa EFF em Dezembro de 2019.

O Banco Nacional de Angola (BNA) tem mantido uma postura restritiva em relação à política monetária para fixar a inflação e para compensar o impacto da desvalorização cambial. O BNA continuou os seus esforços para alcançar uma taxa de câmbio mais flexível, permitindo que as empresas petrolíferas vendessem divisas diretamente aos bancos comerciais, contribuindo para fortalecer os amortecedores contra os choques externos. A inflação permaneceu elevada mas desceu de 18,6% em 2018 para 16,9% em 2019 aumentando em 2020 para 21% refletindo a fraca atividade económica e os efeitos de uma taxa de câmbio sem grandes alterações.

As autoridades estão a abordar ativamente as vulnerabilidades do sector financeiro. O BNA aumentou os requisitos mínimos de capital para os bancos. Foi feita uma Revisão da Qualidade dos Ativos (AQR) com o apoio do FMI e que indicou que o sector financeiro estava sólido.

Angola permaneceu em recessão em 2020 devido à recente descida nos preços do petróleo e ao abrandamento global resultante do impacto da COVID-19. O crescimento do sector petrolífero será altamente afetado pelos efeitos combinados dos choques da oferta e da procura. Também se prevê um declínio no crescimento do sector não petrolífero devido aos efeitos indiretos da descida dos preços do petróleo, da redução das importações de bens de capital, das condições de financiamento mais restritivas, da depreciação cambial e das restrições aos movimentos de bens e pessoas.

A pandemia da COVID-19 e as perturbações económicas globais por ela causadas colocam em risco as realizações da estabilização macroeconómica e a transição de Angola para um modelo de crescimento mais sustentável e inclusivo.

De acordo o FMI a taxa de crescimento do PIB projectada para 2021, a Outubro de 2020, atingirá 3,2 % e a taxa de inflação a 20,6%.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Cabo Verde



As políticas em Cabo Verde têm sido amplamente orientadas para o consenso, e desde a sua independência de Portugal em 1975, Cabo Verde não sofreu um único golpe de estado. As eleições são consideradas livres e imparciais, e os partidos no poder alternam regularmente.

O atual Governo de Cabo Verde tem estado em funções desde as eleições presidenciais e legislativas de 2016, que culminou com a vitória da oposição liderada pelo Movimento para Democracia (MpD) após 15 anos de governação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). Estes dois partidos dominam o panorama político de Cabo Verde e ambos são relativamente centristas. Também existe um terceiro partido, a União Caboverdiana Independente e Democrática (UCID), que aumentou ligeiramente a sua quota de votos. As eleições autárquicas também se realizaram em agosto de 2016. O MpD venceu em 18 das 22 autarquias e apoiou com sucesso a reeleição do Presidente Jorge Carlos Fonseca.

A reduzida população do país distribuída por uma vasta área aquática constitui uma importante condicionante para o crescimento e desenvolvimento. Isso limita economias de escala e cria problemas significativos de conectividade, bem como desafios ao fornecimento de serviços (incluindo energia, água, educação, saúde). Apesar dos desafios associados ao facto de ser uma pequena economia insular, Cabo Verde assistiu a um espetacular progresso social e económico entre 1990 e 2008, impulsionado sobretudo pelo rápido desenvolvimento de estâncias turísticas inclusivas. Durante o período 2009-2015, o crescimento económico desacelerou significativamente, como resultado do impacto prolongado da crise financeira global. Medidas orçamentais contracíclicas não restauraram em crescimento, levando pelo contrário a um forte aumento do nível da dívida.

A pandemia da COVID-19 continua a afetar gravemente a economia de Cabo Verde, interrompendo vários anos de uma evolução macroeconómica forte e positiva. Em 2020, o crescimento económico deverá cifrar-se em -6,8% (+5,7% em 2019), sobretudo devido ao colapso nas atividades do turismo e dos transportes, assim como a uma forte contração noutros setores. Prevê-se que ocorra uma recuperação em 2021 com o crescimento do PIB real a fixar-se em 4,5%. Contudo, as perspetivas apresentam riscos significativos devido às incertezas em torno da duração da pandemia e da esperada recuperação da economia global e dos fluxos turísticos.

As medidas adotadas pelas autoridades desde o início do surto da COVID-19 foram bem desenhadas e direcionadas. Tiveram como objetivo reforçar o sistema de saúde, conter a transmissão comunitária da doença, proteger os mais vulneráveis, fornecer liquidez ao sistema bancário, simplificar o acesso ao crédito e facilitar o pagamento das obrigações fiscais.

A consolidação dos seus resultados como um país de rendimento médio e o maior reforço das condições para a redução da pobreza e para a promoção da prosperidade partilhada serão desafios cruciais. Com a sua pequena economia aberta, o país é vulnerável aos caprichos dos desenvolvimentos económicos globais. Dada a taxa de câmbio fixa com o euro, será vital para o país restabelecer reservas orçamentais para aguentar futuros sobressaltos. A diversificação no setor do turismo e noutros para além deste, e mercados de trabalho mais flexíveis podem ajudar a aguentar sobressaltos.

De acordo o FMI a taxa de crescimento do PIB projectada para 2021, a Outubro de 2020, atingirá 4,5 % e a taxa de inflação a 1,2%.

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a personal name.

Guiné-Bissau



A economia da Guiné-Bissau continua a expandir-se, apesar do impasse político e da suspensão dos fluxos dos doadores com destino ao país. O crescimento económico atingiu 5,9% em 2017, como reflexo em grande medida dos preços internacionais elevados do caju e do volume da produção de caju. Contudo, a atividade económica abrandou em 2018, o que se explica principalmente pela queda da produção do caju causada pelas condições climáticas desfavoráveis e declínio dos preços do caju. As flutuações nos preços internacionais do caju continuam a ter implicações significativas no crescimento e no orçamento, dada a elevada concentração nas exportações de caju. A inflação deverá aumentar gradualmente com o ritmo das atividades económicas, o aumento das despesas de capital e a subida dos preços mundiais do petróleo devendo, contudo, permanecer bem abaixo de 3%. A situação orçamental continua afectada pela instabilidade política e a suspensão do apoio orçamental.

As informações existentes apontam para uma consolidação continuada das operações do governo central em resposta à suspensão do apoio ao orçamento pelos doadores (aproximadamente 2% do produto interno bruto (PIB)). A melhoria da mobilização de recursos e um controlo mais apertado das despesas ajudaram a reduzir o défice orçamental para 1,5% em 2017 face a 4,3% do PIB em 2016. A despesa total caiu de 21% do PIB em 2016 para cerca de 20% em 2017, traduzindo sobretudo a diminuição das transferências para as empresas estatais. As subvenções para projetos aumentaram 46% em 2017, enquanto o apoio orçamental permaneceu limitado. As operações do governo foram financiadas sobretudo com recursos regionais.

Tendo em conta a atual situação política da Guiné-Bissau, a perspectiva é incerta, com riscos pronunciados para o crescimento e a redução da pobreza. A dependência da castanha de caju para a sobrevivência económica expõe dois terços da população a choques dos termos de troca. Uma diversificação adicional, seja através de uma ascensão na cadeia de valor – com sistemas de apoio ao mercado e tecnologia agrícola – seja através de capitalização noutras oportunidades no setor agrícola, serão fundamentais para se impulsionar a resiliência da economia.

O ressurgimento de tensões políticas no período que antecede as eleições legislativas e as presidenciais de 2019 pode provocar derrapagens orçamentais, desincentivar o investimento privado e impedir o crescimento económico. Os riscos associados com a instabilidade bancária (crédito malparado elevado, subcapitalização e a controvérsia sobre resgate de bancos não resolvida) podem prejudicar ainda mais o crescimento do setor privado.

Para além disso, uma recuperação mais acentuada do que previsto nos preços do petróleo iria exercer pressão sobre a balança de transacções correntes e deixar menos recursos para as despesas governamentais em favor dos pobres. O Governo precisa de antecipar estes riscos e mitigar o seu impacto nas populações mais pobres. A resolução da elevada desigualdade no país exige também esforços destinados a melhorar a prestação de serviços e a aumentar o acesso aos serviços básicos. Contudo, acelerar ou até mesmo manter o passo da redução da pobreza será difícil se a situação política continuar por resolver e se os principais desafios de desenvolvimento que limitam o crescimento, a inclusão e a sustentabilidade não forem solucionados.

De acordo o FMI a taxa de crescimento do PIB projectada para 2021, a Outubro de 2020, atingirá 2,2 % e a taxa de inflação a 2,2%.

M
S
F

São Tomé e Príncipe



STP enfrenta desafios que são típicos de estados pequenos e insulares e que afetam a sua capacidade de lidar com choques e de ter um orçamento equilibrado. O número limitado de pessoas e trabalhadores no país impede muitas vezes uma produção eficiente de bens e serviços à escala necessária para satisfazer a procura dos mercados locais e de exportação. A sua localização distante e a sua insularidade aumentam os custos da exportação, e a disponibilidade limitada de terras e a reduzida mão-de-obra impedem o país de diversificar a sua economia, tornando-o mais vulnerável aos choques dos termos de comercialização. A indivisibilidade na produção de bens públicos, e a dificuldade de prestar serviços a uma população dispersa implicam um alto custo dos bens públicos e um elevado nível de despesas públicas.

STP tem crescido impulsionado pela agricultura, pelo turismo, pelo investimento estrangeiro direto alimentado pelo petróleo, mas principalmente pelas despesas governamentais impulsionadas pela ajuda externa e empréstimos governamentais.

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma taxa média de 4,5% entre 2010 e 2018, mas esse crescimento tem vindo a desacelerar desde 2014. O crescimento económico foi ainda mais afetado em 2018 e 2019 pela escassez de combustível e de energia, pelos atrasos dos pagamentos do governo aos fornecedores locais e pelo afastamento do financiamento interno. Os choques negativos que começaram em 2018 continuaram a afetar o desempenho da economia em 2019. Estima-se que a taxa de crescimento real do PIB tenha diminuído para 2,4% em 2019, contra 2,7% em 2018. A agricultura e as pescas têm sido afetadas por choques climáticos, pragas agrícolas e pela escassez de combustível e de energia. Prevê-se que STP venha a sofrer uma grave crise económica como resultado da queda no turismo devido à pandemia da COVID-19 (coronavírus).

A pandemia afetou gravemente a economia de STP, principalmente através de perdas na indústria do turismo. A economia de STP foi atingida por uma queda quase total na entrada de turistas estrangeiros desde o início de março. A indústria do turismo, que tem sido um motor de crescimento do sector privado nos últimos anos e é responsável por uma grande parte do emprego formal, parou totalmente, resultando numa perda de rendimentos da mão-de-obra, de divisas e de receitas fiscais. Embora antes da pandemia da COVID-19, se esperasse que o crescimento de STP tivesse uma recuperação modesta em 2020, prevê-se agora que as perturbações causadas pela pandemia resultem numa contração do PIB de 9,5% em 2020, que será a primeira recessão de STP desde 1990. O Banco Mundial está a apoiar STP fornecendo assistência financeira rápida (incluindo um subsídio já aprovado de US\$2,5 milhões) e financiamento adicional para o programa de proteção social. Uma nova operação de apoio orçamental por volta do terceiro trimestre de 2020 ajudaria a satisfazer a necessidade urgente de financiamento do governo.

Fonte: World Bank São Tomé e Príncipe Country Overview, FMI- World Economic Outlook

Handwritten signature or initials in blue ink.

Dinâmica do sector a nível internacional

Uma gestão sustentável dos recursos hídricos e o acesso a serviços de abastecimento de água e saneamento são essenciais para abordar várias desigualdades sociais e económicas.

A legislação internacional em matéria de direitos humanos compele os Estados a trabalharem para alcançar o acesso universal à água e ao saneamento para todos, sem discriminação, priorizando ao mesmo tempo as pessoas mais necessitadas. A concretização dos direitos humanos à água e ao saneamento exige que os serviços sejam disponíveis, física e financeiramente acessíveis, seguros e culturalmente aceitáveis. “Não deixar ninguém para trás” está no coração do compromisso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa permitir que todas as pessoas em todos os países beneficiem do desenvolvimento socioeconómico e atinjam a plena realização dos direitos humanos.

O progresso em direção aos ODS num mundo em rápida mudança dependerá da capacidade de antecipar, preparar e acomodar mudanças repentinas. Além dos desastres naturais, as mudanças progressivas na temperatura, nos padrões de precipitação e nos níveis do mar, resultantes das mudanças climáticas, têm um impacto em vários ODS. É necessária uma resposta abrangente, através de medidas de adaptação e mitigação. A construção da resiliência pode, portanto, ser uma ferramenta poderosa para combater a pobreza e a exclusão e uma maneira poderosa de evitar crises e a escalada de riscos.

Todas as medidas de gestão de riscos devem ser centradas no ser humano e garantir uma abordagem para toda a sociedade. Tais medidas também devem manter um foco especial nos grupos mais pobres e mais vulneráveis e levar em conta o fato de que as vulnerabilidades podem surgir, mudar e persistir por longos períodos, exacerbando as disparidades entre os sexos, etnias e famílias, e no status social e económico.

Considerando a natureza transfronteiriça do clima, ecossistemas naturais, poluição e uso de recursos, também são necessárias colaborações e respostas coordenadas a nível regional, global e intersectorial para lidar efetivamente com o desafio, mais uma vez privilegiando os esforços direcionados àqueles que são especialmente pobres e vulneráveis.

Perante este enquadramento, os diferentes stakeholders do sector (entidades gestoras, financiadores, decisores políticos, reguladores etc.) ficam com os desafios de criar condições para a mudança, estabelecer princípios jurídicos e regulatórios adequados com mecanismos de financiamento apropriados e boa aceitação social e, simultaneamente, encontrar e disponibilizar os meios financeiros para alavancar iniciativas de serviços de ordem ambiental que acompanhem os investimentos em infraestruturas do sector.

O ODS 6 em 2020

O ODS 6 - *Garantir o acesso e a gestão sustentável da água e saneamento para todos* – mantém total relevância na caracterização da evolução do sector da água e saneamento a nível mundial. Sabendo que as metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2030 estão ainda longe de ser alcançadas, o esforço da ONU em 2020 centrou-se na obtenção de dados credíveis e actuais que permitam aferir como a água e o saneamento fornecem inúmeros benefícios sociais, económicos e ambientais.

Acresce que o conhecimento desses dados é fundamental para o setor público e privado em particular na responsabilização e compromisso de cada entidade tem na evolução do sector assim com no apoio a investimentos e à tomada de decisão mais eficaz.

Neste sentido, a ONU lançou a Iniciativa de Monitoramento Integrado da Água para o ODS 6 apoiando os países no monitoramento de questões relacionadas à água e saneamento no âmbito da Agenda 2030 e o tratamento de dados para relatar o progresso global em direção ao ODS 6.

O ponto de situação efetuado em 2020 resulta da análise da informação disponibilizada pelos e revela que o Mundo não está no caminho certo para alcançar este ODS.

Milhões de pessoas em todo o mundo ainda vivem ainda sem água potável e sem saneamento, em particular nas áreas rurais e nos países menos desenvolvidos. A taxa de progresso atual deste ODS terá quadruplicar nos próximos anos

para que seja possível alcançar a meta do acesso universal a água potável em 2030. Para o saneamento e tratamento de águas residuais é impossível fazer esta estimativa porque faltam dados o que indica que a saúde e o modo de vida de milhões de pessoas continuará a ser afetado por esta realidade.

Os dados de 2020, revelam que, a nível global, a utilização de água permaneceu relativamente estável a nível global durante os últimos 10 anos, com uma utilização de cerca de 17% dos recursos hídricos disponíveis, pelo que globalmente o mundo não enfrenta uma situação de carência hídrica. No entanto, estima-se que 2,2 biliões de pessoas vivem em países em situação de carência hídrica, sendo que 721 milhões de pessoas vivem situações de carência severa ou crítica.

A nível regional, há diferenças acentuadas. Algumas regiões, o nível de carência hídrica aumentou 35% durante as últimas duas décadas e muitos países esgotaram todos os seus recursos hídricos renováveis ou dependem de recursos não renováveis que eventualmente secarão no futuro. Cerca de 2,2 biliões de pessoas não têm acesso a serviços de abastecimento de água potável (2017) o que representa cerca de 29% da população.

As mudanças climáticas são também um fator de preocupação. Cerca de um quinto das bacias hidrográficas do mundo estão em processos rápidos de mudança que influenciam as áreas cobertas por águas superficiais o que é evidenciado nos fenómenos climáticos extremos cada vez mais frequentes, com as cheias e as secas prolongadas.

No que respeita à assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), os compromissos assumidos para apoio ao setor de água tem aumentado ligeiramente nos últimos anos, principalmente associado a empréstimos concessionais e não a financiamento directo de projectos o que pode ter impacto no futuro.

O sucesso do ODS 6 passa cada vez mais por processos participativos de sensibilização e envolvimento da sociedade. Embora estes processos estejam cada vez mais integrados nas políticas e leis nacionais, a sua implementação é a ainda moderada e necessita de empenho permanente para que possa ter resultados a médio prazo. Cerca de 129 países não está no percurso correto para assegurar a gestão sustentável dos seus recursos hídricos pelo que a progressão dos processos e políticas de gestão integrada desses recursos deverá duplicar que de possa cumprir esta meta do ODS 6 em 2030.

Tendência atual do apoio financeiro ao sector

O contexto da ajuda ao desenvolvimento do sector a água e saneamento tem aumentado¹. Entre 2015 a 2019, os desembolsos da ODA para o setor de água aumentou 3%, de 9,0 para 9,2 MM de dólares. Nesse mesmo período os compromissos financeiros assumidos amentaram 11%. Verifica-se que tem aumentado a diferença entre fundos comprometidos e aqueles desembolsados tendo atingido os 2,6 mil milhões de dólares em 2019.

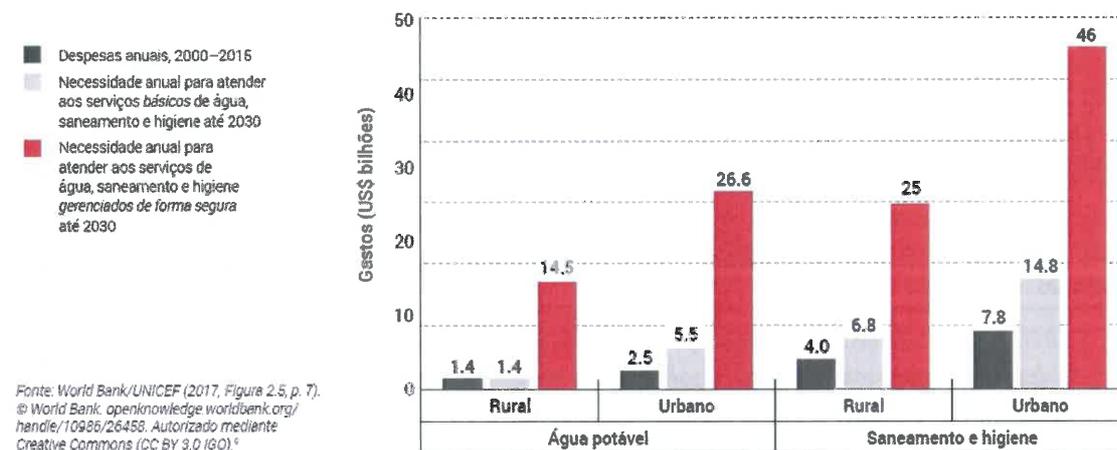


Figura - Recursos adicionais necessários para atingir as metas de serviços de água, saneamento e higiene, básicos e geridos de forma segura

pin f

Recentes dados (2019) revelam que a África Subsaariana recebeu a maior parte dos desembolsos de AOD para o setor de água de qualquer região SDG (34%). Os desembolsos para a região aumentaram 2,5 MM de dólares (2015) para 3,2 MM de dólares (2019), incluindo um aumento de 66 por cento em ajuda a grandes sistemas de água e saneamento e um aumento de 15 por cento na ajuda para o setor de água política e gestão administrativa. Sendo uma das regiões de foco da actividade da AdP Internacional os valores são importantes para compreender a pertinência da actividade da AdP quer nos projectos em implementação que na procura e posicionamento noutras oportunidades projectos futuros.

A maior parte do financiamento da ODA destina-se a projectos para a água potável e ao saneamento, compreendendo 63% do total para o sector 6,0 MM dólares (2019). Os projectos de apoio à gestão e capacitação viram o financiamento decrescer entre 2015 e 2019 para 1,0 MM dólares.

No contexto de complexo de desenvolvimento em 2020, em particular o impacto transversal da pandemia COVID-19 só vem reforçar que o aumento dos compromissos financeiros de ajuda externa ao sector da água é essencial para apoiar os investimentos nacionais necessários para alcançar as metas do ODS 6, assim como para responder à crescente procura de água e para melhorar e ampliar serviços seguros e contínuos de abastecimento às populações mais vulneráveis.

¹The United Nations World Water Development Report – Summary Progress Update 2021: SDG 6 — water and sanitation for all MARCH 2021” (ONU, 2021).

gimf

O Negócio em 2020

Acompanhando as tendências mundiais, em 2020, a actividade comercial da AdP Internacional centrou-se na **identificação de novas oportunidades** de projectos no Sector de Abastecimento de Água e Saneamento, financiados pelas principais instituições de financiamento multilateral e apoio ao desenvolvimento e cooperação internacional.

Os projectos apresentados focaram-se nas áreas de competência do Grupo AdP procurando utilizar os recursos, as competências técnicas internas e as ferramentas tecnológicas na implementação dos serviços propostos.

Em termos geográficos, os países lusófonos mantiveram destaque na procura de novas oportunidades de projecto. Este facto é justificado pela relevância que o Grupo AdP assume nestes países, em particular no Continente Africano.

No entanto, e dando sequencia à estratégia delineada para o triénio, foi feito um esforço significativo para diversificar as regiões de intervenção, identificando múltiplas oportunidades de negócio noutros países e respondendo a processos de procurement em geografias novas. Esta abordagem comercial assentou na identificação de parceiros internacionais e nacionais estratégicos e na constituição de consórcios com o objectivo de potenciar as possibilidades de sucesso das propostas apresentadas.

É relevante lembrar que a atividade comercial desenvolvida pela AdPI nos mercados internacionais é condicionada pelos processos de procurement nas principais instituições financiadoras multilaterais. Genericamente, estes processos implicam uma fase de pré-qualificação, a que se segue a preparação da proposta comercial (no caso de sucesso na fase de qualificação) e a contratação.

Os registos históricos da atividade comercial mostram que, frequentemente, os períodos que medeiam a identificação da oportunidade até à contratação do serviço podem ser muito demorados, o que exige um ritmo continuado de resposta a oportunidades que surgem. Por outro lado, também é frequente a ocorrência de atraso no lançamento de concursos. Estes aspetos são os mais críticos para a manutenção de uma carteira adequada de contratos em execução. Para minimizar estes impactos, a AdPI tem procurado desenvolver uma abordagem proactiva junto dos clientes, nomeadamente no apoio à preparação de projetos financiáveis e na identificação das potenciais fontes de financiamento.

É de realçar, em 2020, a atividade desenvolvida em projetos financiados pelo Fundo Ambiental para os mercados dos países africanos de língua portuguesa e para Timor-Leste. Em paralelo, foi possível ter sucesso numa nova proposta de Assistência Técnica em Angola, com o contrato a ser financiado pelo Banco Mundial.

Desempenho e eficiência operacional

Em 2020 deu-se continuidade à consolidação de mecanismos para a assegurar a otimização do desempenho e eficiência operacional, tendo sido reforçado o processo de especialização de gastos e proveitos em todos os projetos em curso.

Foram ainda tidos em conta os seguintes aspetos:

- Definição clara de responsabilidades e áreas de atuação de cada colaborador, e, em paralelo, a criação de mecanismos tendo em vista o controlo e o acompanhamento da atividade diária da empresa, sob a forma de uma “coordenação de produção” que, a cada momento, assegure a mais adequada alocação de tarefas aos recursos humanos disponíveis.
- A identificação dos Processos chave para o negócio e dos respetivos Procedimentos a adotar, de modo a garantir que as atividades a desenvolver pelos colaboradores da AdP Internacional sejam inequívocas na sequência de sub-tarefas/etapas a implementar, quais os intervenientes e suas responsabilidades, e finalmente, no tipo de registos a produzir por forma a assegurar a rastreabilidade do histórico das atividades.

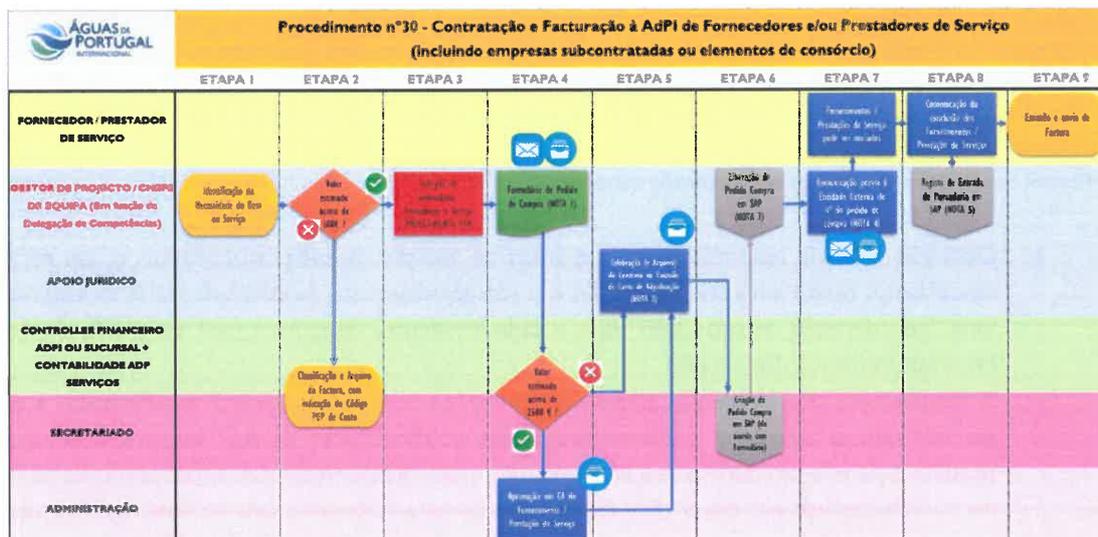
Tendo presente estes objetivos, e dando continuidade ao trabalho já iniciado em 2016, estão em implementação 14 procedimentos considerados como prioritários, respeitantes a:

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS EM VIGOR



Macro-processo	Processos		Procedimentos
	Nível 1	Nível 2	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO	Identificação de Oportunidades	Seguimento periódico "reactivo" de oportunidades	P04 Identificação de oportunidades em aberto (Mdi / Propostas)
		Seguimento periódico "pro activo" de oportunidades	P02 Mapeamento de Oportunidades em forecast/pipeline
		Preparação da Proposta	P10 Preparação da Proposta Financeira
GESTÃO DE CONTRATOS	Kick-off do Projecto em Portugal	Definição da Logística necessária para o Projecto	P20 Planeamento / Aquisição de Viagens e de Alojamentos
			P21 Emissão de Vistos e Passaportes
	Desenvolvimento do Projecto	Facturação e Cobrança	P22 Aquisição/Aluguer de outros Meios Materiais e Serviços (Seguros, Meios de Transporte, Equip. Informáticos, Comunicações, etc.)
			P29 Facturação ao Cliente
ORGANIZAÇÃO INTERNA	Gestão interna	Aquisição de viagens e alojamentos	P30 Facturação à AdPi de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviço
		Aquisição de serviços e equipamentos	P20 Planeamento / Aquisição de Viagens e de Alojamentos
			P21 Emissão de Vistos e Passaportes
			P22 Aquisição/Aluguer de outros Meios Materiais e Serviços (Seguros, Meios de Transporte, Equip. Informáticos, Comunicações, etc.)
			P34 Aquisição de serviços e equipamentos
	Manutenção de Bases de Dados	P39 Criação e Actualização de Bases de Dados (CV para propostas, Listas de Referências)	
		P40 Gestão da documentação legal de suporte à actividade da AdPi	

Na figura seguinte apresenta-se um exemplo de um procedimento em vigor:



Mantém-se em vigor o controlo da alocação de tempo e de custos de cada um dos elementos da AdP Internacional na sede às diferentes propostas e projetos em cursos, através do preenchimento de uma Folha de Ocupação Semanal em SAP (time-sheet), para registo do trabalho realizado nos períodos precedentes, bem como do preenchimento de um designado “Plano de Cargas”, com a estimativa das afetações previstas para os períodos subsequentes ao registo semanal.

A análise dos registos das folhas de ocupação semanal mostra que a equipa de sede da AdP Internacional alocou o seu tempo a trabalhos para projetos concretos (produção) e para a área de desenvolvimento de negócio, o que permitiu uma afetação mais otimizada dos recursos e a redução dos custos de estrutura da empresa.

Principais indicadores de actividade

Com base no sistema de controlo e acompanhamento das ações comerciais e no processo de preenchimento da time-sheet da AdP Internacional, é possível medir a atividade da empresa e obter informação relevante para a estratégia adoptada pela empresa nos últimos anos.

No quadro seguinte apresentam-se esses indicadores para 2020, 2019 e 2018.

	2020	2019	2018
Alocação da equipa de sede a projetos	63,7%	76,0%	73,5%
Número de Mdl submetidas	14	4	23
Número de propostas submetidas	13	18	13
Número de ações comerciais com empresas portuguesas (Mdl e propostas)	4	2	26
Número de novos países com abordagem comercial	4	5	14

Handwritten signature

Perspectivas para 2021

O ano de 2021 será um ano de extrema relevância para a atividade da AdP Internacional. O início de um novo contrato na província da Huíla, em Angola, e a perspectiva de conquista de mais um contrato de assistência técnica naquele país, serão fundamentais para assegurar a sustentabilidade da atividade da empresa durante o ano de 2021.

As perspetivas na área de desenvolvimento de negócio são positivas, embora venham a exigir uma forte afetação de recursos da equipa de sede, que terá também de assegurar a gestão e parte da execução dos projetos em curso. Uma das prioridades nesta área é a melhoria contínua da qualidade das propostas técnicas apresentadas e o aumento da competitividade da AdP Internacional, tirando partido de todo o potencial da inovação em produtos e em soluções desenvolvidas pelas empresas do Grupo AdP.

Destaca-se ainda o elevado número de pré-qualificações a propostas apresentadas durante o ano de 2020, que deverão ter sequência no próximo ano, nomeadamente o mercado tunisino, onde a AdP Internacional participa num consórcio para o concurso de operação e manutenção dos sistemas de saneamento de Tunes, bem como o mercado indiano, que se prevê que possa ter um impacto positivo na atividade da AdPI, se possível já em 2021. A atividade comercial continuará alinhada com a estratégia definida nos últimos anos, procurando alargar a área de atuação da empresa a mercados nas vizinhanças dos mercados considerados prioritários, nomeadamente no Norte de África (Marrocos, Argélia e Tunísia), na África Ocidental (Costa do Marfim) e, eventualmente, nalguns países asiáticos e outros em que a experiência do Grupo AdP seja considerada relevante para as Instituições Financeiras Multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento.

Outro dos pilares estratégicos da AdP Internacional é a consolidação de parcerias com empresas portuguesas e a identificação de parceiros internacionais com forte implantação em geografias menos tradicionais para a AdP Internacional, mas com elevado potencial de negócio face aos financiamentos multilaterais disponíveis.

Em 2021, a AdP Internacional assegurará a trajetória de sustentabilidade económica e financeira, a par de uma crescente especialização em áreas-chave para os mercados onde está presente. Em consonância com a estratégia definida, na abordagem a novos mercados e novos contratos, manter-se-á o princípio da sustentabilidade económica e financeira dos projetos em que a AdP Internacional se venha a envolver, de forma a permitir a melhoria da margem operacional.

Quanto à atividade operacional, perspectiva-se um crescimento do número de projetos, em resultado das propostas apresentadas em 2020, nomeadamente em Angola, na Índia (sobretudo no Estado de Goa) e em Timor Leste.

É de relevar ainda, o estreitar do relacionamento com o Banco Mundial que se iniciou em meados de 2019, no âmbito do novo projeto estratégico desta Instituição Financiadora Multilateral designado “Utilities of the Future”, bem demonstrador das competências técnicas do Grupo Águas de Portugal e do reconhecimento que nos é devido por aquela Instituição.

Sucursais e subsidiárias



AdP Angola (sucursal)

Angola continuou a assumir-se como uma das grandes prioridades no desenvolvimento de negócios da AdP Internacional. Através da sucursal (AdP Angola) foi dada continuidade ao trabalho de implementação do nome da AdP neste mercado.

O ano de 2020 foi caracterizado pela continuidade dos dois novos contratos com Ministério da Energia e Águas de Angola, nas províncias do Bengo e do Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento



AdP Guiné Bissau (sucursal)

Na Guiné Bissau, 2020 foi marcada pela continuidade da participação no Consórcio com a EdPI e a LBC para a Melhoria do Desempenho Técnico, Comercial e Financeiro da EAGB- Empresa de Electricidade e Águas da Guiné-Bissau, com financiamento do Banco Mundial.



AdP São Tomé e Príncipe (sucursal)

A Sucursal da AdP Internacional em São Tomé e Príncipe foi aberta no final do ano de 2018.

Esta Sucursal surge naturalmente no decurso dos projectos que, desde 2017, se têm vindo a realizar no país e na vontade de continuarmos a assumir como um parceiro importante no desenvolvimento do país na área do abastecimento de água e do saneamento.

Em Dezembro de 2019 finalizou-se o Projeto de Cooperação iniciado em 2017 e que trouxe substanciais melhorias para os 16 Sistemas de Abastecimento de Água sobre a responsabilidade da EMAE (Empresa de Água e Eletricidade de São Tomé e Príncipe).

O ano de 2020 foi marcado por esforços para dar seguimento à colaboração com a EMAE e ao seguimento do trabalho realizado nas 2 ilhas e esforços de ajuda com o país face a esta situação pandémica e por um esforço de ajuda e cooperação através da colaboração com a ONGD-LD Leigos para o desenvolvimento com objetivo colaborar na identificação e desenho de uma solução mais reforçada e melhorada para o abastecimento de água às populações de Porto Alegre e Vila Maianza.



AdP Timor-Leste (Subsidiária)

Capital Social: 5 000 USD

Em Timor Leste, em 2020 o consórcio AdP Timor Leste/Engidro iniciou o desenvolvimento do contrato RFP039 com o objetivo de desenvolver soluções, ao nível de projeto de execução, de sistemas de água e saneamento para as capitais de Município de Baucau, Los Palos, Same e Viqueque.

No final de 2020, deu início o desenvolvimento dos Planos Diretores de Água e Saneamento para as capitais de Município de Ainaro, Bobonaro e Covalima.



AdP Cabo Verde (sucursal)

No decurso do ano de 2020, a AdP Internacional desenvolveu 2 Assistências Técnicas em Cabo Verde, a saber:

1. Projeto Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água;
2. Projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas



AQUATEC (Subsidiária)

Capital Social: 2 476 580 MZM

A Aquatec tem por objetivo a prestação de serviços de assistência técnica relacionados com sistemas de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento de resíduos urbanos, constituindo-se como a plataforma do Grupo AdP para a angariação de negócios nas referidas áreas, com particular enfoque nos sistemas de gestão comercial e de gestão da manutenção.

Em termos operacionais, em 2020, foi dada continuidade à assistência técnica à Águas da Região de Maputo relativa à manutenção evolutiva do sistema de gestão comercial (Aquamatrix).

O ano de 2017 foi um ano de reestruturação da empresa, tendo sido eliminada a função de diretor-geral a partir de Junho, decisão que se manterá em vigor até que o volume de atividade da empresa justifique uma alteração. Esta decisão teve um impacto significativo nos gastos operacionais no segundo semestre do ano e permitiu o equilíbrio económico e financeiro da empresa em 2018. Em 2019, os resultados da empresa foram ligeiramente negativos fruto das atividades da Missão Apoiar Moçambique suportadas pela empresa. Em 2020, os resultados da empresa sofreram o impacto negativo do redébito por parte da AdP Internacional à Aquatec do sistema de gestão comercial (Aquamatrix) referente ao período 2016 a 2020.

Handwritten initials: "M", "97", and "f".

Sustentabilidade e Desempenho

A Sustentabilidade no Grupo AdP é parte integrante da estratégia de gestão, porquanto sustenta a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras. As atividades de abastecimento de água e de tratamento e valorização de águas residuais são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a qualidade dos nossos serviços, ao longo do tempo, está alicerçada nas nossas preocupações éticas, sociais, laborais económicas e ambientais.

A água o mais precioso dos recursos é um direito humano consagrado pela ONU, assim como o Saneamento assumindo o ODS 6 uma importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Assim, o Grupo Águas de Portugal que tem por missão prestar serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento e enquanto grupo empresarial com maior impacto na vida dos Portugueses, está bem ciente da enorme responsabilidade inerente a estas atividades essenciais à qualidade de vida e da saúde das pessoas, ao desenvolvimento das atividades económicas e à preservação do ambiente, contribuindo ao longo das últimas décadas para uma profunda transformação do setor em Portugal. Através das nossas empresas de base regional e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos stakeholders, elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS e entendemos que somos parte da solução para essa concretização.

2020 foi um ano conturbado e muito marcado pela Pandemia. Neste contexto de incerteza, prosseguimos o nosso caminho adaptando os processos internos por forma a não comprometer o respeito dos princípios da universalidade, qualidade de serviço e de eficiência. Mas o Grupo Águas de Portugal com a sua experiência e conhecimento acumulado, levou a cabo o seu compromisso de prestar **serviços críticos e essenciais de uma forma ininterrupta com o empenho e espírito de missão, dos/as nossos/as trabalhadores/as** que na linha da frente estão garantindo a continuidade das operações. **“Nunca parámos”**. Caiu sobre nós uma acrescida responsabilidade pois os nossos serviços são o garante da saúde pública. Implementámos em tempo os Planos de contingência em todas as empresas do Grupo de forma a garantir uma resposta eficaz na minimização do impacto de potenciais riscos para a saúde dos/as nossos/as trabalhadores/as bem como para a continuidade das nossas atividades. Reajustámos a operação, garantimos a segurança e saúde dos/as nossos/as trabalhadores/as, tanto das estruturas operacionais como aos que podiam exercer as suas funções em trabalho remoto. Disponibilizámos EPIs adequados, apoio psicológico, ginástica laboral entre outros a todos/as os/as nossos/as trabalhadores/as. **Readaptámo-nos para garantir que nunca faltasse água na torneira dos Portugueses e que as suas águas residuais fossem tratadas.**

A AdP Internacional enquanto empresa pertencente ao universo AdP, desenvolve uma gestão racional e sustentável dos seus recursos, de forma a promover a prestação de serviços qualificados e eficientes contribuindo através das Empresas Operacionais para uma melhor qualidade do serviço que prestam e melhores tarifas para à comunidade.

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP, à qual a AdP Internacional está alinhada redefinida em 2017 resultou da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Foi definida a análise de materialidade, identificados os principais desafios do grupo e definidos os seus Princípios e Compromissos.

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP tem por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas. No plano operacional, identificaram-se os principais desafios e definiram-se os principais compromissos do Grupo AdP em matéria de sustentabilidade. A nossa atuação face aos compromissos assumidos e metas encontram-se plasmados no relatório de sustentabilidade (consolidado) do Grupo AdP disponível em www.adp.pt.

De forma a enfrentar os grandes desafios sociais associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente, impõe-se uma evolução do paradigma, rumo que assumimos no Quadro Estratégico de Compromisso onde sistematizamos a nossa visão para 2030. Em 2021 iremos rever a na nossa estratégia

de sustentabilidade com base nos desafios definidos no Quadro Estratégico de Compromisso os nossos compromissos e metas 2021-2023

Estratégia de Sustentabilidade 2017-2020

O Grupo AdP definiu a sua estratégia baseada no conceito de simbioses. Acreditamos que a sustentabilidade se consegue criando simbioses com os acionistas e clientes, com os colaboradores, com as demais partes interessadas e com o ambiente, com quem tem uma relação de estreita interdependência.



Simbiose é uma relação mutuamente vantajosa entre dois ou mais organismos vivos de espécies diferentes. Na relação simbiótica, os organismos agem ativamente em conjunto para proveito mútuo.

Em Simbiose com Ambiente

Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- ✓ Conservar e valorizar as massas de água
- ✓ Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- ✓ Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- ✓ Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- ✓ Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- ✓ Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- ✓ Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- ✓ Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- ✓ Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- ✓ Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

gi p f

Simbiose com os Colaboradores

Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- ✓ Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- ✓ Garantir a igualdade de oportunidades
- ✓ Garantir a segurança e saúde no trabalho
- ✓ Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- ✓ Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade

Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- ✓ Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- ✓ Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- ✓ Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- ✓ Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

De realçar em 2020

- ✓ O ano de 2020 foi um ano muito marcado pelo efeito da Pandemia Covid-19, que fustigou e continua a fustigar o mundo e por conseguinte os países e as empresas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) qualificou, no dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública.

As empresas do Grupo Águas de Portugal começaram cedo a preparar os seus Planos de Contingência para a Covid-19 e por conseguinte a AdP Internacional também preparou antecipadamente o seu Plano, alinhado com as recomendações da DGS, no qual se definiam as linhas orientadoras, visando garantir a segurança de todos/as os/as trabalhadores e trabalhadoras e a continuidade de negócio. Em 16 de março, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março, seguindo as orientações da Tutela Setorial o Grupo AdP foi acionado o Plano. Foi dada especial atenção à sensibilização e informação de todos/as os/as trabalhadores/as para a adoção dos imprescindíveis comportamentos individuais de higiene pessoal e de conduta social, quer em situação de trabalho quer na vida pessoal. Garantimos todas as condições de segurança e de conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. Desde março que disponibilizamos consultas de apoio psicológico a todos/as os/as trabalhadores/as e famílias do Grupo Águas de Portugal e aulas de ginástica on-line para todos.

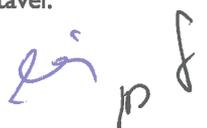
O Plano de Contingência foi sendo ajustado ao longo do ano atendendo à evolução da situação epidemiológica e às medidas decretadas em Portugal. Mas todos os ajustes tiveram sempre tendo em vista as duas premissas: (i) manter a segurança de todos os trabalhadores/as e a (ii) continuidade da atividade da empresa.

- ✓ De realçar em 2020 a concretização do apoio ao Governo de Goa para a melhoria da eficiência operacional dos sistemas de tratamento de água e no planeamento de intervenções em sistemas de saneamento neste Estado indiano, formalizado em contrato assinado, em fevereiro, entre a AdP Internacional e o Departamento de Obras Públicas de Goa (PWD - Public Works Department), no âmbito da visita de Estado do Presidente da República à Índia. Destacam-se ainda os progressos em Timor-Leste, país onde o Grupo Águas de Portugal está presente desde o ano 2000, dando um significativo apoio ao desenvolvimento do setor da água. Ainda no âmbito da pandemia que marca a agenda mundial, merece especial referência a parceira estabelecida pela AdP Internacional com o Banco Mundial no projeto "Covid

Just-in-Time”, iniciativa que procura apoiar entidades gestoras de abastecimento e saneamento na resposta à emergência no contexto da pandemia Covid-19, incluindo no seu âmbito um quadro de referência para a elaboração de Planos de Emergência de Operadores dos Serviços de Água e o apoio a operadores de diferentes países, principalmente em África e na América Latina.

Em 2020 e na prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua, garantimos a manutenção das certificações nas normas NP EN ISO 9001:2015- Qualidade, NP EN ISO 14001:2015-Ambiente, SA8000 – Responsabilidade Social e na Gestão da conciliação NP 4552:2016. Neste ano fizemos a transição da OHSAS 18001:2007 – Segurança para a ISO 45001.

- ✓ O programa corporativo de atribuição de bolsas de estudo em que a AdP Internacional também contribui, tendo em vista o desenvolvimento e aprendizagem das/os filhas/os das/dos trabalhadoras/es é um programa de Responsabilidade Social interna de grande impacto. Em 2020, nesta que foi a edição com maior número de candidaturas apresentadas foram atribuídas 45 bolsas de estudo, 22 bolsas destinadas ao Ensino Superior e 23 bolsas destinadas ao Ensino Especial no valor de 1.200 euros cada. Este projeto que teve início, no ano letivo 2013/2014, já permitiu distribuir 269 bolsas de estudo para o Ensino Superior e Ensino Especial.
- ✓ A destacar, igualmente, o compromisso do Grupo AdP e por conseguinte da AdP Internacional, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o reforço com os princípios do Global Compact ao qual aderimos em 2009, que abrangem as áreas dos direitos humanos, das práticas laborais, da proteção ambiental e os mecanismos anticorrupção. Também reforçamos o nosso compromisso com a Aliança para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.
- ✓ Deu-se continuidade (mas não muito ativa neste ano de 2020 atendendo ao contexto de Pandemia) ao Programa de Voluntariado Corporativo, “Gota a Gota Mudamos Vidas”. É de destacar este ano a entrega de cabazes de Natal, a 35 famílias carenciadas do Bairro da Cova da Moura, identificadas pela Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, na Amadora, garantindo uma ceia de Natal reforçada a 76 pessoas numa altura numa altura em que se verificam maiores necessidades sociais.
- ✓ O Grupo AdP e por conseguinte a AdP Internacional, continuou a ser parceiro do desporto paralímpico, com o apoio ao Comité Paralímpico de Portugal (CPP) rumo aos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. No quadro da nossa estratégia de responsabilidade social apoiamos o desporto para tod@s e este apoio, vai de encontro à nossa missão.
- ✓ A AdP acolheu este ano novamente uma estagiária - a Letícia, uma das participantes no projeto Girl Move e a AdP Internacional teve um papel muito importante na transmissão de conhecimentos técnicos. A Girl Move é uma Fundação que tem como missão a criação de um movimento de vida, de apoio e capacitação no feminino em Moçambique, através da sua educação e da criação de redes humanas de entre-ajuda e cooperação entre pares, inter-geracional e internacional. Um dos programas desenvolvidos chama-se “Change” e dirige-se a jovens licenciadas entre os 20 e os 30 anos, que podem fazer um “estágio de vida”, com a duração de um ano, com o apoio das empresas parceiras como é o caso do Grupo AdP. Excecionalmente, este ano, todo o estágio foi realizado através de sessões em vídeo-conferência.
- ✓ No início de 2020 juntámos à EDP, ao Grupo Lusíadas e à Junior Achievement Portugal para entregar, através da ONGD portuguesa APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África, 3.900 mochilas esperança com kits de material escolar para apoiar as crianças da região do Dondo, na província da Beira. Todos nós no Grupo, em conjunto e com o apoio de amigos e familiares, reunimos 1.000 Mochilas que já foram entregues às crianças. Missão cumprida!
- ✓ O ODS 17 apela às parcerias e o Grupo Águas de Portugal e por consequência a AdP Internacional, tem feito esse caminho tanto na gestão do conhecimento e inovação como da responsabilidade social. Colaboramos com diversas entidades desde a Rede Portuguesa do Pacto Global da Nações Unidas, a Aliança para os ODS, o BCSD, o Fórum IGEN, a Carta Portuguesa para a Diversidade entre outros, todos alinhados para o desenvolvimento sustentável.



- ✓ Atento a este domínio e às metas para o país, o Grupo AdP definiu como objetivo no Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE 2020) a certificação energética da frota das suas empresas a alcançar até ao final de 2020. Para isso, em colaboração com a ADENE (agência para a energia), participou ativamente no projeto piloto de certificação energética da frota, procurando uma mobilidade eficiente para a transição energética. As 13 empresas do Grupo AdP, que no seu conjunto perfazem um total de 1.430 viaturas, participaram ativamente no processo, tendo obtido a certificação energética das suas frotas, no âmbito do projeto piloto desenvolvido pela ADENE, que varia entre a Classe B e a Classe D.

- ✓ O compromisso de neutralidade energética assumido pelo Grupo Águas de Portugal foi reafirmado com o “Programa de Neutralidade Energética ZERO” que tem por objetivo que o grupo atinja a neutralidade energética no prazo de 10 anos através da execução de uma estratégia continuada de redução de consumos e de aumento da produção própria de energia 100% renovável.

- ✓ Um dos nossos princípios orientadores é a igualdade e o respeito pela diversidade. Promovemos ativamente o combate à discriminação e olhamos a ética como um valor primordial no âmbito do nosso desempenho. Em 2020 continuamos como parte ativa em diversos projetos de promoção de igualdade de género de inclusão, de combate à pobreza e exclusão social. O Grupo AdP e por consequência a AdP Internacional, tem implementada uma política sustentada da Igualdade de Género. Para além da referida política específica, a existência de um conjunto de políticas de Recursos Humanos, não discriminatórias, o próprio Código de Conduta e Ética, o Acordo Coletivo de Trabalho, as certificações na norma de Responsabilidade Social SA8000 e de Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal NP 4552:2016, solidificam esta temática. A Política de Recursos Humanos do Grupo garante o respeito pela diversidade e igualdade de oportunidades, aumentando a cultura corporativa e coesão social no Grupo. O Plano Estratégico de Sustentabilidade do Grupo AdP assume os Compromissos de “Garantir a igualdade de oportunidades” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal”. A AdP Internacional, é certificada desde 2019 na norma NP 4552: 2016 - Sistema de Gestão de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

- ✓ O Grupo AdP divulga anualmente no R&C e no Relatório de Sustentabilidade Corporativos a informação relevante de RH da AdP Internacional, desagregada por sexo. O Relatório de Sustentabilidade é enviado aos principais stakeholders e é disponibilizado no site do Grupo e das empresas bem como na intranet.

Stakeholders

A AdP Internacional está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



Deveres especiais de prestação de informação

A AdP Internacional cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais, em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

Sistema de Controlo Interno e Controlo do Risco

“Controlo Interno é um processo efetuado pelo Conselho de Administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, **projetado para fornecer garantia razoável** em relação ao alcance de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade.” **COSO 2013**

A **AdP Internacional** e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam atenção a temáticas como o controlo interno, a gestão dos riscos, a fraude, a transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro.

Sendo estas preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a **AdP Internacional** se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, **foi dada continuidade em 2020 à implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) transversal ao Grupo**, assente no CUBO do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir representados em três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.

gim
10 *f*



Avaliação dos Riscos

- Riscos de fontes externas e internas;
- Condição prévia: definição de objetivos ligados a níveis diferentes da entidade e internamente consistentes;
- Identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos;
- Base para a gestão dos riscos.

Informação e comunicação

- Informação relevante identificada, capturada e comunicada com qualidade, para garantir o tratamento e a troca de dados relevantes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa;
- Os sistemas de informação são fonte de informação que concorre para a gestão e controlo do negócio.

No âmbito do projeto, em 2020 foi concluído o mapeamento dos 13 processos prioritários e identificados os eventos de riscos, os riscos e controlos implementados na sua mitigação, em duas empresas piloto. Com base nessa informação, foi iniciado o trabalho de mapeamento desses processos nas restantes empresas do Grupo, incluindo na **AdP Internacional** tendo sido definido um cronograma temporal para a sua concretização, cuja conclusão se encontra prevista para o final do 3.º trimestre de 2021. Este trabalho contempla o necessário ajuste à realidade dos riscos e controlos implementados na empresa.

Paralelamente foi elaborado o relatório de definição das **métricas a utilizar futuramente na avaliação anual do SCI**, bem como a **versão base do Manual de Controlo Interno do Grupo**, o qual apenas estará concluído, quando se encontrar finalizado o mapeamento de todos os processos identificados como críticos no âmbito do Sistema de Controlo Interno.

No seguimento encontra-se prevista a conclusão da avaliação preliminar sobre o controlo interno efetuada na empresa e o início do mapeamento dos restantes processos, identificados como críticos no âmbito do Modelo de Controlo Interno do Grupo AdP, novamente com recurso a duas empresas piloto.

Ambiente de Controlo

- Estabelece o carácter da organização, influenciando a perceção de controlo do seu pessoal;
- É a base de todos os outros componentes de controlo interno, providenciando disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI.

Atividades de Controlo

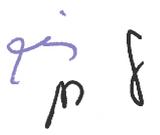
- Políticas e procedimentos que ajudam a assegurar: i) as respostas aos riscos, visando o alcance dos objetivos da entidade; ii) o cumprimento das diretivas da entidade;
- Ocorrem por toda a organização, a todos os níveis e em todas as funções;
- Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos

Monitorização de Atividades

- Avaliação da qualidade de desempenho do SCI ao longo do tempo.
- Assegurar a adequação e eficácia do SCI de forma contínua;
- Garantir a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias, visando a melhoria contínua.

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se o as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da **AdP Internacional** sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.



As alterações acima indicadas obrigarão ainda à revisão e ajuste do **modelo de gestão de risco em vigor no Grupo AdP e na AdP Internacional** permitindo ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

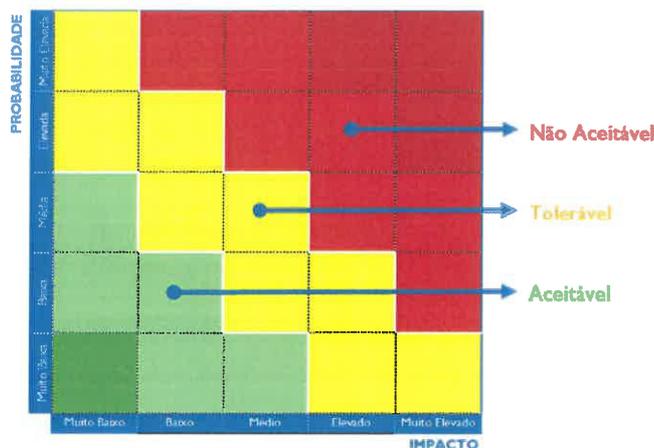
A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O modelo de gestão do risco empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela **AdP Internacional** sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela **AdP Internacional** e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Em virtude da implementação do SCI no Grupo AdP, no qual se pretende que a empresa mantenha o seu foco para garantir a sua adequada concretização, e da situação pandémica observada, foi definido não proceder à avaliação do risco em 2020. Considerando a avaliação do risco efetuada em 2018, alguns dos principais riscos a que a empresa se encontra exposta, são os seguintes:

- **Gestão de talentos:** Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário, decorrente de limitações inerentes ao enquadramento setorial ou à conjuntura económica.

Handwritten signature and initials.

- **Gestão da Dispersão Geográfica:** Risco de incapacidade ou dificuldade na potencialização de ganhos de escala e na gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devido a dispersão geográfica do negócio.
- **Reputação e Imagem:** Risco de degradação da imagem da Organização perante o exterior e seus stakeholders, com consequentes perdas financeiras, por via direta ou indireta e de forma sustentada ou não.
- **Segurança da Informação:** Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança da informação.
- **Envolvente política, económica e financeira:** Risco de ocorrências de caráter político, económico ou financeiro, que possam condicionar a continuidade do negócio da Organização.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Gestão do Capital Humano

A AdP Internacional assume, no âmbito da sua política corporativa de gestão de recursos humanos, o compromisso de promover ativamente o desenvolvimento e a valorização contínua de todas/os as/os trabalhadoras/es contribuindo, desta forma, para o seu envolvimento e compromisso, bem como para a sustentabilidade do Grupo.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas, e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com o propósito de promover o desenvolvimento organizacional. O regulamento de Valorização Profissional incentiva a participação das/os trabalhadoras/es em programas de formação académica, como por exemplo pós-graduações, mestrados ou doutoramentos, em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual. A participação em Associações Profissionais ou de Classe que contribuam para a valorização profissional ou se mostrem adequadas ao prosseguimento dos fins das Empresas, é igualmente incentivada e suportada.

O sistema de avaliação de desempenho tem como objetivo o alinhamento dos desempenhos individuais com a estratégia e os objetivos da empresa, potenciando a melhoria contínua. Trata-se de um processo permanente e contínuo, que permite aglutinar as expectativas da empresa e das/os trabalhadoras/es, a definição de metas e de objetivos claros a atingir e a identificação de oportunidades de melhoria, como, e principalmente, o desenvolvimento das/os trabalhadoras/es.

A mobilidade interna de trabalhadoras/es é uma prática que se valoriza, e se estimula no Grupo, a qual constitui um fator importante na evolução profissional dos nossos recursos humanos. Dá-se prevalência ao recrutamento interno de profissionais, aspeto que assume especial relevância na AdP Internacional, já que é fundamental o recurso ao capital humano do Grupo Águas de Portugal para a alocação de profissionais experientes no setor da água a projetos

internacionais, possibilitando aos/às trabalhadores/as a exposição a novos contextos enfrentando desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens, conhecimentos e competências.

No âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, o Grupo AdP, com o objetivo de oficializar as práticas já existentes, monitorizá-las e desenvolver ainda melhores condições de trabalho aos/às trabalhadores/as, iniciou o processo para a certificação na norma NP 4552:2016, para a Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal. A AdP Internacional encontra-se certificada nesta norma desde 2019.

PRINCIPAIS INDICADORES (com referência a 31 de dezembro)

A AdP Internacional – sede e respetivas sucursais - conta com 27 trabalhadores/as no ativo.

AdP Internacional - população ativa a 31/12/2020	27
AdP Internacional (sede)	16
Sucursal: AdP Angola	11
Sucursal: AdP Cabo Verde	0
Sucursal: AdP Guiné Bissau	0
Sucursal: AdP de São Tomé e Príncipe	0

As empresas subsidiárias da AdP Internacional, a AQUATEC e a AdP Timor contam respetivamente com 1 e com 10 trabalhadores/as ativos/as.

Empresas subsidiárias da AdP Internacional - população ativa a 31/12/2020	
Subsidiária: AQUATEC (Moçambique)	1
Subsidiária: AdP Timor	10

A caracterização dos recursos humanos que se fará de seguida respeita apenas à população ativa da AdP Internacional – sede e respetivas sucursais.

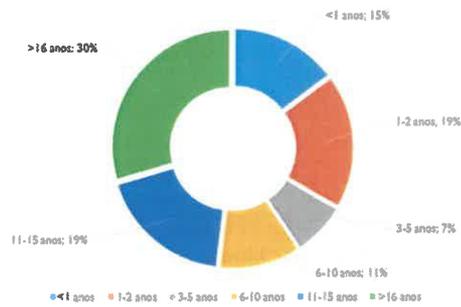
Caracterização da população ativa da AdP Internacional (sede e sucursais)

A população ativa da AdP Internacional no fim do ano de 2020 era de 27 pessoas, 59% da sede e 41% da sucursal de Angola, contando com mais um recurso que no ano anterior. Adicionalmente, existem 3 contratos suspensos relativos a trabalhadores em situações de cedência a outras empresas do Grupo.



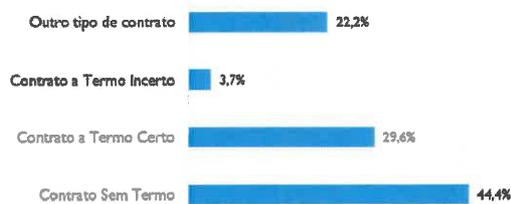
A média etária dos/as trabalhadores/as é de 44 anos, sendo que 85% se situa entre os 26 e os 55 anos de idade. A antiguidade média é de 12 anos, sendo que em 49% se verifica uma permanência na empresa superior a 10 anos.

Antiguidade dos trabalhadores no ativo



No que respeita ao vínculo contratual, 66,7% dos/as trabalhadores/as tem contrato sem termo (44,4%+22,2%).

Vínculo contratual



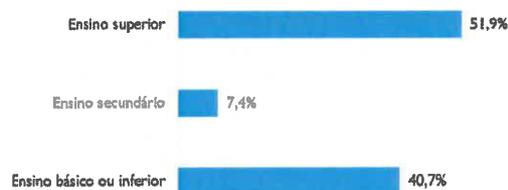
Os/as trabalhadores/as em regime de cedência ocasional na AdP Internacional, representados no gráfico como “outro tipo de contrato” estão vinculados, nas empresas de origem, com contrato sem termo.

Categorias profissionais



Cerca de 41% dos/as trabalhadores/as do ativo são técnicos superiores e 37% são técnicos operacionais. Os lugares de chefia são ocupados por 11,1% dos/as trabalhadores/as ativos.

Habilitações literárias



Relativamente ao nível de habilitações literárias, cerca de 52% possuem formação superior.

■ Masculino ■ Feminino

Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS SA promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade.

Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira que se apresenta, procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançados pela AdP Internacional, no ano de 2020, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

Apresenta-se de seguida o quadro de indicadores evolutivos da empresa:

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	2018	2019	2020	Un: m€	
				Var 2020 / 2019	
				Valor	%
Volume de Negócios	3 991	3 491	3 544	53	2%
Cash-Flow Operacional(EBITDA)*	397	18	(79)	(97)	-546%
Margem EBITDA	10%	1%	-2%	(0)	-539%
Resultado Operacional	165	(73)	123	196	-269%
Resultado Financeiro	(49)	(101)	(83)	18	-18%
Resultado Líquido	83	(219)	30	248	-114%
Investimento	7	220	106	(114)	-52%
Activo Líquido	5 130	3 655	6 371	2 717	74%
Passivo	4 948	3 692	6 160	2 468	67%
PMP (dias)	191	188	248	60	32%
PMR (dias)	280	418	661	243	58%
Endividamento	2 900	1 700	4 200	2 500	147%

* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações+Provisões/Imparidades

A AdP Internacional encerrou o seu exercício económico de 2020 com um resultado líquido positivo de 30 mil EUR. O *cash-flow* operacional foi negativo no valor de 79 mil euros.

Este impacto negativo nos resultados deve-se a dificuldades na colocação dos fornecimentos e das equipas, por motivos administrativos, devido à pandemia Covid 19 nos dois novos contratos com o Ministério da Energia e Águas de Angola, nas províncias do Bengo e do Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, contribuiu para que o reconhecimento da percentagem de acabamento do volume de negócios fosse inferior ao esperado.

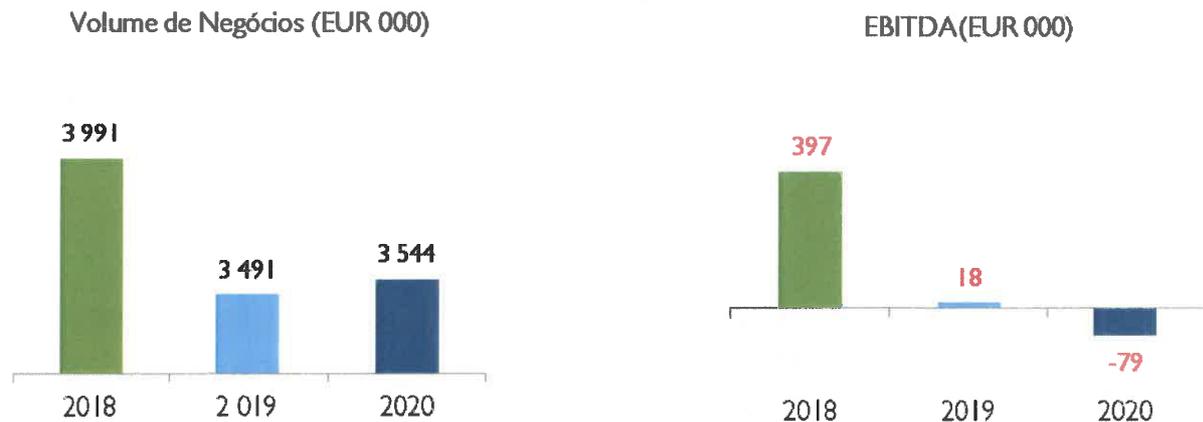
Adicionalmente, os efeitos da Pandemia-Covid 19 também se vieram a sentir pois uma parte do tempo em teletrabalho, durante o período de confinamento, não foram aceites pelo cliente, na totalidade havendo assim uma diminuição quer do custo desses honorários de consultoria, quer do correspondente efeito nos proveitos via reconhecimento da percentagem de acabamento. Na Guiné Bissau o contrato de Assistência Técnica à EAGB foi suspenso a 01 de junho, até Dezembro 2020 pelo que a partir dessa data não houve gastos com honorários de consultoria nem reconhecimento dos proveitos associados.

Os gastos com Deslocações e Alojamento e Gastos com a frota automóvel em 2020 sofreram alguns encargos adicionais resultantes da Pandemia –Covid 19 pelo o facto de as equipas dos projetos em Angola terem que ficar hospedadas na capital de Luanda, em regime de teletrabalho, durante o cerco sanitário não podendo regressar às províncias. Os fornecimentos e serviços externos foram também foram afectados devido a encargos adicionais resultantes da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e desinfeção.

Acresce ainda referir que em 2020 o peso dos projectos financiados pelo Fundo Ambiental foi substancialmente inferior face aos 1,7 milhões de euros de 2019 de projectos em São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Cabo Verde e Tunisia, face a 138 mil euros em 2020, Cabo Verde e Moçambique.

Em 2019 existiam dois projectos que terminaram no primeiro semestre de 2019, o Huambo e Uige, financiados pelo Banco Mundial que totalizaram 486 mil euros.

Em 2020 o acréscimo do volume de negócios face a 2019 (53 mil euros) acompanhou o acréscimo dos Fornecimentos e Serviços Externos (41 mil euros).



Neste exercício económico, deu-se continuidade à execução dos dois projetos nas províncias Angolanas do Bengo³ e Cunene⁴, iniciados no segundo semestre de 2019, traduziram-se em 2.927 mil euros de Volume de Negócios.

O projecto de AT EAGB⁵ embora tenha sido suspenso durante o período de 1 de junho a 31 de dezembro permitiu o reconhecimento de 354 mil euros.

Os projetos no âmbito de protocolos estabelecidos com o Fundo Ambiental em Cabo Verde⁶ originaram um impacto de 136 mil euros.

Adicionalmente, verificou-se um decréscimo dos Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais (-285 mil euros). Este efeito foi compensado por uma reversão da imparidade de clientes em 2020 de 293 mil euros. Em 2020, o Ministério da Energia e Águas (Angola) liquidou um conjunto de faturas emitidas em anos anteriores em Kwanza e para as quais estava constituída imparidade na totalidade, através da atribuição de títulos de dívida pública (ver nota 9-Anexo às contas). A dívida registada em clientes que foi liquidada ascendia a 1.864.145 Euros.

O efeito da redução dos gastos com pessoal (-130 mil euros) contribuiu, na sua maioria, para que o Resultado Operacional fosse positivo em 123 mil euros.

O decréscimo dos gastos com pessoal esteve relacionado com a variação líquida de + 1 colaboradores:

- Término do protocolo financiado pelo Fundo Ambiental na província de São Tomé e Príncipe implicou o término da cedência ocasional de um colaborador cedido de outra empresa do Grupo;
- Rescisão contratual com 3 colaboradores em Angola, sem qualificações académicas;

³ Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Cunene - Ref. Contrato (NC05-ISSUWSSSD/18).

⁴ Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Cunene - Ref. Contrato. NC06-ISSUWSSSD/18.

⁵ Consórcio com a EdPI e a LBC para a Melhoria do Desempenho Técnico, Comercial e Financeiro da EAGB- Empresa de Electricidade e Águas da Guiné-Bissau

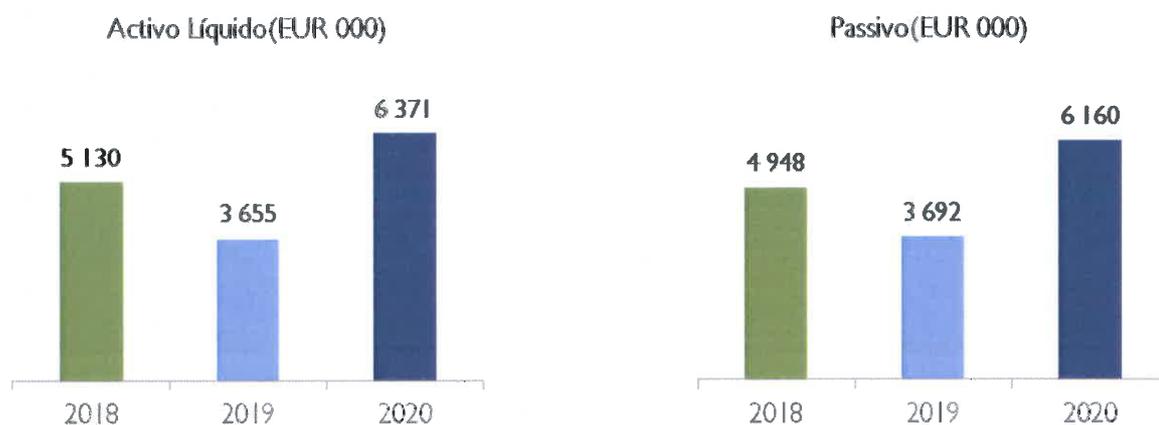
⁶ Projeto Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água e o Projeto Preparação do Rotelro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas e o RoadMap Resíduos em Cabo Verde

- Término da cedência ocasional de um colaborador da AdP Internacional que se encontrava cedido a outra empresa do Grupo (passagem de contrato suspenso a activo);
- Necessidade de recrutar quatro técnicos não qualificados em Angola, para apoio aos projetos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Pese embora o Resultado Operacional tenha sido favorável, o EBITDA traduziu-se num valor negativo de 79 mil euros.

Finalmente, concorre para o resultado de 2020, o resultado financeiro negativo de 83 mil euros, dos quais 43 mil euros de juros suportados relativos ao endividamento junto da AdP SGPS.

O acréscimo do activo deve-se ao aumento da dívida de clientes cujo saldo mais significativo foi o do Banco Africano (projectos Bengo e Cunene) que em 2020 se traduziu em 663 mil euros.



Handwritten signature

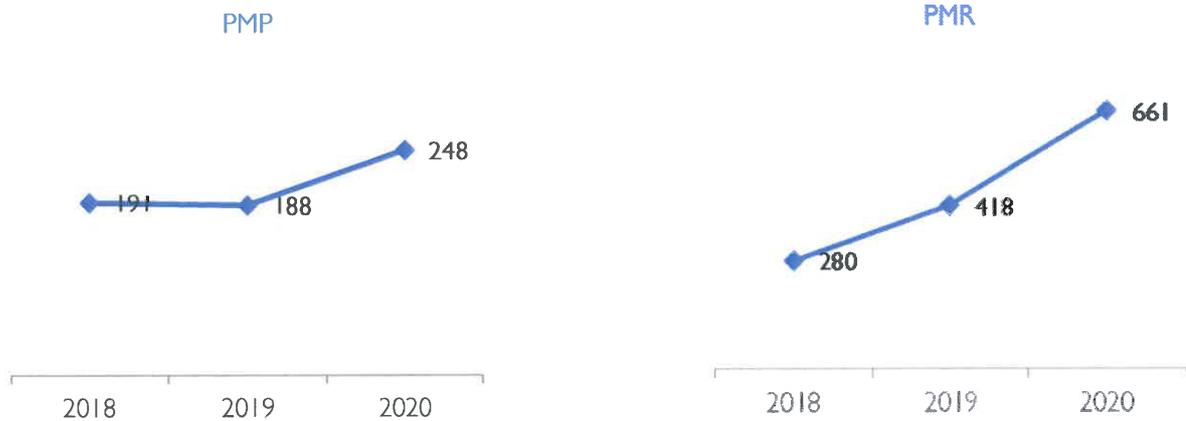
A variação do Passivo decorreu do acréscimo do endividamento (1,9 milhões de euros em Apoios de Tesouraria).

Este endividamento consubstancia-se em:

- Suprimentos do acionista AdP SGPS, no valor de 1,7 milhões de euros (igual a 2020);
- Apoios de Tesouraria da AdP SGPS, no valor 2,5 milhões de euros.



Em função do relatório, observam-se nos gráficos seguintes a evolução dos prazos médios.



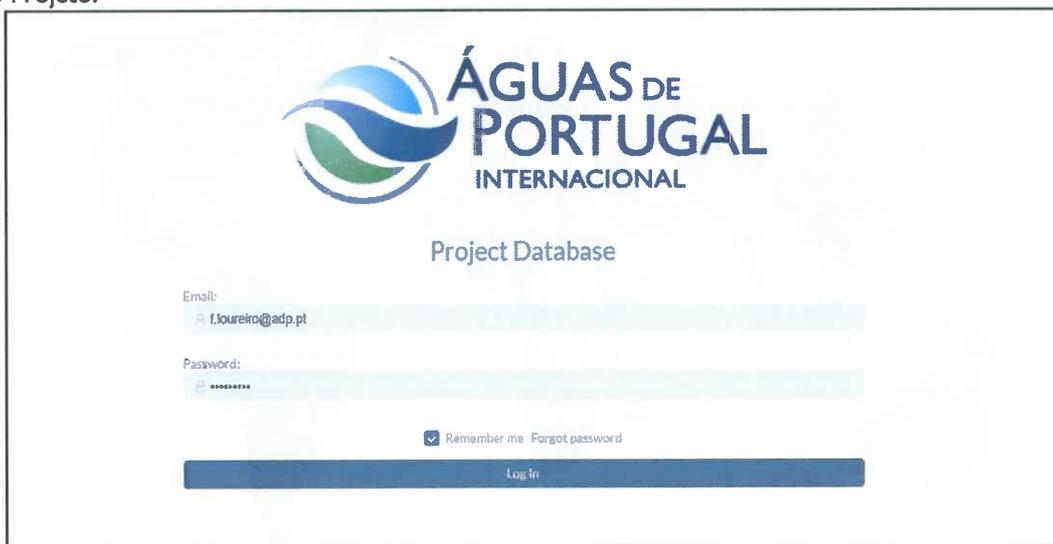
O indicador PMR aumentou significativamente devido a atrasos do cliente Ministério de Energias e Água de Angola financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento nas províncias do Bengo e Cunene.

Inovação e I&D

A AdP Internacional dá especial importância à inovação em todo o seu ciclo de atividade: desde a identificação de oportunidades até à execução dos contratos. A sua natureza de entidade que compete a nível internacional com os maiores *players* globais exige esta atitude proactiva de procura de inovação constante.

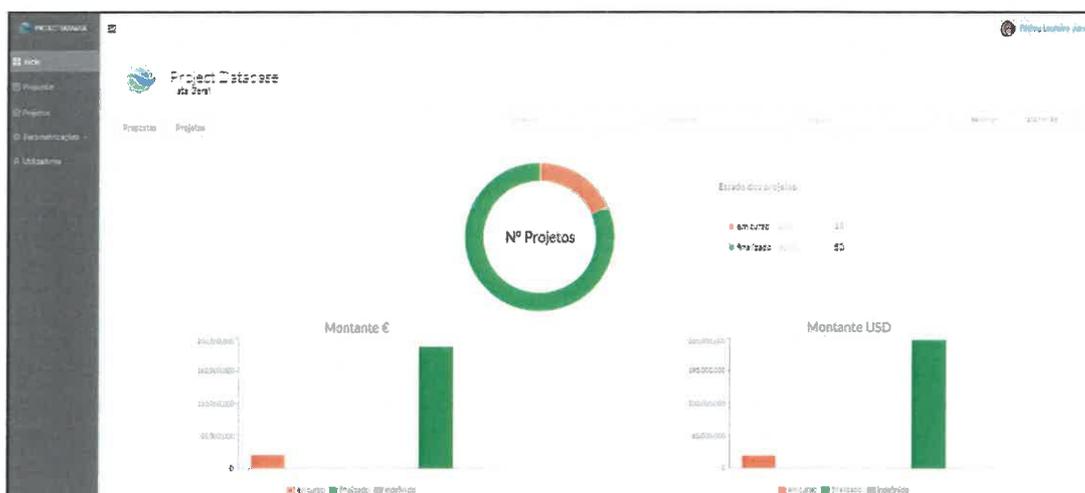
Em resultado desse posicionamento, em 2020, a AdP Internacional decidiu melhorar os seus processos internos relacionados com o desenvolvimento do seu negócio, nomeadamente a gestão das referências dos Projetos em que esteve envolvida ao longo dos seus 20 anos de experiência, assim como dos inúmeros peritos que têm integrado estes projetos.

Esta melhoria do processo traduziu-se no desenvolvimento de uma plataforma, que permite aos seus utilizadores, em qualquer parte do mundo, fazer o acompanhamento e gestão desde a elaboração da Proposta até ao arranque e fecho do Projeto.



Este desenvolvimento traz uma melhoria substancial para os processos de elaboração de propostas para os Concursos Internacionais respondendo mais eficazmente aos respetivos Termos de Referência.

Handwritten initials in blue ink, possibly 'gr' and 'M'.



Atividades de Representação Institucional

AdP Internacional integrou comitiva ministerial em visita ao Uruguai e Argentina

Alexandra Serra, administradora da AdP Internacional, apresentou o setor das águas em Portugal, com destaque para o seu desenvolvimento nos últimos 25 anos, no Seminário sobre Ambiente e Alterações Climáticas, em Montevideo, e no Seminário sobre Experiências em Ambiente e Gestão de Águas, em Buenos Aires, durante o mês de Fevereiro.

O Grupo Águas de Portugal, através da Águas de Portugal Internacional, participou na comitiva que acompanhou o Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, ao Uruguai e à Argentina.

Brazil Water Week 2020

Cláudio de Jesus, Presidente da AdP Internacional, participou na *Brazil Water Week 2020* em 23 de Outubro, com uma intervenção no painel "Expansão da Cooperação Internacional e Capacitação".

Este encontro internacional, organizado pela ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, reuniu profissionais, especialistas, empresas, comunidade académica e organizações internacionais em debates sobre desafios, políticas públicas e soluções e tecnologias existentes para alcançar o ODS6 até 2030.

Cumprimento das Orientações legais

Para efeitos da demonstração do Cumprimento das Orientações Legais, foi seguida a estrutura constante do ofício (ofício-circular n.º174 de 12/01/2021) relativo a “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021”.

I. Objetivos de gestão (art.º 38.º do DL 133/2013 de 3 de Outubro do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

a) Objetivos de gestão (art.º 38.º do RJSPE)

Os objetivos das empresas do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

O Conselho de Administração da AdP Internacional em funções foi eleito, para o mandato 2020-2022, a 4 de maio de 2020, em pleno Estado de Emergência, decorrente do atual contexto de Pandemia Covid-19. Não foram ainda fixadas as orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2020-2022, aguardando-se a sua aprovação à luz do Programa do XXII Governo Constitucional e das medidas excecionais aprovadas pelo Governo no atual contexto de Pandemia Covid-19.

Sem prejuízo do exposto, o Conselho de Administração atuou em 2020 em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelo titular da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira, designadamente e sem esgotar, através do desenvolvimento de contributos e medidas para a alavancagem da economia nacional no contexto particular e difícil de Pandemia, com enfoque na inovação, na resiliência, na neutralidade energética e carbónica, na economia circular e solidariedade com os parceiros acionistas, assegurando igualmente o cumprimento da sua Missão, reforçado pelo despacho da Tutela setorial (Despacho n.º 3547-A/2020, de 23 de Março), através da prestação contínua e ininterrupta de um serviço público essencial de excelência e salvaguarda da saúde pública da comunidade.

Acresce que o Conselho de Administração da AdP SGPS lançou o desafio a todos os gestores e trabalhadores do grupo Águas de Portugal para a construção de um Quadro Estratégico de Compromisso que visa estabelecer um rumo mobilizador e que permitirá consolidar a nossa visão partilhada e afirmativa.

Sendo o grupo Águas de Portugal um dos mais eficientes e sustentáveis operadores internacionais na gestão da água, pelo enfoque na excelência do serviço ao cliente, na inovação, na resiliência, na neutralidade energética e carbónica e na economia circular, foram definidas as suas linhas gerais de orientação estratégica, em 3 eixos fundamentais, que englobam 12 desafios estratégicos, materializados num programa de atuação para o triénio 2020-2022.

b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2020

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (‘RJSPE’), a Direção Geral do Tesouro e Finanças comunicou, através de Despacho de 691/2020- Set de 03 de novembro de 2020, a aprovação da alteração do Plano de Atividades e Orçamento (‘PAO’) de 2020.

Os principais indicadores de execução orçamental constam do quadro seguinte:

Un: '000 Eur

INDICADORES	Unid	2020	ORÇ 2020	2019	Execução
EBITDA*	€	- 78 859	466 067	17 674	-17%
CMVC+FSE+Gastos com pessoal	€	3 336 523	6 288 297	3 426 052	53%
PRC	%	93,90%	93,53%	98,08%	100%
Gastos c/ Deslocações/Aj. De Custo/Gastos frota automóvel	€	351 079	439 331	492 959	80%
Volume de Negócios	€	3 544 104	6 730 093	3 490 644	53%
Resultado Líquido	€	29 566	186 039	- 218 703	16%
Investimento	€	106 332	-	219 528	0%
Endividamento	€	4 200 000	1 700 000	1 700 000	247%
Gastos com Pessoal	€	1 185 223	1 216 906	1 315 447	97%
Gastos com o Pessoal corrigido das indemnizações		1 185 223	1 207 581	1 315 447	98%
N.º de trabalhadores	n.º	29	25	28	116%
Gastos com Frota automóvel	€	166 207	147 750	158 984	112%
N.º Viaturas	n.º	21	17	17	124%
PMP	n.º	249	119	188	209%

** O número de colaboradores é apenas o efetivo, excluindo assim 2 membros Assembleia Geral, 3 contratos suspensos, e 1 vogal não executivo e 1 órgão fiscal.

O ano de 2020 foi marcado pela continuidade dos projetos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento nas províncias do Bengo e do Cunene, em Angola.

Na Guiné Bissau, a Assistência Técnica à EAGB, financiada pelo Banco Mundial foi suspensa a 01 de junho, até Dezembro 2020.

Os desvios no volume de negócios face ao previsto no PAO de 2020 deveu-se ao efeito no cálculo da percentagem de acabamento resultante do atraso no fornecimento dos equipamentos e materiais nos projectos Bengo e Cunene e colocação dos consultores no terreno devido à pandemia Covid 19.

Pese embora o valor dos gastos com pessoal tenha diminuído em relação ao ano anterior, a variação líquida do n.º de colaboradores foi positiva, em quatro colaboradores, face ao previsto no PAO 2020, uma vez que houve necessidade de recrutar quatro técnicos não qualificados em Angola, para apoio aos projetos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Plano de Investimentos

No que concerne ao investimento apresenta-se de seguida o quadro dos investimentos não previstos no PAO 2020:

Un: '000 Eur

Investimento /Projecto	PAO 2020	Executado 2020	Desvio	Observações
Equipamento Transporte				
Projecto Huila	0	83 834	83 834	Antecipação de investimento previsto para 2021 com a aquisição de 4 viaturas, no final de 2020, para o projeto Huila, financiado pelo Banco Mundial, devido a condições comerciais bastante favoráveis que se verificaram no mercado automóvel em Angola
Licenças de software		22 498	22 498	O contrato configura uma locação e como tal são tratadas no âmbito do IFRS16
Total	0	106 332	106 332	

c) Perímetro de consolidação

A AdP Internacional não integra o perímetro de consolidação da Administração Pública, pelo que não inclui qualquer quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized cursive letters, located in the bottom right corner of the page.

O acréscimo do endividamento deve-se a dificuldades de tesouraria devido a atrasos na faturação e nos recebimentos do Ministério de Energia e Águas (projetos Bengo e Cunene) evidenciado pelo acréscimo do PMR face a 2019, o que obrigou a um esforço financeiro não previsto.

2. Gestão do risco financeiro

As atividades da empresa estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o “rating” dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilatação do prazo do que com a cobrabilidade deste.

No caso dos clientes da AdP Internacional, o risco varia consoante as entidades financiadoras dos contratos assinados. Tendo em atenção a questão da dilatação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da

Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2020, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	2020
Depósitos à ordem e a prazo (nota 13)	627 275
	627 275
Rating	2020
A3	2 778
Ba 1	859
Baa 1	361 465
Baa3	141 953
não disponível	120 220
	627 275

Nota: notação de rating da Moody's obtida nos sites das instituições financeiras em fevereiro de 2021.

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdP Internacional, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos financeiros associados dos últimos 5 anos.

Anos	Un: '000 Eur				
	2020	2019	2018	2017	2016
Encargos Financeiros (€)	42 828	42 544	55 299	118 589	227 275
Taxa Média de Financiamento (%)	1%	3%	2%	3%	3%

A AdP Internacional beneficia dos seguintes financiamentos:

- Suprimento: limite 4 milhões de euros, em 31/12/2020 com utilização de 1,7 milhões de euros – taxa - Euribor 1M + 1,7%;
- Apoio de Tesouraria: limite 3 milhões de euros, utilizado em 2,5 milhões de euros em 31/12/2020 – taxa - Euribor 3M + 1,6%.

3. Limite de crescimento do endividamento

Conforme e nos termos definidos no nº1 do artigo 60º da Lei nº 2/2020, de 31 de março (Lei do Orçamento do Estado para 2020), retificada pela Lei de 27-A/2020, de 24 de julho, apurado nos termos da fórmula disposta no nº4 do artigo 159º do decreto-Lei nº84/2019, de 28 junho (DLEO 2019).

O quadro seguinte ilustra a evolução do endividamento da AdP Internacional dos últimos 2 anos (período de 2019 a 2020).

Passivo Remunerado	Un: '000 Eur	
	2020	2019
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	4 200 000	1 700 000
Capital Social / Capital Estatutário	175 000	175 000

Novos Investimento no ano 2020 (com expressão material)	0	0
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	1,33	-0,35

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{Novos Investimentos}}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR - Financiamento Remunerado
Capital - Capital Social ou Capital Estatutário realizado

Não existem novos Investimentos com expressão material nos termos do n.º 2 do artigo 159.º do DLEO 2019, considerando-se “novos Investimentos com expressão material” os que não figurem no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10.000.000 EUR ou 10% do orçamento anual da empresa

4. Evolução do prazo médio de pagamentos (PMP)

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no decreto-lei n.º 65-A/2011 de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua redução.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

PMP	2020	2019	Variação 20/19	
			Valor	%
Prazo (dias)	249	188	61	32,45%

De acordo com o Despacho n.º 9870/2009, o PMP da AdP Internacional a 31 de Dezembro de 2020 correspondeu a 249 dias, tendo-se verificado um acréscimo de 32,45 % face ao PMP do ano de 2019.

Mapa da posição a 31/12/2020 das Dívidas Vencidas, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio

O quadro seguinte ilustra o mapa da posição das Dívidas Vencidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a 31 de dezembro de 2020.

Dívidas Vencidas Total	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL65-A/2011				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	2 070	-	-	-	-	1 134 215
Aq. de Capital						
Total	2 070	-	-	-	-	1 134 215

Dívidas Vencidas Sem Intragrupo	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL65-A/2011				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços						
Aq. de Capital						

Para feitos desta orientação, considera-se “Atraso no pagamento”, o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

A AdP Internacional divulgou durante o exercício de 2020, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019), no seu sítio na Internet o prazo médio de pagamentos, bem como uma lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis, há mais de 30 dias, atualizada trimestralmente (consultar o link: <http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/deveres-de-informacao/?id=281>).

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2020 aquando da aprovação das contas do exercício de 2019. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6. Remunerações (Apêndice I)

No Apêndice I ao presente Relatório são indicadas as seguintes remunerações dos Órgãos Sociais.

a) Órgãos sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2020 (Mesa da AG, Conselho de Administração e Conselho Fiscal/ROC ou Fiscal Único)

Foi dado cumprimento integral a todas as orientações sobre a política remuneratória contantes da legislação em vigor aplicável ao Setor do Estado, relativas às remunerações vigentes em 2020 dos membros dos Órgãos Sociais da AdP Internacional

Durante o ano de 2020, a AdP Internacional não atribui prémios de gestão aos órgãos sociais.

b) Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2020

No exercício de 2020, não se encontrava designado pela sociedade ou pelo acionista qualquer Auditor Externo.

7. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

No que se refere a:

a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c) Ao valor de despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet:

Mandato 2016-2018 (termo a 27 de maio de 2020)

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Claudio Jesus		0	
Alexandra Serra		226,78	
		226,78	

Mandato 2020-2022 (inicio a 28 de maio de 2020)

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Claudio Jesus		292,81	
Alexandra Serra		80	
		372,81	

- d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Mandato 2016-2018 (termo a 27 de maio de 2020)

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	Observações
Claudio Jesus		0	0	0	
Alexandra Serra		419,52	89,94	509,46	
				509,46	

Mandato 2020-2022 (inicio a 28 de maio de 2020)

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	Observações
Claudio Jesus		595,53	0	595,53	
Alexandra Serra		47,76	393,31	441,07	
				1036,6	

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AdP Internacional dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP, não tendo realizado e / ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP Internacional promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade, na Simbiose dos Colaboradores, no Princípio “Valorizamos a relação com os colaboradores”, no Compromisso “Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional”

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme disposto no n.º1 do artigo 46º do RJSPE de 1 de Julho de 2009

A AdP Internacional adotou desde 2019 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet (<http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/deveres-de-informacao/?id=281>)- e remetido à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

Tem como objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

O Plano pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

No sentido de observar o previsto no n.º1 do artigo n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP Internacional procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo n.º2 da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AdP Internacional e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subscreeveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

A AdP Internacional e o grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

11. Contratação Pública, indicando designadamente:

a) O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2020, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, da qual resulta à obtenção de ganhos financeiros e à redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas tem levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2020, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada

e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

b) Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.

O Grupo AdP, de molde a assegurar a uniformização de procedimentos ao nível das empresas que tutela, reviu recentemente os procedimentos internos para a contratação de bens e serviços, tendo em conta:

- Uniformização de práticas e de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP,
- Garantia de observância de requisitos legais e relativos à abertura de procedimentos de contratação pública,
- Reforço da fundamentação de facto e de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação,
- Análise e concertação periódica sobre questões de contratação pública em grupo de trabalho especializado,
- Assegurar a implementação das orientações internas em matéria de contratação,
- Coordenação interna da tramitação de procedimentos de contratação relativos a aquisições/locações de bens e serviços, bem como a respetiva monitorização e reporte,
- Preparação dos gestores e técnicos das empresas do grupo AdP para revisão do Código dos Contratos Públicos,
- Definição de unidade orgânica no âmbito da AdP SGPS responsável pelo acompanhamento dos termos de realização de procedimentos de contratação através de informação registada no ERP para controlo da legalidade dos procedimentos
- Realização de auditorias internas em áreas e matérias identificadas pela AdP SGPS.
- A última revisão periódica decorreu ao longo do segundo semestre de 2020.

c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€, independentemente da espécie do ato, ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

No ano de 2020 não foram praticados atos ou celebrados contratos de valor superior a 5 Milhões de euros, não tendo consequentemente sido sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas em qualquer processo.

12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;

- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motocicletas;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

13. Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLEO 2019, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

No quadro seguinte, resumem-se as medidas e os resultados constantes do plano de redução de gastos operacionais, em conformidade com o disposto no artigo 124º Decreto-Lei nº25/2017, de 3 de março, e com o modelo disponibilizado pela DGTF.



Un: '000 Eur

PRC	2020 Exec.	PAO 2020	2019 Exec.	2018 Exec.	2020/2019	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA*	- 78 859	466 067	17 674	397 236	- 96 533	-546%
(1) CMVMC			-	-	-	0%
(2) FSE	2 151 299	5 071 391	2 110 606	2 623 133	40 694	2%
(3) Gastos com o Pessoal	1 185 223	1 216 906	1 315 447	1 239 603	- 130 224	-10%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão			-	38 010	-	0%
(3.ii) Valorizações remuneratórias			2 507		- 2 507	-100%
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT	9 325	9 325		1 633	9 325	0%
(4) Gastos com o pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional ((3)-(3.i)-(3.ii)-(3.iii))	1 175 899	1 207 581	1 312 940	1 199 960	- 137 041	-10%
(5) Impacto da Pandemia por COVID-19 nos gastos operacionais (CMVMC, FSE's e Gastos com Pessoal)a	34 597	41 850			34 597	0%
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = ((1)+(2)+(4)-(5))	3 292 601	6 237 122	3 423 546	3 823 093	- 130 945	-4%
(7) Volume de negócios (VN)b	3 544 104	6 730 093	3 490 644	3 990 900	53 460	2%
(7.i) Perda de receita decorrente da Pandemia por COVID-19 (+)	37 642	61 372			37 642	0%
(8) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional ((7)-(7.i))	3 506 463	6 668 721	3 490 644	3 990 900	15 818	0%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8)	93,90%	93,53%	98,08%	95,80%	-4,2%	-4%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	176 414	266 536	302 598	301 788	- 126 183	-42%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	8 458	25 044	31 378	55 172	- 22 920	-73%
(iii) Gastos associados à frota automóvelc	166 207	147 750	158 984	176 128	7 223	5%
(10) Total = (i) + (ii) + (iii)	351 079	439 331	492 959	533 088	- 141 880	-29%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	130 636	81 250	128 911	111 784	1 726	1%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores) **	36	25	36	32	-	0%
Nº Órgãos Sociais (O.S.)	6	2	5	5	1	20%
Nº Cargos de Direção (CD)	1	2	2	2	1	-50%
Nº Trabalhadores (sem O.S. e sem CD)	29	21	29	25	-	0%
Nº de Trabalhadores/ Nº CD	29	11	15	13	15	100%
Nº de viaturas	21	17	17	13	4	24%

Notas:

- a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à Pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados por medidas.
b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração (-) e das indemnizações compensatórias (-), bem como do impacto do COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (+). Estes últimos impactos deverão ser devidamente justificados e discriminados.
c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.
* Resultado Operacional+(Amortizações-Subs.Invest)+ Provisões+Perdas por Imparidades e Reversões-DRG-Rêdito/Gastos Construção (IFRIC 12)
** O número total de Recursos Humanos inclui os colaboradores com contratos suspensos (3 colaboradores) e os Órgãos Sociais não executivos (1 colaborador) e o membros da Assembleia Geral (2 colaboradores). No ano de 2019 não foi por lapso incluído o Órgão de Fiscalização. Em Orçamento esses colaboradores não estão incluídos.

A AdP Internacional apresenta um EBITDA negativo em 79 mil euros devido a atrasos na colocação das equipas e fornecimentos nos projetos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, nas províncias do Bengo e do Cunene, em Angola e à suspensão desde de 1 de julho do contrato da AT EAGB.

Os factos acima indicados conduziram a que volume de negócios ficasse aquém do orçamentado, tendo apenas aumentado 2% face ao período homólogo.

Pese embora o valor dos gastos com pessoal tenha reduzido a variação líquida do n.º de colaboradores foi positiva em um colaborador devido a necessidades de recrutamento de um técnico não qualificado na sucursal AdP Angola.

Embora o EBITDA tenha permanecido em valores negativos o PRC decresceu 4% face ao homólogo.

De seguida, apresentam-se detalhadamente os impactos decorrentes da situação pandémica Covid 19:

Un: '000 Eur

	2020 Exec.	PAO 2020	Execução
Perda de receita decorrente da Pandemia por COVID-19	37 642	61 372	61%
Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	23 431	20 810	113%
Gastos associados à frota automóvel		137	0%
Outros FSE	11 166		0%
Gastos com pessoal	398		0%
Impacto da Pandemia por COVID-19 nos gastos operacionais (CMVCM, FSE's e Gastos com Pessoal)	34 995	20 947	167%

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, mais concretamente Deslocações e Alojamento e Gastos com a frota automóvel em 2020 sofreram alguns encargos adicionais resultantes da Pandemia –Covid 19 pelo o facto de as equipas dos projetos em Angola terem que ficar hospedadas na capital de Luanda, em regime de teletrabalho, durante o cerco sanitário não podendo regressar às Províncias. Os fornecimentos e serviços externos foram também foram afetados devido a encargos adicionais resultantes da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e desinfeção.

Relativamente ao n.º de viaturas deveu-se à antecipação de investimento previsto para 2021 com a aquisição de 4 viaturas, no final de 2020, para o projeto Huila, financiado pelo Banco Mundial, devido a condições comerciais favoráveis.

14. **Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria** – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no nº7 do artigo 49º do DLEO 2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1. Cada empresa deverá assegurar que não tem capacidade interna, através de recursos próprios, para satisfazer as necessidades aquisitivas em apreço;
2. Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP SGPS que por sua vez promove a auscultação interna a todas as empresas do Grupo AdP, no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa que se encontre em relação de grupo, fixando um prazo de resposta e disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte de todos os intervenientes;
3. Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP
 - a. Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a

elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.

- b. Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

15. **Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado** (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, artigo 160.º da LOE2020 e artigo 115.º do DLEO 2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- o acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- o encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- o em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- o Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.
- o Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

No quadro seguinte apresentam-se os saldos trimestrais da AdP Internacional durante o ano de 2020.

Un: '000 Eur

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	256 895	179 831	21 831	141 953
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Total	256 895	179 831	21 831	141 953

Un: '000 Eur

Banca Comercial	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Novo Banco	- 14	- 14	- 14	-
BPI	167 714	95 894	155 921	350 276
BNU/CGD	-	-	-	-
BBV	2 778	2 778	2 778	2 778
Fomento Angola	1 097	1 092	1 092	1 094
BPA Angola	18 637	71 371	111 120	17 773
OraBank	21 477	1 394	72 126	42 513
BCA Cabo Verde	5 023	32 510	6 871	44 597
BKI	11 251	5 421	14 328	13 309
CGD	71 923	1 096	2 636	859
BI	15 832	15 346	14 856	14 242
Total	315 719	226 888	381 714	487 442
Juros auferidos	-	-	-	33 320

16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

17. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de

gi
b
f

comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3º e do n.º3 do artigo 6º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

A AdP Internacional, reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

Assim, de forma a dar cumprimento ao Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e face à publicação de um Guião para a elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos da já referida Lei, a AdP Internacional realizou, em 2020, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2021, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG. Foram ainda enviados para a SIOE.

Relativamente ao cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3º e do n.º 3 do artigo 6º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, mais se informa que foi efetuada em novembro de 2020.

Por forma a garantir o cumprimento do estabelecido, o Plano para a Igualdade é publicitado no sítio de Internet da AdP Internacional (<http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/a-sustentabilidade/igualdade-de-genero/?id=285>)

18. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira prevista nos artigos 66º-B ou 508º-G do CSC, contendo no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos.

Elaboração de demonstração não financeira, prevista nos artigos 66º-B ou 508º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos. Esta informação deverá ser preferencialmente apresentada em relatório separado do Relatório de Gestão, em anexos ao RGS.

A AdP Internacional à data de 31 de dezembro de 2020 não excede o número de 500 trabalhadores, pelo que não inclui qualquer quadro da demonstração não financeira.

Apesar de não ser aplicável à empresa, a elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º - B ou 508.º - G do CSA, contendo, no mínimo, a informação indicada no n.º 2 dos mencionados artigos, é apresentada nos capítulos relativos à Sustentabilidade e Capital Humano, do presente Relatório de Gestão e Contas, onde consta a informação mínima requerida.

19. Quadro de informação para divulgação no sítio da internet do SEE

A AdP Internacional S.A. não divulga informação no sítio da Internet do SEE em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	N.A.	--	vide nota
Caracterização da Empresa	N.A.	--	vide nota
Função de tutela e acionista	N.A.	--	vide nota
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	N.A.	--	vide nota
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.	--	vide nota
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.	--	vide nota
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.	--	vide nota
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.	--	vide nota
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.	--	vide nota
Esforço Financeiro Público	N.A.	--	vide nota
Ficha Síntese	N.A.	--	vide nota
Informação Financeira histórica e atual	N.A.	--	vide nota
Princípios de Bom Governo	N.A.	--	vide nota
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.	--	vide nota
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.	--	vide nota
- Outras transações	N.A.	--	vide nota
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N.A.	--	vide nota
Económico	N.A.	--	vide nota
Social	N.A.	--	vide nota
Ambiental	N.A.	--	vide nota
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.	--	vide nota
- Código de ética	N.A.	--	vide nota

Nota: A AdP Internacional S.A. não divulga informação no sítio da Internet do SEE em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Apêndice I

I – Mesa da Assembleia Geral

Não auferem remunerações.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2016-2018	Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	0	0
2016-2018	Secretario	Ana Cristina Rebelo Pereira	0	0
2020-2022	Presidente	AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A	0	0
2020-2022	Secretario	Ana Cristina Rebelo Pereira	0	0
				[total]

2 - Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela média dos últimos 3 anos (2)				N.º total de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem (D/D)	Data de autorização e Forma	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	Cláudio Miguel André Sousa Jesus ⁽⁴⁾	DUE	01/07/2016	Não	n.a.	n.a.	n.a. ⁽⁴⁾	3
2016-2018	Vogal	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	DUE	01/07/2016	Sim	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	DUE de Eleição	D	1
2016-2018	Vogal N/Executivo	Carlos Alberto Mineiro Aires	DUE	01/07/2016	Não	n.a.	n.a.	n.a.	1
2020-2022	Presidente	Cláudio Miguel André Sousa Jesus	DUE	28/05/2020	Sim	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	DUE de Eleição	D	4

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela média dos últimos 3 anos (2)				N.º total de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem (D/D)	Data de autorização e Forma	Entidade Pagadora (O/D)	
2020-2022	Vogal	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra ^(b)	DUE	28/05/2020	Sim	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	DUE de Eleição	D ^(b)	2
2020-2022	Vogal N/Executivo	Carlos Alberto Mineiro Aires	DUE	28/05/2020	Não	n.a.	n.a.	n.a.	2

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou Opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(a) De 01 de janeiro de 2020 a 04 de maio de 2020 o gestor não auferiu remuneração pela AdP Internacional; recebeu enquanto gestor da AdP SGPS e não houve opção pelo vencimento de origem. De 04 de maio de 2020 a 27 de maio de 2020 (mandato 2016-2018) optou pelo vencimento de origem e passou a receber na empresa Destino (AdP Internacional)

(b) De 27 de maio de 2020 até 22 de junho de 2020 (mandato 2020-2022) a gestora optou pela remuneração de origem (AdP SGPS), paga pela AdP Internacional (Destino). De 23 de junho de 2020 até 31 de Dezembro (mandato 2020-2022) não auferiu remuneração enquanto gestora da AdP Internacional.

Mandato 2016-2018 (termo a 27 de maio de 2020)

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e Forma
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	AdP SGPS	Vogal Executivo	Público	n.a.
	AdP Serviços	Vogal N/Executivo	Público	n.a.
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	Parceria Portuguesa Água	Presidente	Público	n.a.
Carlos Alberto Mineiro Aires	Ordem dos Engenheiros	Bastonário	Público	n.a.

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Cláudio Miguel André Sousa Jesus ^(a)	S	C	5 722,75	685,25
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	S	C	5 722,75	1 022,25
Carlos Alberto Mineiro Aires	S	C	915,64	-

(a) De 01 de janeiro de 2020 a 04 de maio de 2020 o gestor não auferiu remuneração pela AdP Internacional; recebeu enquanto gestor da AdP SGPS e não houve opção pelo vencimento de origem. De 04 de maio de 2020 a 27 de maio de 2020 (mandato 2016-2018) optou pelo vencimento de origem e passou a receber na empresa Destino (AdP Internacional)

Membro do CA (nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Anual (5) = (3) - (4)
Cláudio Miguel André Sousa Jesus ^(a)	5 832,31	0,00	5 832,31	291,65	5 540,66
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	32 033,91	0,00	32 033,91	1 964,74	30 069,17
Carlos Alberto Mineiro Aires	5 183,62	0,00	5 183,62	259,28	4 924,34
Total	43 049,85	0,00	43 049,85	2 515,68	40 534,17

(1) O valor da remuneração fixa correspondente ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(2) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

(a) De 01 de janeiro de 2020 a 04 de maio de 2020 o gestor não auferiu remuneração pela AdP Internacional; recebeu enquanto gestor da AdP SGPS e não houve opção pelo vencimento de origem. De 04 de maio de 2020 a 27 de maio de 2020 (mandato 2016-2018) optou pelo vencimento de origem e passou a receber na empresa Destino (AdP Internacional)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Cláudio Miguel André Sousa Jesus ^(a)	7,14	106,21	Segurança Social	1 316,08	84,44	105,85	0,00	0,00
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	7,14	619,46	Segurança Social	7 296,13	395,08	722,43	0,00	0,00
Carlos Alberto Mineiro Aires	0,00	0,00	---	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	---	725,67	---	8 612,21	479,53	828,27	0,00	0,00

(a) De 01 de janeiro de 2020 a 04 de maio de 2020 o gestor não auferiu remuneração pela AdP Internacional; recebeu enquanto gestor da AdP SGPS e não houve opção pelo vencimento de origem. De 04 de maio de 2020 a 27 de maio de 2020 (mandato 2016-2018) optou pelo vencimento de origem e passou a receber na empresa Destino (AdP Internacional)

Handwritten signature and initials

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (I)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	(N.º)
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	Sim	-	33 394,91 €	AOV	2018	2022	351,61	1 710,85 €	16

(I) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	4 503,32	522,26	580,82		-	6 606,40
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	1 976,80	450,00	777,41		-	4 204,21
Carlos Alberto Mineiro Aires						
						10 810,61

Mandato 2020-2022 (início a 28 de maio de 2020)

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e Forma
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	n.a	n.a	n.a	n.a
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	Parceria Portuguesa Água	Presidente	Público	n.a
	AdP Serviços	Presidente	Público	n.a
Carlos Alberto Mineiro Aires	Ordem dos Engenheiros	Bastonário	Público	n.a

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração Mensal Bruta (€)	
			Vencimento Mensal	Despesas Representação
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	S	C	5 722,75 €	685,25 €
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra ^(a)	S	C	5 722,75 €	1 022,25 €
Carlos Alberto Mineiro Aires	S	C	915,64 €	0,00 €

(a) A gestora optou pela remuneração do lugar de origem; a partir de 23 de junho de 2020 e até ao fim do mandato a gestora deixa de receber pela AdP Internacional, passando a receber pela AdP - Serviços Ambientais, onde iniciou funções de Presidente Executiva

Membro do CA (nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Anual (5) = (3) - (4)
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	52 976,85	0,00	52 976,85	2 649,15	50 327,70
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra ^(a)	5 627,58	0,00	5 627,58	345,16	5 282,42
Carlos Alberto Mineiro Aires	7 635,34	0,00	7 635,34	381,92	7 253,42
Total	66 239,76	0,00	66 239,76	3 376,22	62 863,54

O valor da remuneração fixa correspondente ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

M
g
f

Redução prevista no artigo 12º da Lei nº12-A/2010, de 30 de junho

(a) A gestora optou pela remuneração do lugar de origem; a partir de 23 de junho de 2020 e até ao fim do mandato a gestora deixa de receber pela AdP Internacional, passando a receber pela AdP - Serviços Ambientais, onde iniciou funções de Presidente Executiva

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	7,14	964,79	Segurança Social	11 954,38	767,01	961,45	0,00	0,00
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra ^(a)	7,14	108,82	Segurança Social	1 281,75	69,41	126,91	0,00	0,00
Carlos Alberto Mineiro Aires	0,00	0,00	---	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	---	1 073,61	---	13 236,13	836,42	1 088,36	0,00	0,00

(a) A gestora optou pela remuneração do lugar de origem; a partir de 23 de junho de 2020 e até ao fim do mandato a gestora deixa de receber pela AdP Internacional, passando a receber pela AdP - Serviços Ambientais, onde iniciou funções de Presidente Executiva

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	(N.º)
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	Sim	-	36 956,17 €	Rent-a-car	2020	2021	449,36	295,47 €	-

Gastos extra viatura atribuída

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas		
	Valor Renda	Valor Seguro	Outros encargos
	[€]	[€]	[€]
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	3 753,72 €	32,03 €	

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identifi car	Valor	
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	8 033,34	3 526,00	1 099,10		-	12 658,44
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	-	-	-		-	-
Carlos Alberto Mineiro Aires						
						12 658,44

3 – Fiscalização

A fiscalização da sociedade é assegurada por um Fiscal Único conforme mapas abaixo:

Handwritten signature and initials

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2019-2021	Fiscal Único Efetivo	Pricewaterhousecoopers, SROC, Lda rep. por José Alves Bizarro Duarte (ROC nº 1957, CMVM nº 20200003)	183	20161485	DUE	26/abr/19		2	2
2019-2021	Fiscal Único Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	DUE	26/abr/19		2	2

(1) Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(2) (1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2020 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2020 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Pricewaterhousecoopers, SROC, Lda rep. por José Alves Bizarro Duarte (ROC nº 1957, CMVM nº 20200003)	6 779,00	0,00	6 779,00	n.a.			

A AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. não contratou, no exercício de 2020, serviços de Auditoria Externa Independente.

M
F

Apêndice 2

A AdP Internacional deu integral cumprimento às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S	N	N A		
Objetivos de Gestão:			X		Ver Ponto 1. a) COL
Metas a Atingir constantes no PAO 2020					Ver Ponto 1.b) COL
Investimento		X		0%	
Nível de envidadamento				247%	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE		X			Ver Ponto 1 c) COL
Gestão do Risco Financeiro	X			1%	Ver Ponto 2 COL
Limites de Crescimento de Endividamento		X		1,33	Ver Ponto 3 COL
Evolução do PMP a fornecedores		X		61 dias	Ver Ponto 4 COL
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			1 136 285,21	Ver Ponto 4 COL
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			X		Ver Ponto 5 COL
Remunerações/Honorários					Ver Ponto 6 do COL e ver Apêndice 1 do R&C 2020
Não atribuição de prémios de gestão	X				Ver Ponto 6 do COL
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	X			5 891,90	Ver Apêndice 1 do R&C 2020
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	X			-	Ver Apêndice 1 do R&C 2020
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2020 (se aplicável)			X	-	Ver Apêndice 1 do R&C 2020
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP					Ver ponto 7 do COL
Não utilização de cartões de crédito	X				Ver ponto 7 a) do COL
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ver ponto 7 b) do COL
Valor máximo de despesas com comunicações	X				Ver ponto 7 c) do COL
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				Ver ponto 7 d) do COL.
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e art.º 11.º do EGP					Ver ponto 8 do COL
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				
Promoção de Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					Ver ponto 9 do COL e Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP
Elaboração e Divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			(http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/a-sustentabilidade/estrategia-de-sustentabilidade/?id=142)	Ver ponto 9 do COL e Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	X			(http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/deveres-de-informacao/?id=281)	Ver ponto 10 do COL e www.adpinternacional.com
Contratação Pública	X				Ver ponto 11 do COL
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				Ver ponto 11 a) do COL
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver ponto 11 a) do COL
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		Ver ponto 11 b) do COL

m
gi
f

	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S	N	N A		
Adesão do Sistema Nacional de Compras Públicas	X				Ver ponto 12 do COL
Gastos Operacionais das Empresas Públicas		X			Ver ponto 13 do COL
Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria (artº49 do DLEO 2019)	X				Ver ponto 14 do COL
Princípio da Unidade de Tesouraria (art 28º do DL 133/2013)	X				Ver ponto 15
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			29%	-
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X			487 441,71	-
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			-	-
Auditorias do Tribunal de Contas	X				Ver ponto 16 do COL
Elaboração do Plano para a Igualdade, conforme determina o artº7 da Lei 62/2017, de 1 de agosto	X				Ver ponto 17 do COL
Apresentação da demonstração não financeira	X				Ver ponto 18 do COL

Handwritten signature and initials

Perspectivas futuras

Em 2021, a AdP Internacional continuará o esforço de consolidação dos resultados económicos e financeiros, prevendo-se que se mantenha a trajectória de crescimento sustentado.

Para isso, e de acordo com a estratégia definida pelo Conselho de Administração da AdP Internacional, as iniciativas prioritárias para 2021 serão:

- Monitorização dos gastos operacionais, com especial relevância o cumprimento dos orçamentos de gastos dos projetos em curso;
- Melhoria nos processos de gestão e controlo da produção, tendo em vista “fazer mais e melhor com os mesmos recursos”;
- Aumentar a competitividade, através da melhoria contínua da qualidade das propostas e o aumento da incorporação de recursos internos (do Grupo AdP);
- Consolidação de parcerias estratégicas internacionais, particularmente em mercados anglófonos;
- Melhorar os processos de gestão do conhecimento e da informação, de modo a maximizar a qualidade e a eficiência na montagem dos processos comerciais;
- Dar prioridade à inovação centrada nos serviços nucleares: desenvolvimento de produtos;
- Reforçar o relacionamento com as empresas do Grupo AdP;
- Divulgar o trabalho desenvolvido pela AdP Internacional: comunicações técnicas em conferências internacionais.

Em consonância com a estratégia definida pelo Conselho de Administração, na abordagem a novos mercados e novos contratos, será seguido o princípio da sustentabilidade económica e financeira dos projectos em que a AdPI se venha a envolver, procurando otimizar os custos de forma a incrementar a margem operacional.

Eventos Subsequentes

Decorrente da situação de pandemia mundial, declarada no mês de Março, a atividade da AdP Internacional est certamente condicionada durante o ano de 2021. As limitações que são possíveis antever, relacionam-se com os contratos com a Empresa de Eletricidade e Água da Guiné Bissau, financiados pelo Banco Mundial, bem como os contratos de Assistência Técnica às Empresas de Água e Saneamento do Bengo e do Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, que, em resultado da atual situação, poderão ser suspensos ou, na melhor hipótese, bastante reduzidos na sua dimensão, durante o ano em apreço. Não obstante, apesar de não ser possível quantificar os potenciais impactos na atividade de 2021 da AdP Internacional, a empresa tem linhas de financiamento contratadas junto do acionista que permitirão fazer face a uma eventual redução na sua liquidez.

Sucursais da Sociedade

A AdP internacional constituiu, no final de 2010, a sua sucursal em Angola sob a designação de AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de Angola.

No início de 2015, constituiu em Cabo Verde a sua sucursal denominada a AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de Cabo Verde.

No início de 2016, constituiu em Guiné Bissau a sua sucursal denominada a AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal da Guiné Bissau.

No final de 2018, constituiu em São Tomé e Príncipe a sua sucursal denominada a AdP- Águas de Portugal Internacional- Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de São Tomé e Príncipe.

Considerações Finais

O Conselho de Administração expressa o seu apreço e reconhecimento a todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram na prossecução dos objetivos da empresa, em especial:

- Ao acionista AdP SGPS, pelas orientações recebidas e pelo apoio demonstrado;
- À Comissão Executiva da AdP SGPS pela avaliação das oportunidades existentes no seio do Grupo AdP e pelo conhecimento do papel relevante da AdP Energias na melhoria das condições de eficiência produtiva das suas empresas;
- Aos Conselhos de Administração e colaboradores das empresas gestoras de sistemas multimunicipais que entenderam colaborar na avaliação das oportunidades existentes no aproveitamento dos recursos endógenos e no estabelecimento de formas de cooperação geradoras de mais-valias para ambas as partes;
- Aos Colaboradores da empresa, pela competência, dedicação e empenho evidenciados;
- Ao Fiscal Único, pela forma como acompanhou a atividade da Empresa;
- À Mesa da Assembleia-Geral pela colaboração prestada;
- Aos Fornecedores e Parceiros de negócio pela competência e dedicação demonstradas.



Proposta de aplicação de Resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2020 refletem capitais próprios positivos de 210.941,47 euros, com um Resultado Líquido positivo de 29.565,68 euros.

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apresentado tenha a seguinte aplicação:

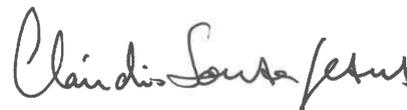
- 29.565,68 euros para resultados transitados.

Anexo ao Relatório

Na data de encerramento do exercício de 2020, o Capital da AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A. era integralmente detido pelo acionista AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Lisboa, 24 de março 2021

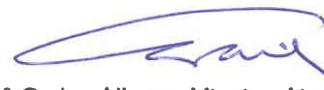
O Conselho de Administração



Engº Cláudio Miguel André de Sousa Jesus
(Presidente executivo)



Eng^a Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra
(Vogal executivo)



Engº Carlos Alberto Mineiro Aires
(Vogal não executivo)

Relatório dos Administradores não Executivos

Relatório dos administradores não executivos sobre o desempenho dos administradores executivos

a) Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2020.

b) Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

c) Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Terça-feira, 24 de março 2021

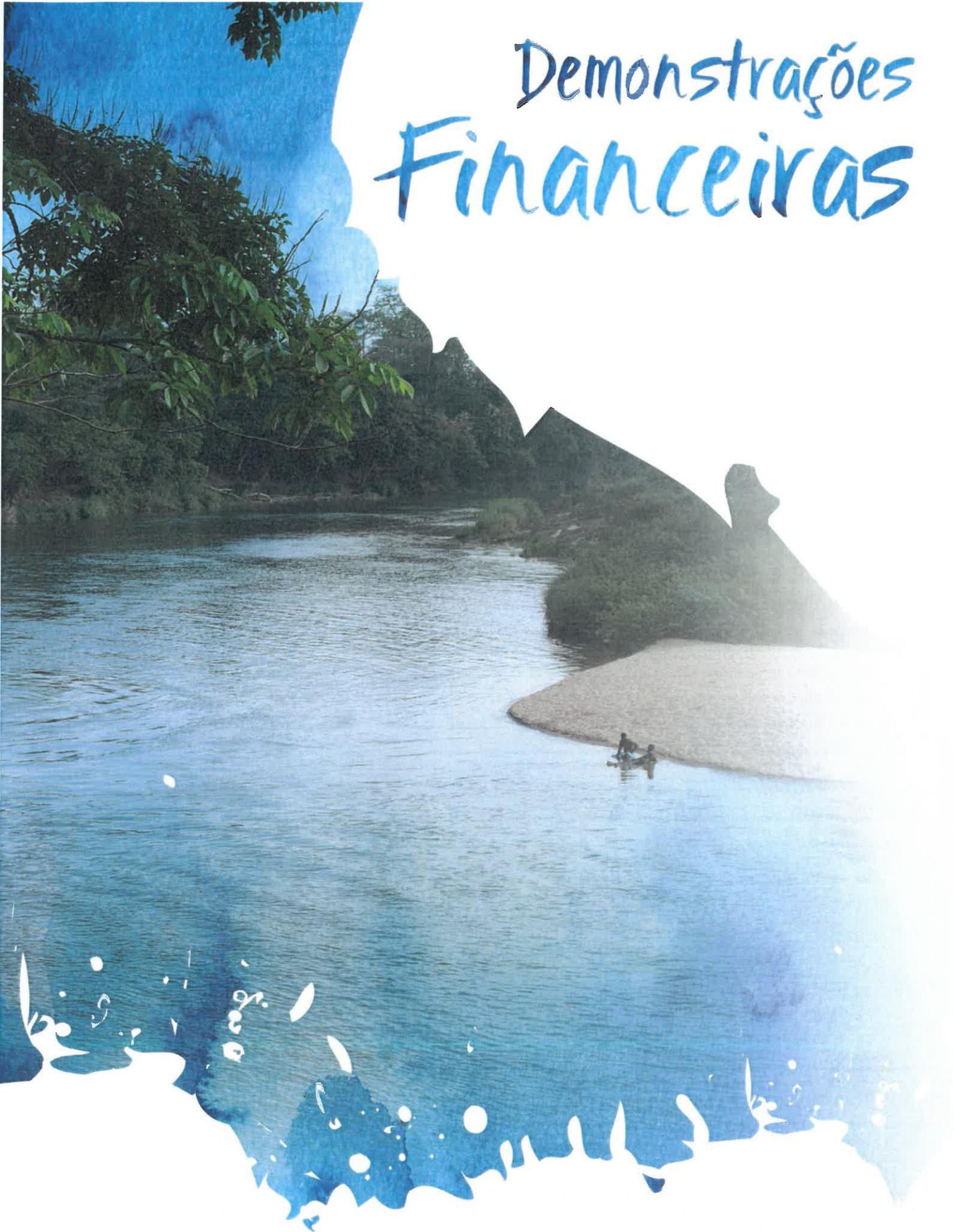
Os Administradores não executivos,



Engº Carlos Alberto Mineiro Aires
(Vogal não executivo)

Si f m

Demonstrações Financeiras



mf

Índice

Demonstração da posição financeira	111
Demonstração dos resultados e do rendimento integral	112
Demonstração das variações do capital próprio	113
Demonstração dos fluxos de caixa	114
Notas às demonstrações financeiras	115
1. Atividade económica da AdP Internacional S.A.	115
1.1. Atividade	115
1.2. Acionistas	115
1.3. Aprovação das Demonstrações financeiras	115
2. Políticas contabilísticas	115
2.1 Bases de apresentação	115
2.2 Investimentos financeiros em subsidiárias	118
2.3 Conversão cambial	118
2.4 Ativos fixos tangíveis	119
2.5 Locações	120
2.6 Instrumentos financeiros	122
2.7 Caixa e equivalentes de caixa	125
2.8 Capital	125
2.9 Dividendos a pagar	125
2.10 Provisões, ativos e passivos contingentes	125
2.11 Imposto sobre o rendimento	126
2.12 Rédito de contratos com clientes	126
2.13 Gastos e perdas	127
2.14 Eventos subsequentes	127
3. Políticas de gestão do risco financeiro	127
3.1 Fatores de risco	127
3.2 Risco de mercado	127
3.3 Risco de liquidez e de capital	127
3.4 Risco de crédito	128
4. Estimativas e julgamentos	129
4.1 Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias	129
4.2 Imparidade para contas a receber	129
4.3 Estimativa de impostos e impostos diferidos	129
5. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9	130
6. Ativos fixos tangíveis	130
6.1 Movimentos do período	130
7. Locações	131
7.1 Ativos sob direito de uso	131
7.2 Passivos da locação	131
7.3 Pagamentos da locação	131
8. Investimentos em subsidiárias e Empréstimos a empresas do Grupo	132
8.1 Empréstimos a empresas subsidiárias	132
9. Outros ativos financeiros	132
10. Clientes	132
10.1 Clientes – Estrangeiros (líquido de imparidade)	133
10.2 Movimento de imparidade	133
11. Estado e outros entes públicos	133
12. Outros ativos correntes	133
13. Caixa e equivalentes de caixa	133
14. Capital próprio	133
14.1 Resultado líquido e rendimento integral por ação	134
15. Empréstimos de empresas do Grupo	134
15.1 Empréstimos por maturidade e por tipo de taxa	134
16. Fornecedores	134

17. Outros passivos correntes	135
18. Estado e outros entes públicos	135
19. Rédito de contratos com clientes.....	135
20. Fornecimentos e serviços externos.....	136
21. Gastos com pessoal.....	136
21.1 Remunerações dos Órgãos Sociais.....	136
21.2 Número de pessoas ao serviço da empresa	136
22. Amortizações, depreciações e reversões do exercício.....	136
23. Outros gastos operacionais.....	137
24. Outros rendimentos operacionais	137
25. Gastos financeiros.....	137
26. Rendimentos financeiros	137
27. Imposto sobre o rendimento do exercício.....	137
28. Saldos e transações com partes relacionadas.....	139
28.1 Partes relacionadas	139
28.2 Saldos com partes relacionadas	139
28.3 Transações com partes relacionadas.....	139
29. Ativos e passivos contingentes	139
30. Informações exigidas por diploma legal	140
31. Litígios e contingências	140

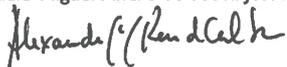
fm

Demonstração da posição financeira

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo fixo tangível	6	251 595	244 002
Ativos sob direito de uso	7	34 993	37 981
Investimentos em subsidiárias	8	5 002	5 002
Empréstimos a empresas do Grupo	8	871 175	464 130
Outros ativos financeiros	9	262 052	4 443
Impostos diferidos ativos	27	-	8 682
Total do Ativo não corrente		1 424 817	764 240
Ativo corrente			
Clientes	10	3 087 949	1 492 295
Estado e outros entes públicos	11	469 849	380 132
Imposto sobre o rendimento do exercício	27	61 361	16 618
Outros ativos correntes	12	697 774	438 164
Caixa e equivalentes de caixa	13	629 395	563 183
Total do Ativo corrente		4 946 328	2 890 392
Total do Ativo		6 371 145	3 654 632
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	14	175 000	175 000
Reservas	14	175 087	175 087
Resultados transitados	14	(168 711)	(168 711)
Resultado líquido do exercício	14	29 566	(218 703)
Total do Capital próprio		210 942	(37 327)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		27 000	27 000
Empréstimos de empresas do Grupo	15	1 700 000	1 700 000
Passivos da locação	7	18 854	21 345
Impostos diferidos passivos	27	-	8 546
Total do Passivo não corrente		1 745 854	1 756 891
Passivo corrente			
Passivos da locação	7	16 580	17 243
Empréstimos de empresas do Grupo	15	2 500 000	-
Fornecedores	16	1 136 286	1 174 445
Outros passivos correntes	17	735 832	725 745
Estado e outros entes públicos	18	25 651	17 635
Total do Passivo corrente		4 414 349	1 935 068
Total do Passivo		6 160 203	3 691 959
Total do Passivo e do Capital Próprio		6 371 145	3 654 632

O Conselho de Administração


Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)


Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)


Carlos Alberto Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado


Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Demonstração dos resultados e do rendimento integral

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Rédito de contratos com clientes	19	3 544 104	3 490 644
Fornecimentos e serviços externos	20	(2 151 299)	(2 110 606)
Gastos com pessoal	21	(1 185 223)	(1 315 447)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	22	(92 189)	(90 527)
Perdas por imparidade e reversões do exercício	10	293 826	-
Outros gastos e perdas operacionais	23	(504 360)	(550 362)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	24	217 920	503 446
Resultados operacionais		122 779	(72 852)
Gastos financeiros	25	(115 866)	(163 579)
Rendimentos financeiros	26	33 320	63 058
Resultados antes de impostos		40 233	(173 373)
Imposto sobre o rendimento do exercício	27	(10 667)	(45 330)
Resultado líquido do exercício		29 566	(218 703)
Rendimento integral		29 566	(218 703)
Resultado por ação (básico e diluído)	14	0,84	(6,25)
Rendimento integral por ação (básico e diluído)	14	0,84	(6,25)

O Conselho de Administração



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)



Carlos Alberto Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado



Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



Demonstração das variações do capital próprio

	Capital social	Reserva legal	Variações cambiais	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldos 31 Dezembro 2018	175 000	35 000	139 784	(251 555)	83 147	181 376
Aplicação do resultado de 2018	-	303	-	82 844	(83 147)	-
Resultado líquido do exercício de 2019	-	-	-	-	(218 703)	(218 703)
Saldos 31 Dezembro 2019	175 000	35 303	139 784	(168 711)	(218 703)	(37 327)
Aplicação do resultado de 2019	-	-	-	(218 703)	218 703	-
Quinhora do prejuízo de 2019	-	-	-	218 703	-	218 703
Resultado líquido do exercício de 2020	-	-	-	-	29 566	29 566
Saldos 31 Dezembro 2020	175 000	35 303	139 784	(168 711)	29 566	210 942

O Conselho de Administração


Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)



Carlos Alberto Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado


Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

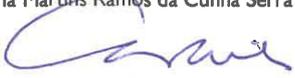
Demonstração dos fluxos de caixa

	31.12.2020	31.12.2019
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1 713 563	6 052 932
Pagamentos a fornecedores	(2 614 788)	(3 158 030)
Pagamentos ao pessoal	(984 391)	(1 128 238)
Fluxo gerado pelas operações	(1 885 616)	1 766 664
Pagamentos do Imposto sobre o rendimento	(22 411)	(58 953)
Outros Pagamentos relativos à atividade operacional	(142 555)	(144 399)
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	(164 966)	(203 352)
Fluxo de atividades operacionais	(2 050 582)	1 563 312
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	22 214	-
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento	22 214	-
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(83 834)	-
Empréstimos concedidos	(413 851)	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	(497 685)	-
Fluxo das atividades de investimento	(475 471)	-
Atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Cobertura de prejuízos	218 703	-
Financiamentos obtidos	2 720 000	675 000
Fluxo dos Recebimentos de atividades de financiamento	2 938 703	675 000
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(220 000)	(1 875 000)
Capital de passivos da locação	(17 243)	(20 478)
Juros e gastos similares	(109 295)	(160 623)
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	(346 538)	(2 056 101)
Fluxo das atividades de financiamento	2 592 165	(1 381 101)
Variação de caixa e seus equivalentes	66 112	182 211
Caixa e seus equivalentes no início do período	563 183	379 112
Variação cambial	101	1 860
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Nota 13)	629 395	563 183
Variação de caixa e seus equivalentes	66 112	182 211

O Conselho de Administração


Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)


Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)


Carlos Alberto Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado


Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Notas às demonstrações financeiras

I. Atividade económica da AdP Internacional S.A

I.1. Atividade

A AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. (AdP Internacional, S.A., adiante designada também por Sociedade), com sede na Rua Visconde Seabra, n.º 3, 5.º piso, em Lisboa, foi constituída em 25 de janeiro de 2001, no decurso da aprovação do novo modelo organizativo do Grupo Águas de Portugal, com o propósito de realizar atividades no âmbito da gestão, manutenção e exploração de serviços públicos e outros, nomeadamente de sistemas de captação, tratamento, adução, reserva e distribuição de água para consumo público e outros afins, e de recolha, tratamento, rejeição e reciclagem de efluentes urbanos, industriais e outros, e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, e noutros sectores das indústrias do ambiente.

A Sociedade tem sucursais em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

I.2 Acionistas

É acionista da AdP Internacional a AdP – Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. com 100% do Capital Social.

I.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 24 de março de 2021. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2020.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

2.1.1 Introdução

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdP Internacional foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.2 Novas normas e alteração de políticas

2.1.2.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentada nos comparativos.

2.1.2.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

IFRS 3 (alteração) - 'Definição de negócio'

Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.

IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração) - 'Reforma das taxas de juro de referência'

Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

IAS 1 e IAS 8 (alteração) - 'Definição de material'

Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

Estrutura concetual - 'Alterações na referência a outras IFRS'

Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Sociedade.

2.1.2.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2020 e que a Sociedade não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela UE

Descrição	Alteração	Data efetiva
• IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações	1 de junho de 2020
• IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021

- Ainda não endossadas pela UE

Descrição	Alteração	Data efetiva
• IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de “liquidação” de um passivo	1 de janeiro de 2022
• IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
• IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
• IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
• Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022
• IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência (“IBOR”), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021
• IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2023
• IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações	1 de janeiro de 2023

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Sociedade após 1 de janeiro de 2021.

2.2 Investimentos financeiros em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a AdP Internacional tem controlo. A AdP Internacional controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controlo é transferido para a AdP Internacional. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controlo cessa.

A AdP Internacional aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos ou incorridos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pela AdP Internacional. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição independentemente da existência e interesses que não controlam. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

As subsidiárias são reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira da AdP Internacional na data da obtenção de controlo ou influência significativa, ou de negociação ou da contratação, que é a data em que a AdP Internacional se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Na transição as participações financeiras foram reconhecidas de acordo com o custo presumido ou custo considerado, ou seja pelo valor que foi transposto das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior normativo naquela data, em alternativa ao custo de aquisição.

No momento inicial, as subsidiárias são reconhecidas pelo custo de aquisição acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da AdP Internacional ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a AdP Internacional tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a AdP Internacional tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O reconhecimento de dividendos é registado em resultados na data em que estes forem declarados.

Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias

Os investimentos financeiros em subsidiárias são analisados à data de cada Demonstração da Posição Financeira de forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável da participação financeira é avaliado. Sempre que a quantia escriturada de uma participação financeira excede a quantia recuperável, é reduzida até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. A quantia recuperável das participações financeiras em subsidiárias e associadas corresponde ao maior entre o valor de uso e o valor de venda. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

As empresas subsidiárias são:

Unidade de Negócio / Empresa	Sede	% de Capital detido	Capital Social
Aquatec, SARL	Moçambique	100,00%	2.476.580 Mzn
AdP Timor	Timor Leste	100,00%	5.000 Eur

A AdP Internacional não apresenta demonstrações financeiras consolidadas por as suas demonstrações financeiras e das suas subsidiárias serem integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da acionista da AdP Internacional – AdP SGPS.

2.3 Conversão cambial

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdP Internacional, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdP Internacional e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.3.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdP Internacional de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.3.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Fonte: Banco de Portugal

País	Moeda	31.12.2020		31.12.2019	
		médio	final	médio	final
Cabo Verde	Escudo C.V.	110,27	110,27	110,27	110,27
Moçambique	Meticais	79,865	91,05	69,43	68,70
E.U.A.	USD	1,141	1,2271	1,11	1,123
Angola	Kwanza	655,217	797,1291	414,89	536,6
Guiné Bissau	Franco CFA ocidental	655,957	655,957	655,957	655,957
São Tomé e Príncipe	Dobra São Tomense	24.500	24.500	24.500	24.500

2.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são as seguintes:

Naturezas	Vida útil (anos)
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	7

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização

pela AdP Internacional. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contábilística e alvo de aplicação prospectiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contábilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.5 Locações

As locações nas quais a AdP Internacional é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AdP Internacional reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdP Internacional reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AdP Internacional apenas tem locações enquanto locatário.

Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AdP Internacional contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdP Internacional (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a AdP Internacional reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“*Right-of-use asset*”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja exetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Equipamento de transporte	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdP Internacional mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela AdP Internacional enquanto locatário

A AdP utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdP Internacional é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

2.6 Instrumentos financeiros

2.6.1. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito, Crédito a clientes e a empresas do Grupo (suprimentos).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdP Internacional determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdP Internacional não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AdP Internacional valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros pelo custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdP Internacional recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdP Internacional no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A AdP Internacional reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AdP Internacional se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes”, “Empréstimos a empresas do Grupo” e “Outros ativos financeiros”, a AdP Internacional aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AdP Internacional não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

2.6.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros pelo custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros pelo custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos de empresas do Grupo” e “Fornecedores”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdP Internacional apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros pelo custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos do Grupo são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AdP Internacional liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Fornecedores

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a AdP Internacional adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

2.6.3. Reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdP Internacional decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

2.6.4. Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:

- Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
- O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.8 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.9 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdP Internacional divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Sociedade é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da Sociedade que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Sociedade procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Sociedade. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Sociedade procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

2.11 Imposto sobre o rendimento

A AdP Internacional encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável. A AdP Internacional é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da Demonstração da Posição Financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdP Internacional seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.12 Rédito de contratos com clientes

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AdP Internacional. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdP Internacional avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdP Internacional efetua a sua melhor estimativa.

Na prestação de serviços efetuadas pela AdP Internacional, existe apenas uma obrigação de desempenho (“*performance obligation*”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a prestação do serviço ao cliente.

2.13 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.14 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da AdP Internacional estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro e risco de taxa de câmbio). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP Internacional e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de mercado

3.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdP Internacional advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdP Internacional ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdP Internacional ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdP Internacional.

	31.12.2020	Impacto Taxa média +1%	Impacto Taxa média -1%
Juros (gastos) à taxa variável	(42 828)	(29 500)	-
Impacto líquido	(42 828)	(29 500)	-

3.2.2 Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio da AdP Internacional corresponde essencialmente à operação desenvolvida pela sucursal em Angola. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP Internacional. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando entenda ser necessário. A AdP Internacional apresenta saldos denominados em moeda estrangeira, expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda, sem que tal se justifique.

3.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP Internacional pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP Internacional efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito junto do acionista que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP Internacional por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

2020	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos de Empresas do Grupo (AdP SGPS) (Nota 15)	2 500 000	1 700 000	-

A AdP Internacional não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de liquidez (Milhares euros)	Valor do plafond disponível	Valor do plafond usado	Valor do plafond não usado
Suprimentos (AdP SGPS)	4 000	1 700	2 300
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3 000	2 500	500
	7 000	4 200	2 800

O objetivo da AdP SGPS (empresa-mãe da AdP Internacional) em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	2020	2019
Suprimentos obtidos (Grupo)	1 700 000	1 700 000
Apoios de tesouraria obtidos (Grupo)	2 500 000	-
Empréstimos a Empresas do Grupo	(871 175)	(464 130)
Disponibilidades	(629 395)	(563 183)
Endividamento líquido	2 699 430	672 687
Total do capital próprio	210 942	(37 327)
Capital	2 910 372	635 360
Dívida/total do capital	0,93	1,06

O modelo de financiamento da AdP Internacional assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, nos empréstimos do acionista e no capital próprio.

3.4 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP Internacional. A AdP Internacional está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

3.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

3.4.2 Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2020, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	2020
Depósitos à ordem e a prazo (nota 13)	627 275
	627 275

Rating	2020
A3	2 778
Ba1	859
Baa1	361 465
Baa3	141 953
não disponível	120 220
	627 275

Nota: notação de rating da Moody's obtida nos sites das instituições financeiras em fevereiro de 2021.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdP Internacional são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, nomeadamente a geração de resultados líquidos negativos consecutivos por parte das subsidiárias. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor das participações financeiras e, subsidiárias e associadas implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Face à intenção da AdP Internacional manter as participações financeiras e de não ter a intenção de venda, para as subsidiárias e associadas que consecutivamente geram resultados líquidos negativos a AdP Internacional assume que a quantia recuperável corresponde ao valor do capital próprio dessas subsidiárias e associadas.

4.2 Imparidade para contas a receber

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

4.3 Estimativa de impostos e impostos diferidos

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdP Internacional cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.

A AdP Internacional entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

Em 31 de dezembro de 2020 a AdP Internacional não tem registados ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis (ver nota 27).

5. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2020)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Empréstimos a empresas do Grupo	871 175	-	871 175
Clientes	3 087 949	-	3 087 949
Caixa e equivalentes de caixa	629 395	-	629 395
Total do ativo	4 588 519	-	4 588 519
Empréstimos de empresas do Grupo	-	4 200 000	4 200 000
Fornecedores	-	1 136 286	1 136 286
Total do passivo	-	5 336 286	5 336 286

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2019)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Empréstimos a empresas do Grupo	464 130	-	464 130
Clientes	1 492 295	-	1 492 295
Caixa e equivalentes de caixa	563 183	-	563 183
Total do ativo	2 519 608	-	2 519 608
Empréstimos de empresas do Grupo	-	1 700 000	1 700 000
Fornecedores	-	1 174 445	1 174 445
Total do passivo	-	2 874 445	2 874 445

6. Ativos fixos tangíveis

	2020	2019
Equipamento de transporte	219 645	200 255
Equipamento administrativo	31 950	43 747
	251 595	244 002

6.1 Movimentos do período

Ativo bruto	2019	Adições	2020
Equipamento de transporte	274 592	83 834	358 426
Equipamento administrativo	130 248	-	130 248
	404 840	83 834	488 674
Amortizações acumuladas	2019	Dotações (nota 22)	2020
Equipamento de transporte	(74 337)	(64 444)	(138 781)
Equipamento administrativo	(86 501)	(11 798)	(98 299)
	(160 838)	(76 242)	(237 080)
	244 002	7 592	251 594

7. Locações

7.1 Ativos sob direito de uso

Ativos sob direito de uso	31.12.2019			31.12.2020						
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumento s no valor bruto	Amortizações do exercício (nota 22)	Abates no valor bruto	Abates nas amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Licenças de software	-	-	-	22 498	(625)	-	-	22 498	(625)	21 873
Equipamento de transporte	59 066	(21 085)	37 981		(15 322)	(28 109)	18 570	30 957	(17 837)	13 120
	59 066	(21 085)	37 981	22 498	(15 947)	(28 109)	18 570	53 455	(18 462)	34 993

7.2 Passivos da locação

	2020	2019
Não corrente	18 854	21 345
Corrente	16 580	17 243
	35 434	38 588

Capital em dívida por natureza de ativo sob direito de uso	2020	2019
Licenças de software	21 882	-
Equipamento de transporte	13 552	38 588
	35 434	38 588

Futuros pagamentos mínimos	2020	2019
Até 1 ano	17 015	18 205
De 1 a 5 anos	18 955	21 862
Mais de 5 anos	-	-
	35 970	40 067

Juros	2020	2019
Até 1 ano	435	962
De 1 a 5 anos	101	517
Mais de 5 anos	-	-
	536	1 479

Valor presente dos pagamentos mínimos	2020	2019
Até 1 ano	16 580	17 243
De 1 a 5 anos	18 854	21 345
Mais de 5 anos	-	-
	35 434	38 588

7.3 Pagamentos da locação

Total de pagamentos da locação	2020	2019
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	15 588	22 088
Contabilizadas como despesa em resultados (Nota 20)	100 995	132 299
	116 583	154 387

8. Investimentos em subsidiárias e Empréstimos a empresas do Grupo

	2020	2019
Investimentos em subsidiárias:		
. AdP Timor	5 002	5 002
. Aquatec	-	-
	5 002	5 002
Empréstimos a empresas do Grupo (subsidiárias):		
. AdP Timor	2 238 003	1 830 958
. Aquatec	1 216 053	1 216 053
	3 454 056	3 047 011
Imparidade para empréstimos a empresas subsidiárias	(2 582 881)	(2 582 881)
	871 175	464 130

8.1 Empréstimos a empresas subsidiárias

	2020			2019		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Timor	2 238 003	(1 373 859)	864 144	1 830 958	(1 373 859)	457 099
Aquatec	1 216 053	(1 209 022)	7 031	1 216 053	(1 209 022)	7 031
	3 454 056	(2 582 881)	871 175	3 047 011	(2 582 881)	464 130

Em 2020 a Empresa concedeu dois suprimentos à subsidiária AdP Timor, no montante de 70.000 USD e 350.000 euros.

9. Outros ativos financeiros

	2020	2019
Títulos da Dívida Pública Angolana	(i) 277 670	-
Outros ativos financeiros	6 583	4 443
	284 253	4 443
Imparidade	(i) (22 201)	-
	262 052	4 443

- (i) Os títulos de dívida pública Angolana têm valor nominal de 221,7 milhões de kwanzas, maturidade em 31 de março de 2022, com reembolso de capital na maturidade, e são remunerados por juros semestrais à taxa de 16% ao ano. Para estes títulos foi constituída imparidade no montante de 22.201 euros. Estes títulos foram recebidos como pagamento de faturas vencidas emitidas pela AdP Internacional em anos anteriores ao Estado Angolano e para as quais estava registada imparidade para a totalidade da dívida (ver nota 10).

10. Clientes

	notas	2020			2019		
		Valor bruto	Imparidade (nota 10.2)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (nota 10.2)	Valor líquido
Clientes - Outras partes relacionadas – Internacional	(a)	1 571 696	(763 070)	808 626	1 457 937	(763 070)	694 867
Clientes - Outras partes relacionadas – Instrumentais		-	-	-	3 323	-	3 323
Clientes – Nacionais		243 848	(243 848)	-	262 462	(243 848)	18 614
Clientes - Estrangeiros	10.1 (b)	2 509 271	(1 368 721)	1 140 550	3 765 715	(3 232 866)	532 849
Clientes – outros		386	-	386	386	-	386
Acréscimos de rendimentos	(c)	1 138 387	-	1 138 387	242 256	-	242 256
		5 463 588	(2 375 639)	3 087 949	5 732 079	(4 239 784)	1 492 295

- (a) Em 31 de dezembro de 2020 inclui o montante bruto de imparidade 1.216.700 Euros a receber da subsidiária AdP Timor (1.179.876 Euros em 2019).
- (b) Em 2020, o Ministério da Energia e Águas (Angola) liquidou um conjunto de faturas emitidas em anos anteriores em kwanzas e para as quais estava constituída imparidade na totalidade, através da atribuição de títulos de dívida pública (ver nota 9). A dívida registada em clientes que foi liquidada ascendia a 1.864.145 Euros.

ai f n

(c) Esta rubrica corresponde ao rédito por presta o de serviços no âmbito de contratos com clientes, que apesar de não ter sido faturado corresponde a *performance obligations* executadas (Serviços prestados e ainda não faturados).

10.1 Clientes – Estrangeiros (líquido de imparidade)

		2020	2019
Ministério da Energia e �guas (Angola)	(a)	663 570	-
Financial contract (Huambo e Uige) - Banco Mundial		321 126	215 941
ANAS-Agência Nacional de �guas, CV		142 460	199 872
Nippon Koei LAC, INC.		-	1 933
Castalia FCC		9 446	22 680
Onas		-	93 100
Outros		3 948	(677)
		1 140 550	532 849

(a) Relacionado com os projetos a 3 anos designados por Bengo e Cunene.

10.2 Movimento de imparidade

	notas	
Saldo em 31 de dezembro de 2019		4 239 784
Reclassifica�o de imparidade para Outros ativos financeiros	9	(22 201)
Reversão de imparidade		(293 826)
Utiliza�o de imparidade (atualiza�o cambial)		(1 548 118)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2 375 639

11. Estado e outros entes públicos

	2020	2019
Imposto sobre o Valor Acrescentado	461 143	376 122
Outros	8 706	4 010
	469 849	380 132

12. Outros ativos correntes

	2020	2019
Outros devedores	455 570	168 559
Seguros a reconhecer como gastos	16 318	36 744
Rendas a reconhecer como gastos	24 070	18 385
Acionistas - Imposto do exercício (consolidado fiscal)	178 520	178 520
Pessoal	16 657	35 518
Outros ativos correntes	6 639	438
	697 774	438 164

13. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Numerário	2 120	1 227
Depósitos bancários	627 275	561 956
	629 395	563 183

14. Capital próprio

O Capital Social da AdP Internacional, está representado por 35.000 a es no montante de 5 Euros cada, e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela AdP, SGPS, seu único acionista.

14.1 Resultado líquido e rendimento integral por ação

	2020	2019
Resultado líquido do exercício	29 566	(218 703)
Número de ações	35 000	35 000
Resultado por ação	0,84	(6,25)

	2020	2019
Rendimento integral	29 566	(218 703)
Número de ações	35 000	35 000
Rendimento integral por ação	0,84	(6,25)

15. Empréstimos de empresas do Grupo

	2020	2019
Suprimentos	1 700 000	1 700 000
Empréstimos não correntes	1 700 000	1 700 000
Apoios de tesouraria	2 500 000	-
Empréstimos correntes	2 500 000	-
	4 200 000	1 700 000

15.1 Empréstimos por maturidade e por tipo de taxa

Taxa de juro variável	2020	2019
Até 1 anos	2 500 000	-
De 1 a 2 anos	1 700 000	1 700 000
De 2 a 3 anos	-	-
Superior a 3 anos	-	-
	4 200 000	1 700 000

16. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores C/C-Empresa Mãe	324	-
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-INSTRUMENTAIS	(5 700)	-
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-INTERNACIONAL	1 135 522	1 115 940
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-Água e Saneamento	5 393	13 550
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas	747	44 955
	1 136 286	1 174 445

17. Outros passivos correntes

	2020	2019
Férias e subsídio de férias a liquidar ao pessoal	70 177	64 199
Acréscimos de gastos - juros a liquidar	8 739	2 168
Acréscimos de gastos:		
. Perdas cambiais	153 496	-
. Imposto industrial angolano	153 790	58 415
. Serviços prestados a aguardar fatura	78 912	233 286
. Outros	3 978	5 008
Recebimentos de clientes não afetos/por identificar	259 215	259 214
Outros credores	7 525	5 182
Regularizações diversas	-	(183 256)
Rendimentos a reconhecer	-	281 529
	735 832	725 745

18. Estado e outros entes públicos

	2020	2019
Retenções de imposto sobre o rendimento efetuadas a terceiros	9 208	315
Contribuições para a segurança social	16 288	17 320
Outras taxas	155	-
	25 651	17 635

19. Rédito de contratos com clientes

Projeto	Mercado	2020	2019
AO - AT Bengo (BAD)	Angola	1 254 533	465 931
AO - AT Cunene (BAD)	Angola	1 673 116	448 548
Huambo-Pdisa	Angola	-	297 004
Uige-Pdisa	Angola	-	189 698
AO - WOPA Cabinda	Angola	-	198 780
STP - AT à EMAE - MAAIS	São Tomé e Príncipe	19 086	128 896
STP - AT à EMAE - 2019_MAAIS2	São Tomé e Príncipe	-	539 744
MZ - Water Tariff Study - CRA	Moçambique	53 431	-
MZ - Reutilização	Moçambique	1 858	-
MZ - INFRA MAIS	Moçambique	5 000	330 870
MZ - EVA 2019	Moçambique	-	250 780
CV - Roadmap Resíduos Cabo Verde - Fase 4 - Parte I	Cabo Verde	55 095	-
CV - Conflitos Uso Água ANAS	Cabo Verde	35 525	-
CV - Plano ação reutilização ANAS	Cabo Verde	45 548	-
Nippon Koei	Cabo Verde	-	1 933
Anas- Ecovisão	Cabo Verde	-	56 934
CV - Conflitos Uso Água ANAS	Cabo Verde	-	31 440
CV - Conflitos Usos Água ANAS (Fase 3)	Cabo Verde	-	116 662
GB - AT EAGB	Guiné Bissau	354 503	316 580
TU - 5 PROJETOS FA COM ONAS	Tunísia	-	93 100
MW - Masterplan Lilongwe	Malawi	13 097	23 744
UOF	EUA	28 688	-
Outros		4 624	-
		3 544 104	3 490 644

20. Fornecimentos e serviços externos

	2020	2019
Serviços especializados	1 508 937	1 277 400
Materiais	139 500	18 523
Energia e fluídos	14 377	25 498
Deslocações, estadas e transportes	178 001	305 193
Despesas de representação	10 161	46 009
Comunicação	17 092	19 967
Rendas e alugueres	100 995	132 299
Serviços diversos	182 236	285 717
	2 151 299	2 110 606

A atividade da AdP Internacional não é, na maioria das situações, comparável, tendo em conta os projetos em curso em cada um dos exercícios, particularmente no que respeita à sua natureza e dimensão (e consequentemente dos recursos alocados). Apesar da rubrica não apresentar uma variabilidade significativa, existem os seguintes efeitos contrários: i) aumento de gastos com serviços especializados e materiais o qual se encontra relacionado com a execução dos projetos; e ii) redução de gastos diversos devido à pandemia COVID-19 (deslocações e estadas, comunicação).

21. Gastos com pessoal

	2020	2019
Remunerações dos Órgãos sociais	120 773	117 203
Remunerações do pessoal	832 967	940 315
Encargos sobre as remunerações	182 218	201 287
Gastos de ação social	2 032	2 297
Outros gastos com o pessoal	47 233	54 345
	1 185 223	1 315 447

21.1 Remunerações dos Órgãos Sociais

	2020	2019
Conselho de Administração	113 994	109 485
Fiscal Único	6 779	7 718
	120 773	117 203

21.2 Número de pessoas ao serviço da empresa

Natureza	Número médio		Final do ano	
	2020	2019	2020	2019
Conselho de Administração	3	3	3	3
Trabalhadores efetivos	27	26	27	26
	30	29	30	29

22. Amortizações, depreciações e reversões do exercício

		2020	2019
Ativos fixos tangíveis	(nota 6)	76 242	69 442
Ativos sob direito de uso	(nota 7)	15 947	21 085
		92 189	90 527

23. Outros gastos operacionais

	2020	2019
Impostos (a)	163 768	217 660
Diferenças de câmbio desfavoráveis	336 709	264 169
Multas e penalidades contratuais	-	(35 396)
Menos-valias na alienação de ativos fixos tangíveis	-	15 207
Outros gastos e perdas	3 883	88 722
	504 360	550 362

(a) Em 2019 inclui o montante de 160.091 Euros relativos ao imposto retido em Angola (216.138 Euros em 2019).

24. Outros rendimentos operacionais

	2020	2019
Outros rendimentos e ganhos	7 606	239 874
Rendimentos suplementares	-	(13 020)
Diferenças de câmbio favoráveis	83 527	276 592
Regularizações de saldos credores com antiguidade elevada	126 787	-
	217 920	503 446

25. Gastos financeiros

	2020	2019
Juros suportados de empréstimos de empresas do Grupo	42 828	42 544
Juros suportados de passivos da locação	1 137	1 609
Diferenças de câmbio desfavoráveis	20 038	72 806
Juros de mora	1	1 237
Comissões bancárias	44 726	45 358
Outros gastos e perdas de financiamento	7 136	25
	115 866	163 579

26. Rendimentos financeiros

	2020	2019
Juros obtidos por títulos de dívida pública angolana (ver nota 9)	33 320	-
Juros obtidos por atraso no pagamento de clientes	-	63 058
	33 320	63 058

27. Imposto sobre o rendimento do exercício

O saldo de imposto sobre o rendimento a receber em 31 de dezembro de 2020 e 2019 tem a seguinte composição:

	2020	2019
Estimativa de imposto do exercício	(10 530)	(22 410)
Pagamentos por conta de imposto sobre o rendimento	-	15 051
Pagamentos especiais por conta	34 358	19 307
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	37 533	4 670
Imposto a receber	61 361	16 618

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a carga fiscal registada tem a seguinte composição:

	2020	2019
Estimativa de imposto do exercício	10 530	22 410
Insuficiência de imposto de anos anteriores	-	23 056
Imposto diferido	137	(136)
IRC estimado no exercício	10 667	45 330
Resultado antes de impostos	40 233	(173 373)
Taxa efetiva de imposto	26,51%	-26,15%

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é como segue:

	2020			2019		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos	40 233			(173 373)		
Taxa nominal de imposto (*)		22,50%	9 052	21,00%		(36 408)
Imposto esperado		22,50%	9 052	21,00%		(36 408)
Diferenças permanentes:						
. Amortizações	7 058	3,95%	1 588		0,00%	-
. Outros	7 709	4,31%	1 735	(648)	0,08%	(136)
Provisões e imparidade temporariamente não aceite, sem ativos por impostos diferidos constituídos	(1 841 944)	-1030,09%	(414 437)	-	0,00%	-
Poupança na taxa de Derrama Municipal		66,64%	26 813		0,00%	
Prejuízos fiscais reportáveis gerados sem ativos por impostos diferidos registados		933,03%	375 386		-21,00%	36 408
Acertos de imposto corrente de anos anteriores		0,00%	-		-13,30%	23 056
Tributação autónoma		26,17%	10 530		-12,93%	22 410
Imposto sobre o rendimento estimado no exercício		26,51%	10 667		-26,15%	45 330

(*) Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (21%) + Derrama Municipal (1,5%) + Derrama Estadual sobre 6.000.000 Euros (3%) + Derrama Estadual sobre 27.500.000 Euros (5%) + Derrama Estadual sobre lucro tributável superior a 35.000.000 Euros (9%)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	31.12.2019			Reforços líquidos de reversões			31.12.2020		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Ativos por impostos diferidos:									
. Passivos da locação	38 588	22,5%	8 682	(38 588)	22,5%	(8 682)	-	0,0%	-
Passivos por impostos diferidos									
. Ativos sob direito de uso	(37 981)	22,5%	(8 546)	37 981	22,5%	8 546	-	0,0%	-
	607		136	(607)	22,4%	(136)	-	0,0%	-

Conforme indicado na Nota 2.11 e na Nota 4.3 a Empresa regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

Em 31 de dezembro de 2020 a AdP Internacional tem prejuízos fiscais reportáveis para os quais não tem ativos por impostos diferidos contabilizados, conforme segue:

Ano de geração do prejuízo fiscal reportável	Caducidade	Valor do prejuízo	Imposto
2015	2027	545 132	114 478
2016	2028	679 024	142 595
2017	2022	475 920	99 943
2019	2024	171 192	35 950
2020	2025	1 787 552	375 386
		3 658 820	768 352

28. Saldos e transações com partes relacionadas

28.1 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 as partes relacionadas da AdP Internacional são as seguintes:

- . AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (empresa-mãe);
- . Entidades detidas pela AdP Internacional (AdP Timor e Aquatec);
- . Outras entidades do Grupo AdP;
- . Membros do Conselho de Administração da AdP Internacional;
- . Membros do Conselho de Administração da AdP SGPS.

28.2 Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 os saldos com partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo				Passivo				Total líquido
	Empréstimos a empresas do Grupo	Clientes	Outros ativos correntes	Total	Empréstimos de empresas do Grupo	Fornecedores	Outros passivos correntes	Total	
Total de saldo da rubrica	871 175	3 087 949	697 774	4 656 898	4 200 000	1 136 286	735 832	6 072 118	(1 415 220)
AdP SGPS	-	-	175 197	175 197	4 200 000	324	36 102	4 236 426	(4 061 229)
Aquatec (*)	7 031	218 006	-	225 037	-	(535)	20 321	19 786	205 251
AdP Timor (*)	864 144	620 417	95 365	1 579 926	-	1 136 057	-	1 136 057	443 869
AdP Valor	-	-	5 700	5 700	-	-	-	-	5 700
Águas do Norte	-	-	-	-	-	5 393	-	5 393	(5 393)
Águas do Centro Litoral	-	-	-	-	-	-	(852)	(852)	852
Águas do Douro e Paiva	-	24 998	-	24 998	-	-	-	-	24 998
EPAL	-	-	-	-	-	747	-	747	(747)
Total de saldos intra-grupo	871 175	863 421	276 262	2 010 858	4 200 000	1 141 986	55 571	5 397 557	(3 386 699)
Total de saldos fora de grupo	-	2 224 528	421 512	2 646 040	-	(5 700)	680 261	674 561	1 971 479

(*) Saldos líquidos de imparidade

28.3 Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as transações com partes relacionadas foram as seguintes:

	Fornecimentos e serviços externos	Gastos financeiros	Total
Total de saldo da rubrica	(2 151 299)	(115 866)	(2 267 165)
AdP SGPS	(27 363)	(42 828)	(31 651)
Aquatec	22 906	-	22 906
AdP Valor	(273 951)	-	(273 951)
AdP Energias	(5 040)	-	(5 040)
EPAL	(35 607)	-	(35 607)
Total de transações intra-grupo	(319 055)	(42 828)	(323 343)
Total de transações fora de grupo	(1 832 244)	(73 038)	(1 943 822)

29. Ativos e passivos contingentes

Os compromissos financeiros e as responsabilidades da Sociedade que não figuram no balanço, apresentam-se do seguinte modo:

	2020	2019
Garantias (Eur)	3 128 086	2 481 191

30. Informações exigidas por diploma legal

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66º, 324º, 397º e 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei nº 328/95, de 9 de Dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

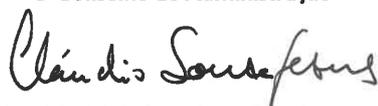
- a) Em obediência ao disposto no nº 2 do artigo 324º do CSC informa-se que a sociedade não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou, até ao momento, qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.
- b) Em obediência ao disposto no nº 4 do artigo 397º do CSC informa-se que, no decorrer de 2020, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos sociais;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de setembro, informa-se que a Sociedade não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2020, da retenção na fonte de descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2021, nos prazos legais.

31. Litígios e contingências

Não existem litígios e contingência para além das registadas e divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

Lisboa, 24 de março de 2021

O Conselho de Administração



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)



Carlos Alberto Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado



Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 6.371.145 euros e um total de capital próprio de 210.942 euros, incluindo um resultado líquido de 29.566 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

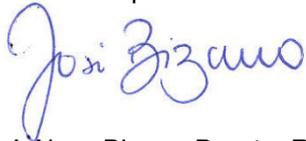
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

29 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. (a Entidade) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Entidade e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Entidade evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
- v) aferimos sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, designadamente, as previstas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

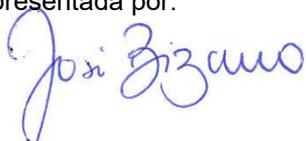
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Entidade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

29 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, R.O.C.